

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
LINGUAGENS
PAULO SERGIO FERREIRA FORTUNATO

**RETÓRICA DESINFORMACIONAL E POPULISMO DIGITAL:
ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE JOVENS PARLAMENTARES NAS
REDES SOCIAIS E OS LIMITES DAS POLÍTICAS DE MODERAÇÃO**

CURITIBA
2026

PAULO SÉRGIO FERREIRA FORTUNATO

**RETÓRICA DESINFORMACIONAL E POPULISMO DIGITAL:
ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE JOVENS PARLAMENTARES NAS
REDES SOCIAIS E OS LIMITES DAS POLÍTICAS DE MODERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Linguagens. Linha de pesquisa: Práticas Midiáticas e Dinâmicas Sociais. Orientadora: Profa. Dra. Mônica Fort.

CURITIBA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sidnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

F745 Fortunato, Paulo Sérgio Ferreira.

Retórica desinformativa e populismo digital: estratégias discursivas de jovens parlamentares nas redes sociais e os limites das políticas de moderação / Paulo Sérgio Ferreira Fortunato; orientadora Prof.^a Dra. Mônica Fort.
134f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2026

1. Retórica. 2. Desinformação. 3. Discurso político.
4. Populismo digital. 5. Moderação de plataformas.
I. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós- Graduação em Comunicação e Linguagens / Mestrado em Comunicação e Linguagens. II Título.

CDD – 808.5

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

FOLHA DE APROVAÇÃO**PAULO SÉRGIO FERREIRA FORTUNATO****RETÓRICA DESINFORMACIONAL E POPULISMO DIGITAL:
ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE JOVENS PARLAMENTARES NAS
REDES SOCIAIS E OS LIMITES DAS POLÍTICAS DE MODERAÇÃO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná.

Curitiba, 02 de março de 2026

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens
Universidade Tuiuti do Paraná

Orientadora: Profa. Dra. MC Fort
Universidade Tuiuti do Paraná

Prof. Dr. Geraldo Peroni
Pesquisador Independente - Membro externo

Profa. Dra. Karina Moura
Instituição - Membro externo

DEDICATÓRIA

A Jesus, não como símbolo de qualquer posição política ou ideológica, mas como presença que atravessa fronteiras humanas, lembrando que fé, compaixão e justiça pertencem a todos. Que o Cristo que acolhe, escuta e caminha ao lado dos diferentes permaneça como inspiração silenciosa em cada escolha feita ao longo desta trajetória.

À minha orientadora, Profa. Dra. Mônica Fort, que caminha comigo desde 2017, ainda nos tempos da graduação. Sua escuta, generosidade intelectual e confiança atravessaram cada etapa desta jornada, tornando este trabalho não apenas um projeto acadêmico, mas também uma história compartilhada.

Aos meus pais, Wanderlei e Maria Gisela, fundamentos de tudo o que sou. No cuidado silencioso, nas palavras que sustentam e na força que nunca falha, encontrei o sentido de continuar quando o caminho parecia mais difícil. Este trabalho também pertence a vocês, porque foi na base que construíram que aprendi a persistir.

Aos meus irmãos, Felipe e Ana Paula, aos meus cunhados e às famílias que se entrelaçam na caminhada da vida, por serem presença firme em cada fase, lembrando que nenhuma conquista tem valor quando não pode ser partilhada. À minha sobrinha Ana Clara e à Heloisa, que com sua leveza e alegria recordam diariamente que o futuro sempre merece ser construído com esperança.

A Lorain, por caminhar ao meu lado nos bastidores desta jornada com uma presença que não precisa de explicações longas. Nos dias em que a escrita pesou, foi no silêncio compartilhado, na escuta atenta e nos gestos simples que encontrei força para continuar. Há pessoas que atravessam nossa história deixando marcas que não aparecem nas referências bibliográficas, mas sustentam cada linha escrita. Que estas páginas guardem também a gratidão por tudo aquilo que só quem esteve perto consegue compreender. À Julia, pela presença, pela leveza e pelo cuidado que transformaram momentos difíceis em espaços de acolhimento.

À Talita, cuja presença atravessou esta caminhada com constância, escuta e parceria verdadeira, construída nos detalhes do cotidiano. Entre conversas, silêncios e risos compartilhados, estive ao meu lado em momentos que ultrapassam qualquer descrição formal, lembrando que algumas conexões se tornam parte daquilo que nos sustenta. Ao Kauê, pela ajuda sincera, pela leveza e pelo olhar generoso com que acompanhou parte deste percurso, mostrando que o apoio verdadeiro não depende do tempo, mas da intenção com que se oferece.

E a Arthur, cuja presença marcou profundamente parte desta trajetória. Entre encontros e silêncios, houve afeto, cuidado e uma forma de amor que também ensinou sobre coragem, entrega e transformação. Algumas histórias não se explicam apenas pelo tempo que duram, mas pela intensidade com que atravessam quem somos. Que estas páginas guardem, com discrição e verdade, a memória dos caminhos compartilhados, dos aprendizados construídos lado a lado e do carinho que permanece como parte viva desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é fruto de um percurso solitário. Ele nasce do encontro entre trajetórias acadêmicas, vínculos afetivos e experiências profissionais que, ao longo dos anos, sustentaram cada etapa desta pesquisa.

À minha orientadora, Profa. Dra. Mônica Fort, expresso minha profunda gratidão pela confiança, pela escuta atenta e pelo rigor intelectual que acompanharam todo o processo. Desde os primeiros diálogos ainda na graduação, em 2017, sua presença foi decisiva para a construção do olhar crítico que orienta esta dissertação. Sua generosidade acadêmica e sua firmeza metodológica foram fundamentais para transformar inquietações em pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná, aos professores e colegas que compartilharam reflexões, leituras e debates que atravessam estas páginas. Em especial, agradeço às contribuições dos membros da banca examinadora, que ampliaram horizontes e desafiaram este trabalho a alcançar maior densidade teórica e analítica.

À Apae Curitiba, instituição que atravessa minha trajetória profissional e humana, agradeço pelo espaço de aprendizagem contínua e pelo contato diário com experiências que reafirmam a importância da comunicação como prática social comprometida com a dignidade humana. À equipe com quem caminho diariamente, meu reconhecimento pelo apoio e compreensão durante os momentos mais intensos da escrita.

Aos amigos que permaneceram próximos nos dias de silêncio e nas madrugadas de revisão, agradeço pelo acolhimento, pela escuta e pelas conversas que ajudaram a sustentar o equilíbrio emocional necessário para concluir este ciclo. A presença de vocês recorda que a ciência também se constrói em vínculos de cuidado.

À minha família, que sempre acreditou na força da educação e do conhecimento como caminhos possíveis de transformação, deixo meu agradecimento mais sincero. Cada incentivo, cada palavra e cada gesto de apoio tornaram este percurso menos solitário.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta dissertação se tornasse possível. Que estas páginas representem não apenas o encerramento de uma etapa acadêmica, mas também a continuidade de um

compromisso ético com a comunicação, com a verdade e com a construção coletiva do saber.

“A mentira organizada não pretende convencer pela verdade, mas destruir a própria capacidade de distinguir entre verdadeiro e falso.”

(ARENDR, Hannah, 1995).

RESUMO

Esta dissertação investiga as estratégias retóricas e desinformacionais presentes no discurso digital de jovens parlamentares brasileiros de direita, com foco no perfil público do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) e em outros atores secundários que atuam no ecossistema político das redes sociais. Parte-se do pressuposto de que a desinformação não se restringe à circulação de conteúdos falsos, mas configura uma prática discursiva que mobiliza emoções, valores morais e identificações coletivas no ambiente digital. A pesquisa está ancorada na Análise de Discurso de orientação francesa, dialogando com as contribuições de Maingueneau (2008), Charaudeau (2006) e Van Dijk (2013), além de estudos sobre retórica política, populismo digital e moderação algorítmica. O corpus é composto por vídeos publicados entre janeiro de 2025 e junho de 2026 nas plataformas Instagram, Facebook e X (Twitter), selecionados a partir de critérios de engajamento e relevância temática. A análise considera categorias relacionadas ao ethos, pathos e logos, bem como estratégias de distorção de dados, comparações simplificadas, performance corporal e apelo emocional. Os resultados indicam a construção de um ethos político performático, sustentado por narrativas de verossimilhança e por dinâmicas de amplificação algorítmica que tensionam os limites das políticas de moderação das plataformas. Conclui-se que a retórica desinformacional opera como estilo comunicacional associado ao populismo digital, contribuindo para a polarização discursiva e para a reconfiguração dos critérios de legitimidade na esfera pública em rede.

Palavras-chave: retórica; desinformação; discurso político; populismo digital; moderação de plataformas.

ABSTRACT

This dissertation investigates rhetorical and disinformational strategies present in the digital discourse of young Brazilian right-wing parliamentarians, focusing on the public profile of federal deputy Nikolas Ferreira (PL-MG) and other secondary actors operating within the political ecosystem of social media. The study assumes that disinformation is not limited to the circulation of false content, but constitutes a discursive practice that mobilizes emotions, moral values, and collective identifications in digital environments. The research is grounded in French Discourse Analysis, drawing on contributions from Maingueneau (2008), Charaudeau (2006), and Van Dijk (2013), as well as studies on political rhetoric, digital populism, and algorithmic moderation. The corpus consists of videos published between January 2025 and June 2026 on Instagram, Facebook, and X (Twitter), selected according to engagement metrics and thematic relevance. The analysis examines categories related to ethos, pathos, and logos, alongside strategies involving data distortion, simplified comparisons, performative self-presentation, and emotional appeals. Findings indicate the construction of a performative political ethos supported by narratives of plausibility and by algorithmic amplification dynamics that challenge the limits of platform moderation policies. The study concludes that disinformational rhetoric operates as a communicative style associated with digital populism, contributing to discursive polarization and to the reconfiguration of legitimacy criteria within the networked public sphere.

Keywords: rhetoric; disinformation; political discourse; digital populism; platform moderation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. INTRODUÇÃO AO FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO	19
1.1 DESINFORMAÇÃO EM DIFERENTES ESFERAS SOCIAIS	22
1.2 LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	25
1.3 A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS	26
1.3.1 Facebook	28
1.3.2 Instagram.....	30
1.3.4 X (Twitter).....	32
1.4 POLÍTICAS DE MODERAÇÃO.....	33
1.5 TIPOLOGIA DISCURSIVA DA RETÓRICA DESINFORMACIONAL NO AMBIENTE DIGITAL.....	42
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA RETÓRICA	44
2.1 PERSUAÇÃO POLÍTICA NO ECOSISTEMA DIGITAL	46
2.2 <i>ETHOS</i> : CONSTRUÇÃO DA CREDIBILIDADE.....	48
2.3 <i>PATHOS</i> : APELO À EMOÇÃO.....	51
2.4 USO DISTORCIDO DE DADOS E ARGUMENTOS PSEUDO-RACIONAIS	53
2.4 COMPARAÇÕES SIMPLIFICADAS E ANALOGIAS REDUTORAS.....	56
2.5 RETÓRICA DA VEROSSIMILHANÇA: ARGUMENTO PLAUSÍVEL, PORÉM NÃO FACTUAL	58
2.6 DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA	66
2.7 LIMITAÇÕES RECONHECIDAS.....	67
2.7 ALGORITMOS E A LÓGICA DA AMPLIAÇÃO.....	68
3. RETÓRICA DESINFORMACIONAL E PERFORMACE NAS REDES.....	72
3.1 <i>ETHOS</i> : A CONSTRUÇÃO DA CREDIBILIDADE	76
3.2 <i>PATHOS</i> : APELO À EMOÇÃO	80
3.3 <i>LOGOS</i> : ENTRE A RAZÃO E A PSEUDO-RAZÃO	85
3.4 DISCURSO POPULISTA E NARRATIVAS DE DESINFORMAÇÃO	89
3.5 PLATAFORMAS DIGITAIS, AMPLIFICAÇÃO E LEGITIMIDADE	92
3.6 PERFORMANCE DISCURSIVA E ENCENAÇÃO POLÍTICA NAS REDES	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

A desinformação é um fenômeno complexo, com raízes em práticas históricas de manipulação da informação, mas que, no ambiente digital, encontra um terreno fértil para sua expansão e sofisticação. Pascual Serrano (2010) afirma que a desinformação não se limita à mentira explícita, abrangendo estratégias como a descontextualização, a fragmentação e o uso intencional de verdades parciais. Essa tática cria narrativas que, embora sustentadas em elementos reais, são organizadas de forma a gerar percepções equivocadas ou enganosas, apagando a historicidade dos fatos e moldando versões convenientes da realidade. O termo *disinformation*, cunhado durante a Guerra Fria, já indicava a utilização sistemática de conteúdos enganosos com fins políticos e estratégicos (ZATTAR, 2020). A disseminação em rede amplia seu alcance, transformando a desinformação em um fenômeno informativo, ético e cultural que afeta diretamente a formação de identidades, opiniões e comportamentos sociais (BRISOLA, 2017).

As redes sociais modificaram radicalmente as dinâmicas de produção, mediação e circulação da informação. Se antes os meios de comunicação de massa exerciam o papel hegemônico de mediadores do discurso público (SERRANO, 2010), hoje as plataformas digitais descentralizam a emissão, permitindo que qualquer sujeito conectado se torne emissor de conteúdo. Essa descentralização, embora democratizante em aparência, é regulada por algoritmos que priorizam a visibilidade de postagens com maior potencial de engajamento. Como observa Teixeira (2018), a internet amplificou o poder de disseminação das *fake news* ao favorecer sua lógica de replicação. Santaella e Lemos (2010) identificam esse ambiente como uma rede sociotécnica, na qual a circulação de conteúdo é moldada pela interação entre humanos e dispositivos. Recuero (2009) contribui ao afirmar que as redes sociais funcionam tanto como estruturas de conexão quanto como ambientes de disputa de sentido. O que se vê é a formação de “câmaras de eco” e bolhas ideológicas em que a desinformação circula com velocidade e baixa resistência.

As plataformas tentam responder ao desafio da desinformação com políticas de moderação e os chamados “Padrões da Comunidade”, estabelecendo diretrizes para o comportamento dos usuários e a circulação de conteúdo. Essas diretrizes, porém, operam com ambivalências. Como observa Moisés de Lemos Martins (2017), vivemos uma crise de cultura em que a ética e a verdade são frequentemente

subordinadas ao cálculo algorítmico e à hegemonia da visibilidade. Lévy (1999) reforça que as redes digitais são compostas por sujeitos e dispositivos em fluxo constante, o que complica a estabilização de critérios claros para o controle discursivo. A moderação, não é apenas técnica, mas simbólica e política. Sua eficácia e seus limites devem ser compreendidos à luz das disputas que ocorrem dentro do próprio campo informacional, onde a desinformação frequentemente se apresenta com a roupagem da liberdade de expressão.

No ano de 2025, a discussão em torno das políticas de moderação atingiu novo patamar. A Meta anunciou a substituição dos verificadores de fatos independentes por um sistema de moderação colaborativa, inspirado nas “notas da comunidade” do X (antigo Twitter), transferindo para os usuários a responsabilidade por adicionar contexto às postagens. A medida, justificada como uma tentativa de mitigar o viés político dos checadores, foi criticada por especialistas que alertaram para os riscos de normalização da desinformação. O contexto internacional também influi: o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos reaqueceu os debates sobre liberdade de expressão e reforçou a pressão sobre plataformas para flexibilizar o controle de conteúdo. Essas mudanças refletem a força do discurso político digital nas disputas pela verdade e sua institucionalização através de decisões corporativas. A fragilidade dessas políticas de moderação evidencia a necessidade de estudos que avaliem criticamente seus impactos sobre a esfera pública e sobre a própria noção de veracidade em rede.

A desinformação, no cenário contemporâneo, não atua isoladamente, mas se articula com performances políticas e retóricas populistas. Ela circula por meio de enunciados emocionalmente mobilizadores, que se apresentam como vozes autênticas do “povo” contra a suposta manipulação das elites. Nas redes sociais, esse discurso se potencializa com estratégias que apelam para valores morais, religiosas e patrióticos. O efeito é a construção de uma retórica de verossimilhança que prescinde de lastro empírico e se sustenta na aparência de verdade. O espaço político digital torna-se, assim, um palco performático, onde a desinformação é encenada por meio de discursos que simulam transparência, autenticidade e senso comum. A emergência de jovens parlamentares que dominam essas ferramentas, como Nikolas Ferreira, sinaliza a consolidação de um novo *ethos* político-digital.

Este estudo justifica-se por buscar compreender como as diretrizes institucionais das plataformas de redes sociais atuam, ou falham, na contenção de

discursos desinformativos com forte apelo retórico. A relevância social reside no fato de que essas plataformas são, hoje, os principais espaços de circulação discursiva no Brasil, com impactos diretos na opinião pública, nos processos eleitorais e na polarização política. A relevância acadêmica, está em contribuir com o campo da Comunicação e Linguagens ao investigar criticamente as interações entre regulação, retórica política e circulação de sentido no ambiente digital. O estudo propõe-se a analisar não apenas o conteúdo da desinformação, mas o discurso institucional das plataformas e a forma como ele interage com discursos políticos performáticos e populistas.

O objetivo geral é examinar o papel desempenhado pelas políticas de moderação de Instagram, Facebook e X na manutenção ou redução de conteúdos desinformativos em 2025. A pesquisa responde à seguinte questão: quais estratégias documentadas nos "Padrões da Comunidade" têm maior impacto na contenção ou amplificação da desinformação? Como objetivos específicos, busca-se: (1) revisar a literatura sobre desinformação e políticas de moderação; (2) identificar as principais diretrizes e lacunas nas políticas das plataformas; (3) avaliar criticamente a eficácia das estratégias de contenção; (4) propor melhorias ou adaptações para o enfrentamento do problema no cenário digital brasileiro.

Neste trabalho, compreende-se a retórica desinformativa não apenas como a circulação de conteúdos falsos ou imprecisos, mas como uma estratégia discursiva que mobiliza recursos argumentativos, performáticos e afetivos com o objetivo de produzir enquadramentos específicos da realidade social. Diferentemente da noção restrita de fake news, a retórica desinformativa opera na articulação entre ethos, pathos e logos, conforme já discutido por Aristóteles (2011), explorando ambiguidades semânticas, apelos emocionais e dinâmicas algorítmicas das plataformas digitais. A partir da perspectiva da Análise do Discurso de orientação francesa, entende-se o discurso como prática social situada, articulada às contribuições de Maingueneau (2008), Charaudeau (2006) e Van Dijk (2013), permitindo compreender a desinformação não apenas como erro factual, mas como estratégia discursiva inserida em disputas simbólicas mais amplas no ecossistema das redes sociais.

O O objeto empírico se desdobra em duas frentes: por um lado, a análise documental das diretrizes das plataformas; por outro, o estudo do deputado federal Nikolas Ferreira (PL) e de jovens parlamentares de direita, com foco em seus

discursos performáticos nas redes sociais. Entre os materiais analisados, destaca-se o vídeo publicado em janeiro de 2025 sobre a suposta taxaço do PIX, além de outras postagens de elevado engajamento. Esses conteúdos serão examinados sob a ótica da retórica política, considerando a mobilização de estratégias ligadas ao ethos, pathos e logos e sua relação com práticas discursivas de desinformação. Dentro do conjunto de jovens parlamentares analisados, a escolha de Nikolas Ferreira se justificapora sua centralidade nas redes, por sua adesão a estratégias retóricas populistas e por sua recorrência no uso de conteúdos questionáveis em termos de veracidade, além de figurar entre os jovens parlamentares mais influentes e seguidos nas redes sociais, o que o torna um caso emblemático para o presente estudo.

Metodologicamente, a pesquisa está ancorada na Análise de Discurso de orientação francesa, articulada às contribuições de Maingueneau (2008), Charaudeau (2006) e Van Dijk (2013), permitindo compreender o discurso como prática social situada e tensionada por contratos de comunicação. Complementarmente, foi realizada uma análise documental qualitativa dos Padrões da Comunidade das plataformas Meta e X, entendidos como textos normativos que moldam o comportamento discursivo dos usuários. Por fim, a pesquisa é sustentada por uma revisão bibliográfica crítica, que oferece o aporte teórico necessário para articular os conceitos de desinformação, retórica, populismo e moderação algorítmica. Ao combinar essas abordagens, busca-se uma análise ampla e crítica do problema.

A operacionalização analítica desta pesquisa foi construída a partir da articulação entre a Análise de Discurso de orientação francesa e os fundamentos da retórica clássica, buscando estabelecer parâmetros interpretativos capazes de tornar o percurso metodológico explícito e replicável. Partiu-se do entendimento de que o discurso político nas redes sociais não se reduz ao conteúdo verbal, mas constitui uma prática semiótica ampliada, na qual elementos visuais, performáticos e contextuais participam da produção de sentidos. Nessa perspectiva, a análise considerou a noção de cena de enunciação proposta por Maingueneau (2008), segundo a qual o sujeito político constrói sua posição discursiva não apenas pelo que diz, mas pela forma como se apresenta e se inscreve em determinado espaço comunicacional.

Para organizar o processo analítico, foram definidos três eixos interpretativos centrais, correspondentes aos apelos retóricos ethos, pathos e logos, compreendidos como dimensões interdependentes da persuasão política (Aristóteles, 2011). O ethos

foi analisado a partir da construção discursiva da imagem do orador, observando-se referências identitárias, estratégias de aproximação simbólica com o público e a mobilização de valores morais ou religiosos que conferem autoridade ao enunciador. Essa dimensão foi examinada tanto no plano verbal quanto no plano performático, considerando elementos como entonação, postura corporal e enquadramento audiovisual, aspectos que dialogam com a ideia de cenografia discursiva desenvolvida por Maingueneau (2008).

O pathos foi identificado por meio da mobilização de emoções coletivas presentes nos conteúdos analisados, especialmente sentimentos de indignação, medo e esperança moralizante. Foram observadas marcas discursivas que reforçam antagonismos políticos, como a construção de narrativas dicotômicas entre “povo” e “elite”, frequentemente associadas ao estilo populista contemporâneo (Mudde; Kaltwasser, 2017). A análise buscou compreender de que modo essas emoções são ativadas não apenas pelo conteúdo textual, mas também pela performance audiovisual e pelo ritmo narrativo das publicações, elementos que intensificam o engajamento e favorecem a circulação ampliada nas plataformas digitais.

Já o logos foi examinado a partir da estrutura argumentativa aparente dos discursos, considerando o uso de dados, analogias e referências que produzem efeitos de verossimilhança. Em vez de avaliar a veracidade factual isoladamente, a análise concentrou-se na forma como determinados enunciados são organizados para parecer plausíveis ao público-alvo, ainda que careçam de sustentação empírica robusta, conforme discutem Maingueneau (2018) e Van Dijk (2013). Esse procedimento permitiu identificar estratégias recorrentes, como o uso de números sem fonte explícita, associações causais simplificadas e enquadramentos alarmistas que ampliam o impacto persuasivo das mensagens.

Além das dimensões retóricas, a pesquisa considerou a materialidade performática do discurso político digital. Foram observados elementos como enquadramento de câmera, iluminação, escolha de cenários e gestualidade do orador, entendidos como recursos que contribuem para a construção de autenticidade e proximidade com o público. Esses aspectos dialogam com a ideia de que a comunicação política contemporânea assume características espetaculares, nas quais a performance pública do sujeito político integra o próprio processo argumentativo (Charaudeau, 2013; Raposo, 2022).

A seleção do corpus seguiu critérios qualitativos, priorizando conteúdos de

elevado engajamento e relevância temática para o debate público. Foram considerados indicadores como número de visualizações, compartilhamentos e comentários, não como métricas absolutas de impacto, mas como sinais de circulação ampliada no ecossistema digital. A partir desses materiais, realizou-se uma análise discursiva interpretativa, orientada pela identificação de padrões recorrentes de construção narrativa e estratégias de legitimação simbólica.

Por fim, a leitura das políticas de moderação das plataformas Meta e X foi conduzida como análise documental qualitativa, compreendendo tais documentos como textos normativos que estabelecem limites discursivos e moldam a dinâmica de circulação dos conteúdos. Essa abordagem permitiu confrontar os princípios declarados pelas plataformas com as práticas observadas no corpus, evidenciando tensões entre regulamentação formal e circulação efetiva da retórica desinformativa no ambiente digital.

O corpus compreende vídeos publicados entre janeiro de 2025 e junho de 2026 em Instagram, Facebook e X (Twitter), produzidos e divulgados pelos próprios parlamentares. O recorte acompanha a intensificação de narrativas populistas digitais e episódios de grande repercussão, como o vídeo sobre Pix em 14/01/2025, que alcançou centenas de milhões de visualizações e gerou reação governamental documentada (Bortolon, 2025; Poder360, 2025; Gazeta do povo, 2025; Veja, 2025).

A unidade de análise é o vídeo: reels, posts nativos, cortes de lives e transmissões republicadas com edição. Excluem-se conteúdos exclusivamente textuais ou cards estáticos sem componente audiovisual. Selecionam-se peças que apresentem engajamento extraordinário (picos de visualizações e interações) e aderência temática ao foco em retórica populista e desinformação. Sempre que possível, corroboram-se dados de alcance com cobertura jornalística e registros públicos (Aos fatos, 2025; Cnn brasil, 2025). A amostra de trabalho reúne 16 vídeos, distribuídos entre Nikolas Ferreira, André Fernandes, Gustavo Gayer e Júlia Zanatta. A coleta acompanhou variações de engajamento ao longo da circulação do conteúdo, considerando diferentes momentos de estabilização discursiva nas plataformas digitais. Conjugam-se três frentes metodológicas: (i) análise de discurso com categorias de ethos, pathos e logos, articuladas à literatura sobre populismo e desinformação (Laclau, 2013; Mudde, 2004; Gomes; Dourado, 2019); (ii) análise qualitativa de comentários por amostragem, realizada de forma manual e sistemática,

com categorização em eixos como apoio, crítica, ironia, apelo religioso e mobilização emocional, conforme protocolos usuais de análise de interações digitais (Cordeiro, 2022). Essa opção metodológica permite observar a recepção de maneira contextualizada, preservando nuances discursivas que ferramentas automáticas tendem a diluir; (iii) verificação da recepção midiática e institucional em casos de repercussão pública (Gazeta do Povo, 2025; Aos Fatos, 2025), articulando o discurso político às reações sociais mais amplas.

Ao compreender a circulação de discursos desinformativos como resultado da interação entre estratégias políticas, estruturas algorítmicas e regras institucionais, esta dissertação se propõe a contribuir com a reflexão acadêmica sobre os limites da liberdade de expressão e a necessidade de políticas eficazes de moderação. Pensar a comunicação digital não como um campo neutro, mas como território de disputa discursiva e ideológica. A análise das políticas de moderação e dos discursos que nelas operam revela-se fundamental para o fortalecimento de uma esfera pública mais crítica, democrática e resistente à desinformação.

1. INTRODUÇÃO AO FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO

A ascensão de jovens parlamentares digitais nas redes sociais tem reconfigurado as dinâmicas contemporâneas da comunicação política, especialmente no que se refere à circulação de discursos polarizados, performances identitárias e estratégias discursivas orientadas pela lógica algorítmica. Nesse cenário, observa-se a emergência de uma retórica desinformacional que ultrapassa a dimensão da informação falsa isolada, configurando-se como prática discursiva estratégica, marcada pelo uso articulado de ethos juvenil, apelos emocionais e enquadramentos narrativos voltados à mobilização afetiva do público. Mais do que fenômenos individuais, tais práticas se inserem em um ecossistema comunicacional coletivo, no qual diferentes atores políticos compartilham estilos performáticos, repertórios retóricos e formas específicas de interação com plataformas digitais.

É nesse contexto que esta pesquisa se insere, analisando a retórica desinformacional como estratégia discursiva mobilizada por jovens parlamentares nas redes sociais, tendo o deputado federal Nikolas Ferreira como caso emblemático dentro de um conjunto mais amplo de performances políticas digitais. O estudo parte do entendimento de que a atuação desses agentes não pode ser compreendida apenas a partir de trajetórias individuais, mas como expressão de um fenômeno comunicacional mais amplo, atravessado por disputas simbólicas, dinâmicas de visibilidade e tensionamentos com as políticas de moderação das plataformas, no qual diferentes atores compartilham repertórios retóricos, estilos performáticos e estratégias de mobilização discursiva.

No centro desse fenômeno, está o binarismo entre informação e desinformação. Como ressaltam Melo et al. (2024), o prefixo “des” sugere uma negação ou uma distorção do conteúdo informativo, indicando que o que é falso não pode ser tratado como informação. Silva e Cendón (2022) apontam que a desinformação opera como um sistema complexo, composto por uma rede intrincada de fatores que influenciam sua propagação e impacto. Essa característica reflete uma conjuntura midiática em que a confiabilidade da informação é constantemente colocada em xeque, favorecendo o engano e a manipulação deliberada com fins políticos, econômicos ou sociais (Silva; Cendón, 2022).

As plataformas digitais desempenham um papel importante, pois, ao mesmo

tempo em que democratizam o acesso à informação, criando um ambiente propício à desinformação. Esse paradoxo é particularmente preocupante quando se considera que os produtos de desinformação frequentemente se apropriam da estrutura e da aparência de produtos jornalísticos, como destaca Tandoc, Lim e Ling (2018). A desinformação compromete a confiança no jornalismo tradicional, reconfigurando os processos de construção de sentido na sociedade contemporânea. A definição de desinformação é um ponto central para compreender sua dinâmica e impacto. Segundo Silva e Cendón (2022), a desinformação pode ser entendida como estratégias deliberadas para disseminar informações falsas, enganosas ou manipuladas com o objetivo de influenciar opiniões, distorcer percepções e atingir objetivos específicos. Essa definição enfatiza o caráter intencional e coordenado desse fenômeno, que difere substancialmente de erros informativos ou falhas não intencionais. Allcott e Gentzkow (2017) argumentam que *fake news* são intencionalmente falsas e verificáveis, projetadas para enganar o leitor e manipular sua percepção da realidade.

É importante distinguir a desinformação de outros conceitos correlatos, como má informação ou informação errônea. Estas podem surgir de erros não intencionais, a desinformação envolve a distorção proposital da realidade. Para Brisola e Bezerra (2018), ela se manifesta por meio de informações descontextualizadas, fragmentadas e manipuladas, que buscam confundir e distorcer a percepção da realidade. A desinformação, não é apenas uma negação da informação verdadeira, mas uma construção ativa de narrativas enganosas.

A noção de *fake news*, amplamente empregada no debate acadêmico, merece destaque. Como ressaltam Melo et al. (2024), o termo possui um caráter pragmático e continua sendo uma ferramenta útil para descrever a disseminação de notícias falsas no campo midiático. Rodrigues e Oliveira (2022) complementam que, o termo é sinônimo de desinformação e tem um papel fundamental na compreensão de como essas dinâmicas se estruturam no âmbito digital. O debate sobre desinformação e *fake news* exige uma abordagem crítica, considerando tanto suas dimensões conceituais quanto seus efeitos práticos nas dinâmicas sociais e políticas contemporâneas.

O conceito de desinformação possui uma história longa, cuja evolução reflete a transformação dos meios de comunicação ao longo do tempo. A criação e disseminação de informações falsas não são fenômenos novos como apontado por Ferrari e Boarini (2018), que destacam sua existência desde a antiguidade, foi no

contexto político do século XXI que o termo ganhou maior relevância e visibilidade. A expressão *fake news*, por exemplo, se popularizou em 2016, durante as eleições presidenciais nos Estados Unidos (Boarini; Ferrari, 2020; Rodrigues; Oliveira, 2022). Quando Donald Trump qualificava como *fake news* as informações que contrariavam seus interesses, não apenas deslegitimava o jornalismo profissional, mas também mobilizava um discurso de vitimização e perseguição, típico da retórica populista digital. Nesse contexto, um verdadeiro tsunami de desinformação passou a circular, consolidando a *fake news* como instrumento político de manipulação simbólica e de construção de inimigos discursivos (Romancini; Gennari, 2023; Ferrari; Boarini, 2018).

A desinformação esteve ligada às disputas políticas e sociais, configurando-se como uma ferramenta de manipulação e persuasão. No Brasil, a legislação já considerava o uso de informações falsas em contextos eleitorais antes mesmo do advento das redes sociais (Rodrigues; Oliveira, 2022). As plataformas digitais trouxeram novas dinâmicas à propagação de desinformação, exacerbando seus impactos. O termo, antes restrito a um vocabulário especializado, tornou-se de uso corrente, refletindo uma compreensão mais ampla de seus efeitos nas democracias contemporâneas.

Os debates acadêmicos acompanharam essa evolução. Estudos como os de Allcott e Gentzkow (2017) definem as *fake news* como informações intencionalmente falsas e verificáveis, criadas para enganar e manipular os leitores. Essa abordagem pragmática, destacada por Melo et al. (2024), continua relevante, mesmo sendo frequentemente criticado por sua simplicidade. Toda via, como apontam Silva e Cendón (2022), a desinformação vai além das *fake news*, abrangendo uma variedade de estratégias de manipulação que afetam a forma como a sociedade interpreta e reage à realidade.

No contexto das plataformas digitais, a desinformação assume características próprias que intensificam seus efeitos. Souza e Santaella (2021) destacam que o alcance das redes sociais potencializa a disseminação rápida de informações falsas, permitindo que estas impactem o debate público em questão de minutos. Essa velocidade, aliada à dinâmica algorítmica das plataformas, favorece a viralização de conteúdos que frequentemente são manipulados para atender a interesses específicos, sejam eles políticos, econômicos ou ideológicos (Silva; Cendón, 2022).

Uma das principais características da desinformação digital é sua capacidade

de mimetizar conteúdos jornalísticos. Conforme Tandoc, Lim e Ling (2018), as fake news são produzidas para se parecerem com notícias reais, reproduzindo a estrutura e a linguagem utilizadas pelo jornalismo tradicional. Essa estratégia confunde o público e compromete a credibilidade de fontes confiáveis, gerando um cenário de desconfiança generalizada na informação veiculada.

A desinformação no ambiente digital frequentemente se caracteriza por sua descontextualização e fragmentação. Brisola e Bezerra (2018) descrevem que essas informações são manipuladas, tendenciosas e retiradas de seu contexto original, distorcendo sua interpretação. Essa fragmentação é intensificada pela arquitetura das redes sociais, que privilegia conteúdos curtos e de impacto emocional, incentivando reações imediatas ao invés de reflexão crítica. Como resultado, a desinformação digital dissemina inverdades, comprometendo a capacidade dos indivíduos de discernir entre informações verdadeiras e manipuladas, alterando o ecossistema comunicacional contemporâneo.

1.1 DESINFORMAÇÃO EM DIFERENTES ESFERAS SOCIAIS

A desinformação tem efeitos profundos no ambiente político, influenciando diretamente os processos deliberativos e a formação da opinião pública. Segundo Habermas (2008), a manipulação da deliberação distorce a esfera pública, introduzindo pressões que não condizem com a realidade e afetando o sistema político de forma ampla. No contexto digital, a circulação de desinformação ocorre por meio de estratégias discursivas que utilizam tanto informações falsas quanto descontextualizadas (Fallis, 2014). Essa manipulação discursiva, como aponta Van Dijk (2006), é habilmente orquestrada para induzir determinados comportamentos ou pensamentos, tornando-se uma ferramenta estratégica para grupos com interesses específicos.

A instrumentalização das mídias sociais aguça essas dinâmicas, permitindo que atores políticos, especialmente da extrema direita, utilizem as plataformas como ferramentas para *hackear* a esfera pública (Albuquerque; Rodas, 2023). Práticas como a criação de bolhas sociais e câmaras de eco, que amplificam a radicalização e aumentam a circulação de conteúdos enganosos, têm se mostrado decisivas (Recuero; Soares; Zago, 2021). O caso dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro ilustra como hashtags como #festadaselma foram utilizadas para engajar e mobilizar multidões,

reforçando a capacidade das redes sociais de amplificar mensagens desinformativas de forma coordenada (Mendes; Sanglard; Costa, 2024). A desinformação no âmbito político representa um desafio ético de risco direto à estabilidade democrática.

No campo econômico e social, a desinformação perpetua desigualdades, molda comportamentos de consumo e impacta a confiança em instituições essenciais. A plataformação das discussões, como aponta Pasquale (2017), tende a reproduzir assimetrias e desigualdades, tanto ao facilitar a viralização de informações falsas quanto ao restringir o acesso a debates amplos e diversificados. Essa dinâmica compromete a transparência informacional e afeta a criação de conhecimento, com consequências diretas na formação de cidadãos críticos (Albuquerque; Rodas, 2023). A circulação de desinformação nos mercados pode gerar crises econômicas, como no caso da disseminação de boatos financeiros, que afetam decisões de investimento e consumo. A manipulação de informações pode influenciar comportamentos coletivos, gerando pânicos ou direcionando a opinião pública para apoiar políticas prejudiciais ao bem-estar social. A sociedade da desinformação, caracterizada pela emergência de notícias falsas como um fenômeno endêmico, intensifica essas consequências (Alzamora; Mendes; Ribeiro, 2021). As plataformas digitais trabalham estrategicamente para maximizar lucros enquanto enfrentam demandas regulatórias e culturais, o que muitas vezes resulta na exploração de pontos obscuros nos marcos regulatórios (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020).

A esfera social enfrenta o desafio das câmaras de eco e bolhas informacionais, que promovem a segregação de grupos e a polarização do debate público. Essa fragmentação, conforme Fuchs (2015), enfraquece a coesão social e reduz a capacidade de diálogo entre diferentes segmentos da sociedade. A desinformação impacta a política e a economia, como a própria estrutura das relações sociais, desafiando os fundamentos de uma sociedade plural e informada.

A desinformação desempenha um papel preocupante na saúde pública, especialmente em contextos como a pandemia de Covid-19. A Organização Mundial da Saúde cunhou o termo "infodemia" para descrever o aumento exponencial de informações, muitas delas falsas, durante eventos críticos (OPAS, 2020). Essa "infodemia" prejudicou os esforços de combate à pandemia, comprometendo a confiança em instituições médicas e governos. O discurso desinformativo encontra ressonância em crenças preexistentes, gerando engajamento social mesmo quando as

informações são claramente falsas (Alzamora, 2020).

Na educação, o impacto é igualmente severo, pois a desinformação molda negativamente a percepção de estudantes e professores em relação a fatos científicos. Estratégias como a polarização do acesso a conteúdos e a proliferação de narrativas enganosas fragilizam o pensamento crítico e reduzem a capacidade de opinião (Fallis, 2014). A transição para uma sociedade da desinformação, descrita por Alzamora, Mendes e Ribeiro (2021), demonstra como o ambiente digital intensifica as desigualdades no acesso à educação e promove o isolamento cognitivo em bolhas informacionais.

Casos emblemáticos ilustram a extensão dos danos causados pela desinformação nas esferas pública e privada. Durante a pandemia de Covid-19, o uso de plataformas digitais para disseminar desinformação levou à hesitação vacinal e à adoção de tratamentos ineficazes, ampliando os impactos da crise sanitária. Essa dinâmica reflete a capacidade das redes de favorecer a viralização de informações falsas e prejudicar políticas de saúde baseadas em evidências (Pasquale, 2017).

No campo político, os atentados de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, destacam como a desinformação pode catalisar a ação de grupos extremistas. Hashtags como #festadaselma ilustram a dinâmica transmídia utilizada para mobilizar e engajar massas de forma eficaz e coordenada (Mendes; Sanglard; Costa, 2024). A instrumentalização discursiva desses eventos evidencia o potencial das mídias sociais em "*hackear*" a esfera pública e fortalecer narrativas antidemocráticas (Albuquerque; Rodas, 2023). No setor educacional, campanhas contra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) mostraram como narrativas falsas sobre doutrinação ideológica conseguiram mobilizar amplos segmentos da sociedade, fragilizando a implementação de políticas educacionais fundamentais (Fallis, 2014; Alzamora; Mendes; Ribeiro, 2021). Esses exemplos reforçam a necessidade de regulações mais robustas para mitigar os efeitos da desinformação e proteger as esferas sociais e institucionais (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020). A desinformação ameaça a integridade da saúde e da educação, subvertendo as bases de uma sociedade democrática e informada.

Diante dessas múltiplas manifestações do fenômeno, torna-se necessário avançar para uma leitura mais específica das estratégias discursivas que estruturam a circulação da desinformação no ambiente digital.

1.2 LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de expressão é um dos fundamentos essenciais das democracias modernas, garantindo a pluralidade de ideias e a fiscalização do poder estatal. No Brasil, esse direito é assegurado pelo artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, que reconhece a manifestação do pensamento como um direito fundamental (Sarmiento, 2020). Liberdade central para a democracia, promovendo o debate público, o desenvolvimento cultural e social, além de fomentar a diversidade de opiniões (Sarmiento, 2020). Essa concepção se alinha à ideia de que a liberdade de expressão deve ser dialógica, protegendo tanto os pontos quanto os contrapontos que constituem uma discussão pública aberta e plural (Cattoni de Oliveira; Repolês; Prates, 2020). Em contextos democráticos, essa liberdade garante a cidadania ativa, ampliando o impacto das demandas coletivas, integrando-as ao processo de formação do interesse público (Amorim, 2013). A efetivação desse direito exige um equilíbrio cuidadoso entre a livre circulação de ideias e a manutenção de outros valores democráticos.

A liberdade de expressão seja um pilar fundamental das democracias, ela não é absoluta. A disseminação de desinformação e discursos de ódio coloca em evidência os problemas de conciliar esse direito com a proteção da dignidade humana e da ordem pública. Segundo Duarte e Oliveira (2022), a liberdade de expressão não é imune a restrições, exigindo um equilíbrio ponderado com outros princípios constitucionais. A era digital intensificou esse dilema, pois o ambiente virtual propicia a rápida propagação de *fake news*, influenciando negativamente a opinião pública e distorcendo fatos que impactam desde a política até a saúde pública (Ventura, 2020). O combate à desinformação requer uma legislação robusta e a coordenação de esforços que extrapolam as ações do Estado, envolvendo a sociedade civil (Ventura, 2020). Como argumentam Bezerra de Jesus e Franco Silva (2024), o desafio jurídico é criar mecanismos que impeçam a propagação de informações falsas sem violar a liberdade de expressão. Torna-se necessário refletir sobre os limites dessa liberdade, reconhecendo que discursos ofensivos ou fraudulentos não podem ser legitimados sob o pretexto da autodeterminação (Fiss, 1996).

O controle da disseminação de desinformação representa uma área de tensão entre a proteção coletiva e os direitos individuais. A regulamentação do conteúdo

online exige soluções que respeitem a liberdade de expressão sem permitir abusos que possam prejudicar o bem-estar coletivo (Duarte; Oliveira, 2022). A mediação desse conflito depende da capacidade de harmonizar a proteção de ideias e visões divergentes com o combate aos efeitos nocivos da desinformação (Cattoni de Oliveira; Repolês; Prates, 2020). Como enfatiza Berlin (1969), é fundamental evitar confusões conceituais que comprometam a compreensão dos diferentes tipos de liberdade, assegurando que a regulamentação preserve os princípios democráticos. As plataformas digitais desempenham um papel central, sendo necessárias diretrizes claras de moderação que garantam um ambiente seguro para o debate público. Como alertam Cruz Neto e Nabhan (2024), a liberdade de expressão, deve ser equilibrada com valores como a dignidade humana. A tensão entre controle de conteúdo e direitos individuais reflete um dos estímulos mais complexos da contemporaneidade, exigindo abordagens que reconheçam tanto os riscos quanto as oportunidades do ambiente digital.

1.3 A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS

A discussão sobre a capacidade das redes sociais de amplificar ou restringir a desinformação é central para entender seu impacto na sociedade contemporânea. Gillespie (2014, p. 49) observa que os algoritmos, ao priorizarem determinados conteúdos, definem o que é relevante e o que pode ser invisibilizado, criando um ambiente informacional desbalanceado. Essa curadoria algorítmica, longe de ser neutra, é informada tanto por interesses comerciais quanto pela necessidade de engajamento dos usuários. Van Djick (2013, p. 54) corrobora essa ideia ao afirmar que as plataformas promovem e invisibilizam informações de maneira seletiva, o que pode tanto favorecer a disseminação de desinformação quanto dificultar seu alcance, dependendo do contexto. Em um cenário de crescente dependência dessas tecnologias para a obtenção de informações, é imperativo questionar como essas dinâmicas afetam a confiança nas plataformas enquanto espaços de veiculação de conteúdo (Gillespie, 2010, p. 50).

As pegadas digitais deixadas pelos usuários desempenham um papel, que segundo Tamiosso e Jaques (2022), essas pegadas não são fruto da produção ativa de conteúdo, resultam de algoritmos e interações inconscientes, que contribuem para a formação de padrões exploráveis por tecnologias de reconhecimento (Hand, 2006). Esse cenário ilustra como o controle sobre a disseminação de informação e

desinformação está profundamente interligado às lógicas de vigilância e personalização presentes nas redes sociais.

A personalização promovida pelos algoritmos é um dos principais fatores que fomentam a criação de bolhas informacionais. Silveira (2017, p. 50) destaca que a seleção de conteúdos é projetada para fornecer informações consideradas relevantes para o usuário, atendendo às demandas do mercado publicitário. Essa prática resulta na formação de espaços de interação virtual onde as vozes dissidentes são frequentemente suprimidas, as narrativas compatíveis com os interesses do usuário são amplificadas. Gillespie (2010, p. 50) enfatiza que, para que essa dinâmica seja aceita pelos usuários, é fundamental que os algoritmos sejam percebidos como ferramentas neutras, mesmo quando agem de forma claramente seletiva.

O isolamento informacional gerado pelas bolhas tem consequências profundas. Segundo Calo (2014, p. 63), a individualização possibilitada pelas tecnologias cibernéticas potencializa as práticas de manipulação de informações, tornando as redes sociais espaços de comunicação, que são altamente segmentados de conhecimento e persuasão. Essa dinâmica restringe o acesso a informações contraditórias, perpetuando narrativas específicas, consolidando padrões comportamentais e de consumo (Semprini, 2010, p. 49).

A interseção entre tecnologia e desinformação é marcada pela forma como as plataformas moldam as narrativas que circulam em seus espaços. Savat (2013, p. 61) argumenta que o poder modulador das tecnologias não elimina o disciplinar, mas o transforma em algo maleável e dinâmico, permitindo a adaptação contínua de narrativas. Esse cenário é ilustrado por Modesto (2023), que destaca como as redes sociais condicionam os usuários a reproduzirem regimes de verdade baseados em discursos desidiosamente manipulados. Ao mesmo tempo, as plataformas operam como novos mercados de informação e conhecimento, um fenômeno que Levy (1999, p. 32) considera característico do ciberespaço no território de sociabilidade e organização.

A utilização de tecnologias de análise de dados em campanhas políticas e empresariais exemplifica como as narrativas desinformativas podem ser direcionadas e amplificadas. Granville (2018) aponta que as redes sociais se tornaram um palco para disputas políticas, onde a privacidade dos usuários frequentemente é comprometida em favor de estratégias de microtargeting. Essa realidade reflete um cenário em que a disseminação de desinformação é uma consequência acidental das

interações digitais, mas um resultado planejado de tecnologias que exploram o desejo e a personalização (Martinuzzo, 2003, p. 73). A polarização é um dos fenômenos mais marcantes das interações sociais digitais, moldando tanto os discursos quanto as práticas de comunicação. As redes sociais, ao privilegiarem o engajamento, incentivam a formação de espaços altamente segmentados onde as narrativas extremas tendem a se sobressair. Essa segmentação, facilitada por algoritmos que amplificam conteúdos com alta probabilidade de engajamento emocional, contribui para a radicalização dos discursos e a intensificação do conflito (Gillespie, 2014, p. 49). Como observa Foucault (1987), o controle das interações sociais por meio de mecanismos de vigilância e disciplinaridade reflete a dinâmica de poder subjacente a essas plataformas.

A estrutura das redes sociais exacerba a polarização ao favorecer interações homogêneas. Levy (1999, p. 32) descreve o ciberespaço como um mercado de informação e conhecimento, como um espaço de segmentação social, onde os indivíduos só se conectam com aqueles que compartilham de visões semelhantes. Isso dificulta o diálogo entre diferentes grupos, fortalecendo a crença em discursos desinformativos que reforçam as divisões existentes. Para Modesto (2023), esse fenômeno contribui para a consolidação de regimes de verdade que condicionam a percepção social e política.

A polarização impacta diretamente a dinâmica de poder nas redes sociais. Savat (2013, p. 61) argumenta que o poder modulador das plataformas permite a manipulação de narrativas, criando cenários onde o discurso polarizado é explorado para fins políticos e comerciais. Em um ambiente onde o consumo é onipresente (Semprini, 2010, p. 49), essa manipulação intensifica o papel das redes sociais como espaços de reprodução de divisões e desigualdades. As interações digitais refletem a polarização e amplificam, consolidando suas implicações nas relações sociais.

1.3.1 Facebook

O Facebook, criado em 2004 por Mark Zuckerberg, consolidou-se como uma das plataformas mais influentes na construção das relações sociais mediadas pela tecnologia digital. Inicialmente restrito ao ambiente universitário, expandiu rapidamente seu alcance, tornando-se um fenômeno global. Segundo Castells (2003), a internet é "o tecido das nossas vidas" e o Facebook destacou-se como uma

instituição social que simultaneamente molda e é moldada pelas dinâmicas culturais e tecnológicas. No Brasil, a adoção do Facebook foi acelerada, com um impacto na formação da opinião pública e na democratização do acesso à informação. Vieira Junior (2024) destaca que a emergência das plataformas digitais exigiu uma reavaliação jurídica, visando garantir os direitos dos cidadãos diante das novas interações tecnológicas.

O Facebook enfrentou críticas pelo papel que desempenhou em episódios de desvirtuação de processos democráticos, como apontado por Lemos (2022). Casos emblemáticos como o escândalo da Cambridge Analytica evidenciam os impactos do uso de dados pessoais para influenciar o comportamento de eleitores, consolidando o que Zuboff (2021) define como "capitalismo de vigilância". O Facebook tornou-se uma ferramenta poderosa, com um espaço de controvérsias no cenário global e brasileiro.

Com o crescimento exponencial da plataforma, o Facebook implementou diretrizes rigorosas de moderação de conteúdo, uma prática que Vieira Junior (2024) define como a análise e avaliação do material publicado, determinando o que pode ser compartilhado no ambiente digital. A moderação utiliza uma combinação de inteligência artificial e intervenção humana, permitindo a remoção automática de conteúdos que violam as diretrizes da plataforma, como discurso de ódio e desinformação (Facebook, 2021). Barret (2020) ressalta que, apesar dos avanços tecnológicos, os algoritmos enfrentam obstáculos na interpretação do contexto, muitas vezes exigindo o discernimento humano para evitar erros.

Entre as estratégias adotadas, destaca-se o uso de ferramentas que identificam, classificam e removem conteúdos violadores, com base nas políticas internas da plataforma (Facebook, 2021). Essas medidas buscam equilibrar o compromisso com a liberdade de expressão e a necessidade de mitigar os impactos da desinformação. Gillespie (2018) aponta que o excesso de automação pode levar a situações controversas, como a exclusão de conteúdos historicamente relevantes. Um exemplo foi a remoção da icônica foto da Guerra do Vietnã, devido à interpretação errônea da inteligência artificial sobre a imagem.

Essa rede social protagonizou casos marcantes relacionados à disseminação de desinformação, evidenciando a inspiração das plataformas digitais na gestão de conteúdo. Vieira Junior (2024) discute que, em cenários de polarização política, o

algoritmo de recomendação tende a amplificar discursos extremistas, exacerbando conflitos e prejudicando o debate público. Um caso de destaque foi o papel da plataforma nas eleições de 2016 nos Estados Unidos, onde se observou o uso de redes de bots para influenciar a opinião pública, um fenômeno presente no Brasil, como assinalado por Coêlho (2020).

As políticas de moderação tiveram impactos positivos. A utilização de ferramentas de detecção de desinformação contribuiu para a remoção de conteúdos prejudiciais antes que alcançassem grandes audiências (Facebook, 2021). Barret (2020) argumenta que as soluções adotadas não são suficientemente robustas para lidar com situações complexas que exigem uma compreensão detalhada do contexto sociopolítico.

Esses casos demonstram a necessidade de aprimorar continuamente as estratégias de moderação, de modo a equilibrar a proteção contra abusos e a preservação da liberdade de expressão. Lemos (2022) sugere que a transparência na coleta e no uso de dados pessoais pode mitigar a desconfiança pública, fortalecendo a legitimidade das políticas implementadas pelas plataformas.

1.3.2 Instagram

O Instagram consolidou-se como uma plataforma central no ecossistema digital contemporâneo, servindo como espaço de interação social e meio para a circulação de informações manipuladas. No Brasil, onde a plataforma ocupa o segundo lugar em número de usuários. A disseminação de desinformação através de imagens e vídeos é amplificada pela facilidade com que esses conteúdos são consumidos e compartilhados (Cunha, 2021). Perfis como os "portais de fofoca" exploram essa dinâmica ao publicar conteúdos visualmente atraentes, mas frequentemente falhos de verificação factual, impactando a opinião pública (O Liberal, 2021). Esse fenômeno contém elementos visuais que reforçam narrativas ideológicas e engajam emocionalmente os usuários (Silva; Lopes, 2018).

A estrutura algorítmica do Instagram desempenha papel essencial nesse processo. O algoritmo privilegia conteúdos de alta interação, o que favorece informações sensacionalistas ou visualmente impactantes, mesmo que imprecisas (Neves, 2024). Esse modelo reflete o fenômeno do populismo algorítmico, que prioriza engajamento em detrimento da precisão, favorecendo interesses de

influenciadores e outros atores sociais (Maly, 2020). Durante a pandemia de Covid-19, a proliferação de desinformação foi impulsionada por imagens fora de contexto, demonstrando como a natureza visual da plataforma amplia seu potencial desinformativo (Meta, 2024).

O impacto do Instagram na disseminação de desinformação visual está relacionado ao consumo passivo de informação. Como observam Martino e Marques (2020), a passividade dos receptores sustenta e perpetua a problemática da desinformação. O Instagram emerge como espaço onde elementos visuais moldam percepções frequentemente sem o filtro de uma apuração rigorosa. A crescente popularidade da plataforma traz desafios para a identificação de fontes confiáveis, uma vez que perfis populares frequentemente misturam opiniões pessoais com informações supostamente factuais, promovendo confusão nos usuários.

Outro fator relevante é o impacto da interatividade, que permite que usuários compartilhem conteúdos falsos de maneira exponencial, agravando a disseminação. Como observado por Blommaert (2020), a comunicação nas mídias sociais funde práticas online e offline, criando um ambiente onde informações manipuladas ganham legitimidade social rapidamente. A combinação de consumo passivo, algoritmos que privilegiam engajamento e a ausência de filtros eficazes no Instagram posiciona a plataforma como um ambiente particularmente vulnerável à disseminação de desinformação visual.

O Instagram tem implementado estratégias específicas para conter a desinformação, como selos de verificação de fato e redução do alcance de postagens que violam diretrizes comunitárias (Feitosa; Silva, 2019). Durante a pandemia de Covid-19, a plataforma adotou medidas emergenciais, como a remoção de publicações que propagavam desinformação sobre vacinas, evidenciando um posicionamento mais ativo a crises globais (Meta, 2024). Em 2025, a Meta anunciou alterações em suas políticas de moderação, incluindo o encerramento do programa de checagem de fatos nos Estados Unidos. Essa decisão, justificada como uma tentativa de promover maior liberdade de expressão, gerou críticas por comprometer a verificação de conteúdos e ampliar a disseminação de desinformação (Rudnitzki, 2025).

Essas iniciativas de moderação, enfrentam desafios consideráveis. Muitos algoritmos, falham em interpretar nuances culturais e contextuais. Como apontam Cespedes et al. (2024), elementos visuais frequentemente passam despercebidos por

ferramentas automatizadas, permitindo a continuidade de mensagens manipuladoras. A decisão de encerrar o programa de checagem de fatos destacou as limitações das estratégias adotadas, uma vez que a ausência dessa verificação fragiliza o controle de conteúdos falsos.

Especialistas sugerem uma integração mais robusta entre inteligência artificial e revisão humana, capaz de abordar as especificidades locais e culturais (Caldeira, 2022). Essa abordagem é essencial para lidar com o volume massivo de dados no Instagram, garantindo que a moderação seja eficiente sem comprometer a liberdade de expressão. Outro ponto relevante é a necessidade de transparência das plataformas, que devem comunicar claramente as razões para ações de moderação, contribuindo para a construção de confiança dos usuários. Como destaca Cesarino (2020), o fortalecimento dessas práticas é fundamental para reduzir o impacto da desinformação.

1.3.4 X (Twitter)

Em outubro de 2022, o empresário Elon Musk finalizou a compra do Twitter, dando início a mudanças na plataforma. Em julho de 2023, o nome foi alterado para X, como parte de uma estratégia para transformar a rede social em um ambiente multifuncional e mais aberto à liberdade de expressão (Sousa; Nunes; Sobrinho, 2024, p. 2). A mudança marcou o abandono de algumas políticas de moderação anteriores, alinhadas à visão de Musk, que se autodeclara um “absolutista da liberdade de expressão” (Sousa; Nunes; Sobrinho, 2024, p. 6). O X passou a se apresentar como um espaço de maior autonomia para os usuários, aproximando-se da ideia de aplicativos integrados que combinam comunicação, comércio e serviços em um único ambiente digital (Silva; Brito, 2023). Essa transformação gerou questionamentos sobre o impacto dessas mudanças no gerenciamento do conteúdo e no combate à desinformação.

A desinformação continua sendo um desafio central para o X, agora agravado pela amplificação de conteúdos visuais manipulados e pela polarização dos debates. Durante a pandemia de Covid-19, o Twitter (então X) foi palco de discussões que incluíram discursos negacionistas e teorias conspiratórias, como a que associava vacinas à China de forma xenófoba (Monari; Sacramento, 2021). Mesmo medidas corretivas, como a exclusão de postagens do ex- presidente Jair Bolsonaro que

divulgavam informações falsas sobre a Covid-19, mostraram-se insuficientes para conter o fluxo de desinformação (G1, 2020). A viralização de narrativas enganosas é favorecida pela dinâmica do X, que promove conteúdos emocionalmente carregados nos *trending* tópicos (Monari; Sacramento, 2021). A ironia surge como uma ferramenta discursiva recorrente no ambiente da plataforma, permitindo contornar discursos predominantes e reforçar posições ideológicas polarizadas (Hutcheon, 2000). A disseminação de desinformação visual é notável, principalmente pelo uso de imagens manipuladas para validar narrativas enganosas (Silva; Brito, 2023).

As iniciativas para melhorar a moderação de conteúdos, o X enfrenta dificuldades para conter a desinformação em tempo hábil. Estudos indicam que postagens desinformativas relacionadas à vacinação continuam a ganhar ampla repercussão (Massuchin et al., 2021). A amplificação desses conteúdos é frequentemente promovida por figuras públicas, dificultando os esforços de controle da desinformação (Cunha; Chinazzo Müller, 2021). A plataforma apresenta limitações no uso de ferramentas de inteligência artificial, que ainda não conseguem identificar eficazmente conteúdos manipulados (Recuero et al., 2021). Embora Musk tenha priorizado uma abordagem mais flexível, essas mudanças trouxeram implicações negativas para a segurança informacional. O ecossistema do X opera como um espaço de afinidades conectivas, onde pactos afetivos e símbolos compartilhados dificultam a aplicação de regras tradicionais de moderação (Susca, 2019). O equilíbrio entre liberdade e responsabilidade permanece um dos maiores desafios da plataforma.

1.4 POLÍTICAS DE MODERAÇÃO

As políticas de moderação em redes sociais são fundamentais para definir os limites do que pode ou não ser compartilhado. No contexto de plataformas como Instagram, Facebook e X, essas diretrizes são estruturadas de maneira a mitigar o impacto da desinformação e promover interações seguras. Os Termos de Serviço da Meta (2025), o foco está em criar um ambiente que equilibre liberdade de expressão com a proteção dos direitos dos usuários, aplicando padrões rigorosos por meio de sistemas de verificação de conteúdo e parcerias com verificadores de fatos independentes. Já os Termos de Serviço do X (2024) adotam uma abordagem que prioriza a liberdade de expressão, mas ainda prevê medidas punitivas contra

violações evidentes, como discurso de ódio e assédio. A desinformação, conforme Silva e Cendón (2022), funciona como um sistema complexo que explora brechas nas regulamentações, tornando indispensável a clareza e a aplicação consistente das diretrizes para conter sua propagação.

A aplicação das políticas de moderação envolve um equilíbrio delicado entre estratégias automatizadas e intervenções humanas. Plataformas como Facebook e Instagram utilizam inteligência artificial para identificar conteúdos nocivos em larga escala, complementando essa abordagem com moderação humana em casos de maior complexidade ou quando é necessário interpretar nuances culturais. O X confia em tecnologias avançadas para permitir maior liberdade na publicação, mas ressalta que os usuários devem respeitar limites impostos em seus Termos de Serviço. Souza e Santaella (2021) apontam que a rapidez com que informações se disseminam nas redes torna a automação uma ferramenta imprescindível, mas não suficiente para frear o impacto de conteúdos falsos ou enganosos. Isso reforça a necessidade de complementar os processos automatizados com a capacidade humana.

As diretrizes de moderação apresentam lacunas e ambiguidades que podem ser exploradas para a disseminação de desinformação. Os Termos da Meta, incluem a possibilidade de remoção de conteúdos que prejudiquem a integridade da comunidade, mas a subjetividade desse conceito pode gerar inconsistências na aplicação. Similarmente, as políticas do X limitam-se a proibir violações explícitas, deixando em aberto interpretações sobre o que constitui material inadequado ou prejudicial. Essa falta de clareza permite que conteúdos manipulados circulem com maior facilidade, especialmente em contextos eleitorais, como mencionado por Rodrigues e Oliveira (2022). A ausência de padronização global nas plataformas dificulta a regulação uniforme, expondo os usuários a riscos variados dependendo de sua localização geográfica. Esse cenário ressalta a importância de políticas mais transparentes e adaptáveis para conter os efeitos nocivos da desinformação nas redes sociais.

Foram analisadas versões públicas de Padrões da Comunidade, Termos de Uso e relatórios de transparência de Meta (Facebook/Instagram) e X, no intervalo 2024–2026, focando desinformação, integridade cívica, aplicação de sanções e parcerias com verificadores. Aplicou-se leitura crítico-comparativa em três etapas: inventário das versões; codificação por categorias (clareza normativa; enforcement;

apelos à liberdade de expressão; instâncias recursais); confronto com fontes jornalísticas e relatórios independentes. Essa triangulação permite avaliar discrepâncias entre o discurso normativo e a prática de moderação, aspecto recorrente na circulação de conteúdos do corpus (Atingidos pelas redes sociais, 2025; Aos fatos, 2025).

Padrões da Comunidade são documentos centrais para políticas de moderação de plataformas como Instagram, Facebook e X, servindo como guias para determinar o que pode ser compartilhado e o que deve ser removido. No caso do Instagram e do Facebook, ambos regulados pela Meta, esses padrões são interconectados e detalham regras que buscam garantir a segurança e a autenticidade das interações. Entre os pontos principais, destacam-se a remoção de discursos de ódio, conteúdos que promovam violência ou desinformação médica e da proibição de atividades ilícitas. Essas plataformas empregam verificadores de fatos independentes para etiquetar e limitar a disseminação de conteúdos considerados enganosos, como detalhado nos Termos de Serviço da Meta (2025). Já ao X, seus Termos de Serviço (2024), apresenta um modelo mais permissivo, priorizando a liberdade de expressão e permitindo uma ampla gama de opiniões, desde que não violem diretamente os termos básicos, como a publicação de conteúdos ilegais ou assediadores. Ambos os modelos enfrentam críticas quanto à efetividade de suas abordagens. As regras da Meta têm sido acusadas de censura excessiva em alguns casos e o X é criticado por sua falta de rigor no combate à desinformação. Essa comparação evidencia as diferenças estruturais nas políticas de moderação, que refletem tanto as estratégias corporativas quanto os objetivos econômicos e sociais de cada empresa.

As plataformas adotam enfoques distintos quanto à moderação de conteúdos controversos. No caso do Facebook e Instagram, há um investimento maior em tecnologias avançadas para detectar violações e em ferramentas que promovem a transparência, como alertas sobre conteúdos desinformativos. O X aposta na autorregulação dos usuários, com menor interferência nos conteúdos publicados. Essa estratégia, promove um discurso mais plural, levanta preocupações em relação à propagação de desinformação em larga escala, como menciona Souza e Santaella (2021).

Padrões da Comunidade buscam ser abrangentes, sua aplicação prática enfrenta desafios, especialmente em contextos culturais e geográficos diversos. A

Meta implementa diretrizes que buscam alcançar uma regulação mais uniforme, mas sua aplicação pode variar dependendo das interpretações locais dos moderadores. Da mesma forma, o X deixa maior margem para os usuários definirem os limites do aceitável, o que pode resultar em inconsistências no tratamento de casos específicos. Essas diferenças refletem as prioridades de cada plataforma e as limitações de criar políticas que atendam a uma audiência global diversa e complexa.

As plataformas de redes sociais utilizam uma combinação de tecnologias automatizadas e intervenções humanas para implementar suas políticas de moderação. Essa abordagem busca equilibrar a eficiência necessária para lidar com o grande volume de conteúdos postados diariamente e a sensibilidade exigida em casos mais complexos. Os Termos de Serviço da Meta (2025), o Facebook e o Instagram utilizam sistemas automatizados baseados em inteligência artificial para detectar rapidamente violações, como discurso de ódio, conteúdos violentos e desinformação. Esses sistemas são treinados para identificar padrões de linguagem e imagens que contrariam as diretrizes da plataforma. A Meta destaca que a moderação humana é indispensável em situações que exigem interpretação contextual ou cultural, complementando a atuação das máquinas. O X adota uma abordagem semelhante ao enfatizar a importância da automação para garantir a moderação em larga escala, mas destaca que a responsabilidade final sobre o conteúdo recai sobre os usuários, como descrito em seus Termos de Serviço (2024). Essa combinação de estratégias reflete a necessidade de adaptação contínua das plataformas para lidar com desafios como a disseminação de desinformação, que, segundo Silva e Cendón (2022), é um fenômeno sistêmico e muitas vezes deliberado.

Os sistemas automatizados não estão isentos de falhas. As máquinas podem interpretar erroneamente nuances culturais, regionais ou contextuais de um conteúdo, levando à remoção indevida ou à manutenção de materiais que violam as diretrizes. Segundo Souza e Santaella (2021 p.54), “devido às redes sociais, o alcance da desinformação é muito maior e sua disseminação ocorre muito mais rápida”, o que demonstra como erros na detecção podem agravar o impacto de conteúdos enganosos. “A lógica aqui seria a de que um conteúdo que possui uma mentira, por exemplo, não seria informação” (Melo et al., 2024 p. 154), o que reforça a importância de considerar o contexto em que os conteúdos são produzidos e interpretados.

A integração de estratégias automatizadas e intervenções humanas apresentam

desafios éticos e técnicos. De um lado, há a questão da transparência nos algoritmos utilizados, que frequentemente operam como “caixas pretas”, dificultando a compreensão pública sobre os critérios de moderação. De outro, o envolvimento de moderadores humanos levanta questões de saúde mental e carga emocional, dada a exposição constante a conteúdos potencialmente perturbadores. Como destacou Souza e Santaella (2021), a rapidez com que conteúdos enganosos se espalham nas redes torna essencial uma resposta igualmente ágil, algo que apenas a combinação bem calibrada entre tecnologia e intervenção humana pode oferecer. Essas tensões destacam a necessidade de um refinamento contínuo das estratégias de moderação para conter os impactos negativos da desinformação nas redes sociais.

As diretrizes de moderação das plataformas sociais, apresentam lacunas e ambiguidades que dificultam a aplicação uniforme e eficaz. Os Termos de Serviço da Meta (2025) e do X (2024) indicam que suas políticas buscam proteger os usuários contra conteúdos prejudiciais, como desinformação, discurso de ódio e atividades ilegais. Muitas dessas diretrizes utilizam termos vagos, como “conteúdo enganoso” ou “prejudicial à integridade da comunidade”, o que permite múltiplas interpretações. Essa falta de clareza é frequentemente explorada por agentes mal-intencionados que utilizam linguagens dissimuladas ou formatos criativos para contornar a detecção. Rodrigues e Oliveira (2022) destacam que, em contextos eleitorais, a desinformação pode se aproveitar dessas brechas para influenciar eleitores de maneira sutil, muitas vezes operando em áreas cinzentas das políticas de moderação.

A subjetividade presente nas diretrizes gera inconsistências na aplicação. Moderadores humanos, ao interpretarem casos complexos, podem tomar decisões diferentes dependendo de seu contexto cultural ou formação. “Políticas de moderação consideram o contexto local para aplicar as diretrizes, mas isso pode gerar interpretações inconsistentes” (Meta, 2025). Facebook e Instagram enfrentam desafios em cenários globais, onde conteúdos que podem ser aceitáveis em um país são considerados ofensivos em outro. O X, ao oferecer maior liberdade de expressão, cria um ambiente onde conteúdos potencialmente prejudiciais podem permanecer visíveis por mais tempo, aumentando os riscos de disseminação de desinformação. Essa divergência entre plataformas dificulta a criação de um padrão global para a moderação de conteúdos, expondo usuários a níveis variados de proteção, dependendo de onde estão localizados.

A falta de transparência nos processos de moderação agrava a percepção

pública sobre a eficácia dessas políticas. Usuários frequentemente não entendem por que determinados conteúdos são removidos e outros permanecem ativos, o que gera desconfiança e alimenta críticas de censura seletiva. Essa opacidade compromete a capacidade das plataformas de justificar decisões, especialmente em casos de alto impacto, como campanhas de desinformação relacionadas a crises sanitárias ou políticas públicas. Silva e Cendón (2022) apontam que a desinformação opera como um sistema complexo, exigindo diretrizes claras e adaptáveis para lidar com sua propagação. Para aprimorar as políticas de moderação, é essencial investir em maior transparência, aprimorar os critérios utilizados em sistemas automatizados e capacitar moderadores humanos para lidar com situações que escapam à lógica algorítmica.

		Comprovação	aídos
1. Políticas de Moderação	As plataformas Meta e X possuem abordagens distintas. A Meta busca equilíbrio entre segurança e liberdade de expressão, enquanto o X prioriza liberdade. Ambas enfrentam desafios relacionados à desinformação.	“A desinformação opera como um sistema complexo envolvendo uma rede intrincada de fatores que influenciam sua propagação e impacto” (Silva e Cendón, 2022, p.52).	“Trabalhamos com verificadores de fatos independentes em muitas jurisdições para combater a desinformação. Quando o conteúdo for classificado por verificadores de fatos, podemos adicionar um aviso para fornecer contexto adicional” (Termos da Meta,
2. Comparação dos 'Padrões da Comunidade'	Os padrões da comunidade da Meta incluem verificadores de fatos e ações contra conteúdos enganosos. O X tem regras mais flexíveis, permitindo conteúdos controversos	“Não endossamos, apoiamos, representamos ou garantimos a integridade, veracidade, precisão ou confiabilidade de qualquer Conteúdo ou	“Não endossamos, apoiamos, representamos ou garantimos a integridade, veracidade,

	desde que respeitem as leis.	comunicação publicada por meio dos Serviços” (Termos do X, 2024).	precisão ou confiabilidade de qualquer Conteúdo ou comunicação publicado por meio dos Serviços” (Termos do X, 2024).
3. Estratégias automatizadas versus intervenções humanas	A Meta usa IA e moderadores humanos para lidar com conteúdos problemáticos, enquanto o X depende mais de automação, delegando maior responsabilidade aos usuários.	“Desenvolvemos sistemas automatizados para melhorar nossa capacidade de detectar e remover atividades abusivas e perigosas” (Termos da Meta, 2025).	“Desenvolvemos sistemas automatizados para melhorar nossa capacidade de detectar e remover atividades abusivas e perigosas que possam causar prejuízos à nossa comunidade” (Termos da Meta, 2025).
4. Lacunas e ambiguidades nas diretrizes de moderação	Ambas as plataformas enfrentam dificuldades em implementar políticas claras e universais devido às ambiguidades e variações culturais, que tornam mais difícil a identificação de desinformação.	“Você pode estar exposto a Conteúdo ofensivo, prejudicial, impreciso ou, em alguns casos, publicações identificadas de modo indevido” (Termos do X, 2024).	“Você pode estar exposto a Conteúdo ofensivo, prejudicial, impreciso, inadequado ou, em alguns casos, a publicações identificadas de modo indevido ou fraudulentas” (Termos do X, 2024).

5. Moderação e liberdade de expressão	As plataformas buscam equilibrar liberdade de expressão e moderação, mas enfrentam críticas por censura ou omissão, especialmente em temas polêmicos.	“Trabalhamos com verificadores de fatos independentes em muitas jurisdições para combater a desinformação” (Termos da Meta, 2025).	“A Meta pode limitar o acesso a conteúdos ou serviços que violem seus termos ou que representem riscos à comunidade” (Termos da Meta, 2025).
6. Impactos da desinformação em contextos eleitorais	A desinformação eleitoral é uma das principais preocupações. Ambiguidade nas regras das plataformas permite manipulações de narrativas políticas.	sempre foi um tópico existente, uma vez que a legislação brasileira versa sobre o assunto” (Rodrigues e Oliveira, 2022).	“A legislação nacional e as políticas das plataformas precisam ser fortalecidas para combater os efeitos da desinformação eleitoral” (Rodrigues e Oliveira, 2022).
7. Desinformação e manipulação algorítmica	Algoritmos amplificam conteúdos enganosos devido à priorização de engajamento, o que pode contribuir para a disseminação de desinformação.	“Devido às redes sociais, o alcance da desinformação é muito maior e sua disseminação ocorre muito mais rápida” (Souza e Santaella, 2021, p. 23).	“Devido às redes sociais, o alcance da desinformação é muito maior e sua disseminação ocorre muito mais rápida” (Souza e Santaella, 2021, p. 23).
8. Papel dos verificadores de fatos	Verificadores de fatos desempenham um papel essencial na identificação e limitação de conteúdos enganosos, mas enfrentam desafios relacionados à escala e rapidez de propagação.	“Quando o conteúdo for classificado por verificadores de fatos, podemos adicionar um aviso para fornecer contexto adicional” (Termos da Meta, 2025).	“Verificadores de fatos ajudam a reduzir o impacto da desinformação em plataformas globais” (Termos da Meta, 2025).

9. Intervenções regionais e culturais nas políticas	Políticas de moderação muitas vezes não consideram diferenças culturais e regionais, o que pode levar a interpretações inconsistentes e à amplificação de desinformação local.	“As diretrizes podem variar dependendo das leis locais, o que pode gerar diferentes interpretações” (Termos da Meta, 2025).	“Políticas de moderação consideram o contexto local para aplicar as diretrizes, mas isso pode gerar interpretações inconsistentes” (Termos da Meta, 2025).
10. Soluções propostas para o combate à desinformação	Propõe-se maior transparência nos algoritmos, capacitação de moderadores humanos e colaboração entre plataformas e governos para reduzir os impactos da desinformação.	“A lógica seria que um conteúdo com uma mentira não seria informação” (Melo et al., 2024, p. 10).	“A lógica aqui seria a de que um conteúdo que possui uma mentira, por exemplo, não seria informação” (Melo et al., 2024, p. ?10).

Quadro 1. Mapeamento das políticas Meta e X

Fonte: o autor, 2025.

Encerrada esta etapa de revisão e sistematização das principais contribuições teóricas que fundamentam esta pesquisa, conforme sintetizado na tabela acima, avança-se agora para a delimitação metodológica e para o processo de análise propriamente dito. Os autores e conceitos aqui apresentados cumprem a função de embasar criticamente a leitura do discurso político de jovens parlamentares da nova direita brasileira, especialmente em sua dimensão digital e performativa.

A interlocução entre os campos da retórica, da análise do discurso e dos estudos sobre desinformação e populismo permite compreender as estratégias simbólicas e linguísticas mobilizadas para construir sentidos, gerar identificação e tensionar o debate público nas redes sociais. É a partir dessa base teórica que o próximo capítulo introduz o percurso metodológico adotado, as escolhas de corpus, as categorias analíticas e os critérios que guiaram a investigação.

1.5 TIPOLOGIA DISCURSIVA DA RETÓRICA DESINFORMACIONAL NO AMBIENTE DIGITAL

A compreensão da desinformação como prática discursiva exige ultrapassar definições estritamente factuais e considerar os modos pelos quais determinados enunciados produzem efeitos de verdade no interior de comunidades interpretativas específicas. Nesse sentido, a desinformação não se limita à disseminação de conteúdos falsos, mas envolve estratégias retóricas que reorganizam a percepção da realidade por meio de enquadramentos discursivos, escolhas narrativas e performances comunicacionais. Conforme observa Serrano (2010), o fenômeno não opera apenas pela mentira explícita, mas pela manipulação da forma de apresentação das informações, processo que inclui omissões estratégicas, deslocamentos de contexto e associações simbólicas que favorecem determinadas interpretações.

No ambiente digital, essas estratégias assumem características particulares em razão da lógica algorítmica e da cultura participativa das plataformas. A circulação acelerada de conteúdos transforma a retórica desinformacional em um estilo comunicacional recorrente, no qual elementos visuais, afetivos e narrativos se combinam para ampliar o alcance das mensagens (Recuero; Soares; Zago, 2020). Assim, mais do que um fenômeno episódico, a desinformação passa a constituir uma gramática discursiva que orienta a produção de sentido em determinados campos políticos, articulando dimensões cognitivas e simbólicas que influenciam a recepção das mensagens (Van Dijk, 2013).

A partir da análise do corpus e do diálogo com a literatura, é possível identificar uma tipologia discursiva recorrente na retórica desinformacional contemporânea. Um primeiro movimento consiste na descontextualização estratégica de informações, prática que consiste em apresentar dados reais deslocados de seu enquadramento original, produzindo interpretações equivocadas. Essa estratégia não depende da invenção completa de fatos, mas da reorganização narrativa que altera a relação entre causa e consequência, criando efeitos de plausibilidade junto ao público (Maingueneau, 2018). Ao retirar um dado de seu contexto institucional ou histórico, o enunciador constrói uma versão simplificada da realidade que se adapta às expectativas prévias da audiência.

Outro recurso recorrente é a construção de verdades parciais, nas quais fragmentos de informação verificável são combinados com extrapolações especulativas. Essa prática produz aquilo que Charaudeau (2006) denomina efeito de

verossimilhança, ou seja, uma aparência de racionalidade que dispensa comprovação empírica rigorosa. No ambiente digital, esse tipo de narrativa encontra terreno fértil, pois a lógica do engajamento privilegia conteúdos de rápida assimilação e forte carga emocional, favorecendo a circulação de argumentos simplificados e polarizadores.

A retórica alarmista constitui um terceiro eixo dessa tipologia discursiva. Nesse caso, o discurso mobiliza enquadramentos que apresentam acontecimentos administrativos ou burocráticos como ameaças iminentes à coletividade, produzindo sensação de urgência moral. Esse tipo de narrativa tende a ativar emoções intensas, especialmente medo e indignação, que funcionam como motores de compartilhamento nas plataformas digitais (Mudde; Kaltwasser, 2017). A emoção, nesse contexto, não aparece como efeito colateral da comunicação, mas como estratégia central de persuasão, articulando-se diretamente ao *pathos* aristotélico.

Também se observa a presença de analogias simplificadoras e associações causais frágeis, que conferem aparência lógica a interpretações distorcidas da realidade. Esse procedimento aproxima-se do que Van Dijk (2013) descreve como manipulação sociocognitiva, na qual estruturas narrativas aparentemente coerentes orientam a formação de modelos mentais compartilhados pelo público. Ao recorrer a comparações acessíveis e exemplos cotidianos, o discurso desinformativo reduz a complexidade dos fenômenos políticos, transformando debates técnicos em narrativas morais facilmente compreensíveis.

Além dos elementos verbais, a dimensão performática desempenha papel central nessa tipologia. A encenação do sujeito político por meio de gestos, cenários e enquadramentos visuais contribui para a construção de autenticidade e proximidade com o público, reforçando o *ethos* do enunciador (Maingueneau, 2008). No ambiente das redes sociais, a performance audiovisual torna-se parte indissociável da argumentação, ampliando a eficácia persuasiva das mensagens e favorecendo sua circulação em larga escala. Essa característica aproxima a retórica desinformativa de uma lógica espetacular da política, na qual a apresentação do sujeito importa tanto quanto o conteúdo do enunciado (Charaudeau, 2013).

Por fim, a tipologia proposta permite compreender a retórica desinformativa não como um desvio isolado, mas como um sistema discursivo complexo que articula verossimilhança narrativa, mobilização afetiva e encenação performática. Essa abordagem amplia o olhar sobre o fenômeno ao deslocar o foco da veracidade factual para os processos de construção de sentido que sustentam a

circulação das mensagens. Ao reconhecer tais estratégias como parte de uma gramática comunicacional contemporânea, torna-se possível analisar com maior precisão as formas pelas quais o discurso político digital produz adesão simbólica e legitimação social.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA RETÓRICA

Retórica, enquanto prática discursiva voltada à persuasão, remonta à Grécia Antiga, sendo sistematizada por Aristóteles como uma *techne*, uma arte com regras e finalidades. Para o filósofo, “a retórica é a faculdade de identificar, em cada caso, os meios disponíveis de persuasão” (Aristóteles, 2011, p. 23), o que a torna ferramenta de mediação essencial entre orador e audiência. Sua proposta se baseia em três elementos: *ethos*, *pathos* e *logos*. O *ethos* está relacionado à construção da credibilidade do orador; é preciso que o público o perceba como confiável e ético. O *pathos* diz respeito ao apelo emocional, à capacidade do discurso de mobilizar afetos e criar uma identificação emocional entre o orador e o receptor. Já o *logos* refere-se à lógica interna do argumento, à sua coerência e verossimilhança. A retórica não busca a verdade absoluta, mas aquilo que parece verdadeiro “para indivíduos desta ou daquela condição” (Aristóteles, 2011, p. 23), reafirmando sua dimensão contextual e performativa. Assim, a eficácia persuasiva está em adaptar a mensagem às disposições do público, não apenas no conteúdo, mas na forma como se apresenta.

Nas sociedades contemporâneas, sobretudo com a digitalização da esfera pública, a retórica migrou de palanques físicos para as redes, ganhando novas roupagens. O *ethos* do orador, por exemplo, agora se constrói também por imagens, curtidas e engajamentos. A retórica digital exige um reposicionamento do discurso: como observa Charaudeau (2006), “o *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares”, à forma como o político se vê e deseja ser visto, sobretudo em um ambiente de constante exposição. A lógica aristotélica cede espaço a um novo equilíbrio entre racionalidade e performance, e o discurso político, nesse cenário, tende a se orientar cada vez mais do *logos* em direção ao *pathos* e ao *ethos* (Charaudeau, 2006). A presença constante nas redes, a produção de conteúdo emocional e a encenação de proximidade com o “povo” tornam-se estratégias centrais na política populista digital. Como nota Gertrudes (2024), o populismo digital apresenta efeitos diretos e irreversíveis no contexto político brasileiro, reconfigurando os modos de circulação

da autoridade discursiva. Populismo, neste caso, não é ideologia, mas estilo e estratégia de comunicação, como defendem Mouffe (2020) e Panizza (2005), em que o “povo” se torna tanto conteúdo quanto forma do discurso.

Essa lógica retórica é amplificada no ambiente digital, onde o populismo se adapta às novas mídias, construindo narrativas simplificadas, emocionais e polarizadoras. Estratégias discursivas de políticos como o ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro e do deputado federal por Minas Gerais Nikolas Ferreira segue um roteiro que descredibiliza instituições tradicionais e aproxima o homem público do cidadão comum. A retórica populista flutua entre o carisma e o autoritarismo, como apontam Alves e Faria (2022), e opera pela criação de um inimigo comum, de uma ameaça à “verdade do povo”. Uma lógica de equivalência, como analisa Laclau (2013), em que diversas demandas sociais são agrupadas sob um mesmo significante: o “povo”. Tal lógica é sustentada por um discurso emocional, que encontra nas redes sociais um ambiente propício à difusão viral. A partir de uma suposta liberdade de expressão, como mencionam Scabin e Leite (2022), líderes conservadores operam com enunciados desinformativos que, embora questionáveis do ponto de vista factual, ressoam afetivamente entre seus seguidores. Essa retórica se ancora em performances digitais constantes, em transmissões ao vivo, vídeos curtos e frases de efeito, todos pensados para captar a atenção e gerar engajamento imediato, sem necessariamente apresentar um conteúdo racional estruturado.

A retórica, neste cenário, transforma-se em instrumento de construção de autoridade e manipulação. Não basta convencer, é preciso parecer verdadeiro. Como explica Charaudeau (2016), o político se constrói discursivamente como salvador, herói ou mártir, aquele que personifica as angústias e as esperanças do povo. Essa performance não visa à verdade, mas à aparência de verdade; o objetivo não é ter razão, mas parecer razoável. A manipulação, se dá pela sutileza: é fazer o outro acreditar que escolheu por si mesmo, quando, na verdade, foi induzido (Charaudeau, 2016). Van Dijk (2013) aprofunda essa ideia ao afirmar que a manipulação é simultaneamente cognitiva, social e discursiva, pois atua nas mentes e nas relações de poder a partir do uso estratégico da linguagem. A palavra, nesses contextos, torna-se força: organiza a memória, oculta contradições e orienta decisões (Silva; Schneider, 2025). Tal processo é facilitado pelo ambiente digital, onde o ritmo acelerado da informação dificulta a reflexão crítica. O discurso manipulador não apenas ocupa espaços de fala, mas contamina afetos e percepções, deslocando o

debate racional para o terreno da crença e da adesão emocional. Ao analisar os discursos de jovens parlamentares da direita, é necessário observar como tais técnicas retóricas operam para consolidar lideranças, criar inimigos simbólicos e silenciar questionamentos, em uma cena discursiva cada vez mais performática e polarizada.

2.1 PERSUASÃO POLÍTICA NO ECOSISTEMA DIGITAL

A fusão entre discurso político e performance nas redes sociais é uma característica central da comunicação digital contemporânea, especialmente quando observada nos discursos de jovens parlamentares de direita. O político se apresenta mais como uma persona do que como um agente institucional, assumindo um papel dramatizado, onde o *ethos* é construído por meio de performances cuidadosamente encenadas nas redes. Conforme argumenta Soares (2025), o espaço público tem sido convertido em palco para performances de autoafirmação, enquanto a cidadania se transforma numa busca individual por reconhecimento. Isso se conecta com a ideia de Raposo (2022), segundo a qual arte e política se imbricam em formas de atuação cotidiana, criando uma zona de indistinção entre engajamento estético e ação política. As redes sociais favorecem essa configuração ao possibilitar uma comunicação desintermediada, propícia à encenação e à construção de uma imagem pública baseada na moralidade e na emoção, como aponta Ferreira (2025), ao analisar a retórica de Ventura nas plataformas digitais. A ausência de mediação crítica, aliada à fragmentação do discurso e à lógica da atenção constante, transforma o debate político em espetáculo, como observa Charaudeau (2013), onde os valores de *ethos* e *pathos* ganham protagonismo em detrimento da busca pela verdade. O político de ocasião, figura performática moldada por algoritmos e validação social, emerge como produto direto das dinâmicas digitais, em que a construção do carisma e da autoridade passa por estratégias que misturam autenticidade simulada e afetos manipuláveis.

A centralidade dos algoritmos na organização do ecossistema digital redefine os critérios de visibilidade, priorizando conteúdos que maximizam o engajamento emocional. Isso tem implicações diretas para a persuasão política, que passa a depender da lógica de amplificação algorítmica. Conforme Zuboff (2020), as plataformas evoluíram de dispositivos que monitoram comportamentos para estruturas que os moldam, intervindo diretamente nos afetos e preferências dos usuários. Véliz (2021) aponta que o poder de prever e influenciar condutas se tornou

a principal moeda política e comercial do ambiente digital. As plataformas constroem perfis de persuasão, como descreve Burgaya (2021), capazes de antecipar estados emocionais e oferecer mensagens ajustadas a cada sujeito. A personalização, longe de representar empatia tecnológica, torna-se uma técnica de manipulação refinada. Os algoritmos, ao priorizarem emoções intensas, promovem discursos polarizadores e evitam a dissonância cognitiva, reforçando convicções existentes e moldando o ambiente discursivo com base em critérios comerciais e não deliberativos (Izidoro; Gaino, 2025). Isso se agrava com a criação de filtros- bolha (Pariser, 2012), que impedem o contato com visões divergentes e fortalecem o tribalismo digital. Ao privilegiar conteúdos que geram permanência e reações intensas, os algoritmos tornam-se coprodutores do discurso político, promovendo uma retórica que estimula o medo, o ressentimento e a indignação, emoções que têm alto potencial de viralização e engajamento. A persuasão política no ambiente digital está profundamente vinculada à arquitetura algorítmica das plataformas, cuja lógica está mais orientada à performance emocional do que à argumentação racional.

O discurso populista se adapta com eficiência a essa lógica emocional e polarizada das redes sociais. Uma de suas principais características é a simplificação do discurso político, que transforma questões complexas em narrativas binárias entre o “povo” e a “elite” (Mudde; Kaltwasser, 2017). Tal retórica aposta na dramatização da linguagem, na expressão de sentimentos antissistema e no uso de um vocabulário centrado no senso comum, como salientam Sakki e Martikainen (2021). A simplificação, combinada com a emocionalidade negativa, como raiva e medo dirigidos aos adversários, e positiva, como admiração direcionada ao líder, constitui o núcleo da eficácia populista nas plataformas digitais (Romancini; Gennari, 2023). O populismo digital adota uma estrutura de antagonismo permanente: “nós” contra “eles”, o que reforça a percepção de crise constante e legitima ações radicais como formas de defesa da maioria moral (Galito, 2018). A lógica de antagonização também está presente nos discursos de jovens parlamentares de direita que utilizam redes sociais como palco para performar indignação e reafirmar identidades políticas. Como indicam Mateus e Mazzola (2023), a retórica populista opera por meio da elocução simplificada e da expressividade hiperbólica, características que garantem maior difusão e adesão no ambiente digital. O populismo se articula, como uma estética da política, em que o líder se apresenta como única voz legítima do povo e os

adversários são convertidos em inimigos morais. Retórica, ao mesmo tempo em que mobiliza, estreita os espaços para o debate democrático e reduz a política à guerra de narrativas.

Esse fenômeno retórico se sustenta não apenas por técnicas discursivas, mas pela sinergia entre conteúdo, forma e plataforma. Como observam Romancini e Gennari (2023), a combinação entre o populismo midiático das mídias tradicionais e os recursos técnicos das plataformas digitais, como desintermediação e personalização, fornece às lideranças populistas um poderoso arsenal comunicacional. O discurso de direita nas redes, ao utilizar o estilo comunicativo populista, incorpora uma estética que favorece a performance do conflito, a dramatização dos eventos e a simplificação das mensagens. A política se converte, assim, em espetáculo contínuo, onde a lógica da atenção se sobrepõe à lógica da argumentação. A figura do parlamentar performático, amplamente presente nos discursos de figuras como Nikolas Ferreira, não surge como exceção, mas como síntese da nova configuração discursiva da política. A retórica digital não apenas adapta os três pilares aristotélicos (*ethos*, *pathos* e *logos*) às demandas do ambiente online, mas reordena suas hierarquias, privilegiando o apelo emocional e a construção identitária sobre a lógica racional (Ferreira, 2025). O campo discursivo é moldado por forças simbólicas e técnicas, onde o sucesso comunicativo depende mais da capacidade de viralizar do que de argumentar. A análise retórica dos discursos políticos revela-se fundamental para compreender os mecanismos de construção de autoridade, persuasão e manipulação no ecossistema digital.

2.2 ETHOS: CONSTRUÇÃO DA CREDIBILIDADE

A construção do *ethos* no discurso político contemporâneo retoma os fundamentos aristotélicos da credibilidade, baseando-se na demonstração de sabedoria prática (*phrónesis*), virtude moral (*areté*) e benevolência (*eúnoia*), como indicam Campbell, Huxman e Burkholder (2015). Esses elementos se atualizam na medida em que o orador é percebido como alguém sensato, íntegro e próximo de seu público. O *ethos* não é uma essência pré-existente, mas um efeito discursivo que se estabelece no ato da enunciação, revelando-se como um processo interativo e dinâmico (Maingueneau, 2008). Não basta dizer-se confiável: é necessário performar essa confiabilidade em tempo real, articulando linguagem, postura e conteúdo de modo coerente com a expectativa do auditório. O *ethos* discursivo emerge da

interação entre elementos prévios, como a reputação pública, e elementos atualizados no próprio discurso, como o vocabulário escolhido e o modo de endereçamento (Moura, 2012; Scarparo, 2021).

No campo da retórica política, o *ethos* é frequentemente forjado por meio de apelos à moralidade, à religiosidade, à juventude e à autenticidade. A autoridade moral se constrói a partir de valores que o público reconhece e admira, como a defesa da família, da fé e da “vida simples”. Como apontam Eatwell e Goodwin (2020), é comum a celebração da vida rural e dos costumes tradicionais, que operam como marcadores simbólicos de integridade. Esse tipo de apelo não visa apenas transmitir conteúdo, mas projetar uma identidade discursiva que gera identificação. O *ethos* é, uma construção situada, cuja eficácia depende da capacidade de ressoar com os afetos e crenças dos interlocutores (Amossy, 2005). Tal construção pode ser reforçada por uma fala direta, sem rodeios, que rejeita a linguagem política convencional e se ancora em uma suposta espontaneidade, aspecto frequentemente confundido com “verdade” e “coerência”. A oposição entre o “homem comum” e a “elite corrupta” é uma das principais estratégias utilizadas na construção do *ethos* em discursos populistas. Conforme argumenta Mudde (2004), a narrativa opera uma divisão simbólica entre dois polos irreconciliáveis: de um lado, o povo puro; de outro, uma elite retratada como distanciada, tecnocrática e moralmente. Essa clivagem, longe de ser meramente teórica, é mobilizada de forma afetiva por meio de expressões de indignação, gestos enfáticos e posturas combativas. A construção discursiva enfatiza a simplicidade como valor moral e estratégico, associando o orador a uma posição de autenticidade frente à artificialidade das instituições políticas. Wahlström et al. (2021) descrevem o populismo como um estilo performativo que depende da encenação constante da crise e da dramatização da luta simbólica entre “povo” e “elite”. Nessa lógica, o *ethos* ganha densidade não por meio da autoridade técnica ou institucional, mas pela incorporação simbólica das emoções coletivas como o ressentimento, a raiva ou a esperança.

A performance corporal e visual do orador desempenha papel central no reforço do *ethos* político. A credibilidade não é transmitida apenas pela linguagem verbal, mas também pelos modos de ocupação do corpo e do espaço. A retórica contemporânea reconhece que o *ethos* envolve “uma disciplina tácita do corpo” (Maingueneau, 2019), visível em gestos, figurinos e expressões faciais. A escolha por determinadas vestimentas como camisetas com slogans patrióticos ou religiosos,

o enquadramento de vídeos, o tom de voz e os gestos enfáticos são elementos que comunicam disposições éticas e políticas. Pereira e Cotinguiba (2022) demonstram como o corpo, ao ser mobilizado de maneira simbólica e emocional, torna-se suporte da mensagem: a camiseta, o sorriso, o dedo apontando para o braço vacinado são exemplos de como a performance visual reforça sentidos discursivos. Assim, o *ethos* também se manifesta como corporeidade visível, moldada para provocar adesão afetiva e política.

A configuração visual do discurso se amplia com o uso das mídias digitais, por meio da qual a imagem do orador pode ser moldada com recursos estéticos e técnicos. Maingueneau (2018) enfatiza que a enunciação “dá corpo” ao enunciador, permitindo que sua presença seja percebida de maneira sensorial, mesmo em ambientes mediados por telas. Vídeos ambientados em espaços domésticos ou religiosos, luz natural, roupas casuais e planos próximos compõem uma estética da intimidade, que busca diminuir a distância entre o emissor e seu público. Essa estética não é neutra: ela sustenta uma retórica de autenticidade que reforça o *ethos* discursivo. O corpo do orador, nesse caso, torna-se uma superfície de inscrição ideológica, como aponta Maingueneau (2016), sendo lido pelo público como índice de verdade ou engajamento. A articulação entre imagem e palavra, som e gesto, transforma o discurso político em uma performance audiovisual cuja função persuasiva está ancorada na construção de um “eu” confiável, próximo e reconhecível.

É fundamental compreender que o *ethos* é sempre uma construção relacional, dependente das expectativas do público e dos recursos disponíveis no contexto discursivo. Ele não reside em uma essência do sujeito, mas na imagem de si que é projetada e reconhecida socialmente (Amossy, 2016; Maingueneau, 2008). A imagem é construída não apenas por meio da fala, mas também pelo silêncio, pela postura, pelas omissões e pelos enquadramentos. A retórica política contemporânea, especialmente em ambientes digitais, explora intensamente o *ethos* performático, articulando linguagem, corpo e emoção para gerar adesão. Como observam Bini e Sella (2025), a enunciação na primeira pessoa e os posicionamentos explícitos (PPS e PPP) ajudam a compor uma imagem discursiva orientada por valores, convicções e estilos. O *ethos* torna-se um instrumento de poder simbólico, capaz de mobilizar afetos, reforçar identidades e legitimar posições no espaço público.

2.3 *PATHOS*: APELO À EMOÇÃO

O recurso ao *pathos* em discursos políticos contemporâneos tem como finalidade mobilizar afetos intensos, muitas vezes instáveis, que influenciam diretamente o julgamento e a adesão do público às ideias apresentadas. No caso de jovens parlamentares da direita, o apelo emocional é frequentemente utilizado para provocar medo, indignação, fé ou compaixão. Como assinala Aristóteles (2005), emoções são causas que transformam seres humanos, influenciando seus juízos. Essa transformação ocorre, muitas vezes, por meio de uma retórica que associa eventos cotidianos a ameaças morais, sociais ou existenciais. A dor evocada por temas como o “abandono da família tradicional” ou o “risco à inocência das crianças” constitui uma estratégia eficaz de adesão afetiva. Lima et al. (2021) mostram que expressões com carga patêmica, como advérbios de intensidade e verbos imperativos, são dispositivos recorrentes para garantir essa conexão emotiva. A emoção não enfraquece o argumento, mas o reforça ao transformá-lo em experiência (Plantin, 2002).

A estrutura do discurso emocional funciona como uma convocação a valores compartilhados. Em narrativas que enfatizam fé e salvação, como nas invocações a Deus ou à proteção da família, cria-se um ambiente de crença coletiva. Segundo Ahmed (2004), as emoções operam como economias afetivas que constroem comunidades políticas. No caso dos parlamentares analisados, esse movimento de partilha emocional é evidente na apropriação de símbolos religiosos para além do campo espiritual, como quando a fé é mobilizada como fundamento da moral pública. Lima et al. (2021) observam que a evocação de figuras como o “padrinho” ou o “pai protetor” serve para assegurar ao auditório uma sensação de segurança, felicidade e permanência. O sujeito que sofre, reza ou teme, ao compartilhar sua dor, inscreve-se num sistema de crenças comuns e torna-se legitimado dentro de um imaginário moral que valoriza a humildade e o sofrimento como caminhos para a redenção.

O uso de metáforas familiares e religiosas cumpre um papel simbólico fundamental na narrativa política. Tais metáforas ancoram o discurso na tradição e conferem ao político a imagem de guardião dos valores perenes. Smith (1998) ressalta a centralidade dos mitos de origem e das metáforas familiares como ferramentas de mobilização emocional e reforço de identidades nacionais. Já Duarte (2025) evidencia que expressões como “Deus, Pátria e Família” evocam memórias

coletivas e atuam como palavras de ordem que ultrapassam a argumentação lógica. Essas metáforas também instauram um tipo de transcendência no discurso, aproximando o político de uma figura quase messiânica, guiada por uma missão sagrada. A fé não é apenas uma referência; ela se torna uma bússola moral e uma moldura interpretativa para toda a realidade discursiva. Essa sacralização da linguagem afasta o contraditório e aproxima o orador da infallibilidade simbólica.

Metáforas nacionalistas operam de modo semelhante. Elas não apenas evocam uma memória histórica, mas também constroem um imaginário de destino e identidade que não tolera desvios. Gil e Macedo (1998, p. 53) apontam para o “efeito Lusíadas” como a transformação da contingência em destino. Na retórica política contemporânea, esse efeito aparece quando se afirma que um país “não podia não ter sido” ou que a identidade nacional deve ser preservada contra ameaças internas e externas. Tais discursos, ancorados na nostalgia, operam por exclusão: o que não pertence ao mito fundacional é visto como degeneração. Isso se manifesta em slogans como “Brasil acima de tudo” ou “resgatar os valores da nossa pátria”, que instauram a lógica de restauração e purificação. As metáforas, ao serem reiteradas, moldam a percepção da realidade e legitimam ações políticas em nome de uma memória idealizada e frequentemente inventada (Geary, 2005).

A lógica discursiva que opera sob o princípio do pertencimento e da exclusão, o clássico “nós x eles”, é uma das formas mais eficazes de mobilização emocional. Segundo Silva (2000), essas operações são fundamentais para definir quem pertence ao grupo e quem é excluído. Essa construção é ativada por meio de pronomes, marcações de alteridade e associações entre valores positivos e os integrantes do “nós”, enquanto o “eles” é marcado por características negativas, ameaçadoras ou degeneradas. Farré (2020) complementa ao afirmar que é por meio dessas indicações de distância e proximidade que se tece a trama da identidade social. O uso reiterado da expressão “nós, cidadãos de bem” ou “eles, os corruptos” inscreve emocionalmente o público em uma narrativa binária e simplificadora, mas eficaz. O “nós” inclusivo evoca unidade, familiaridade e dever comum, ao passo que o “eles” representa o inimigo moral, o outro que precisa ser combatido (Benveniste, 1991).

Essa lógica de separação se sustenta também na ideia de ameaça externa ou interna ao corpo social. Obradović et al. (2020) destacam que as emoções contêm juízos avaliativos sobre o que é bom ou mau, desejável ou condenável. Ao evocar a figura do “invasor ideológico” ou do “pervertido moral”, os parlamentares não

apenas expressam indignação, mas orientam a ação do público em direção à rejeição e à mobilização política. A emoção torna-se um dispositivo de organização social, estruturando identidades e decisões coletivas (Martin, 2013). A naturalização desse discurso, alerta Oliveira (2013), pode levar os indivíduos a aderirem a ideologias prejudiciais a si mesmos ou a terceiros. O apelo à emoção, assim, vai além da persuasão retórica: ele participa da formação de um senso comum carregado de afetos, que dificulta o debate racional e reforça a polarização.

O *pathos*, como observa Amossy (2018), não está isolado da linguagem, mas é nela inscrito como parte da argumentação. Ele se manifesta tanto nas palavras quanto nos silêncios, nas imagens evocadas e nos gestos performativos dos políticos. A presença emocional no discurso está intimamente ligada à construção de sentido e à identificação com o auditório médio (Fiorin, 2018). Não se trata de manipulação vazia, mas de um pacto afetivo construído com base nos valores dominantes de uma formação social. Em tempos de crise, esse pacto se fortalece por meio da memória, do medo e da esperança. Segundo Curto (1998b), as celebrações do passado são instrumentalizadas justamente nesses momentos para exorcizar derrotas e legitimar projetos de poder. A emoção, assim, torna-se um elo entre passado mítico, presente instável e futuro desejado.

É importante reconhecer que o *pathos* não atua de forma isolada, mas em tensão com *logos* e *ethos*, compondo a tríade aristotélica que fundamenta a persuasão (Aristóteles, 2006). Ainda que a tradição ocidental tenha relegado o *pathos* a um lugar secundário, associando-o ao irracional ou ao patológico (Parret, 1997), estudos contemporâneos demonstram seu papel estruturante na comunicação política. O sentimento não apenas acompanha o argumento, mas pode ser o motor que o sustenta, o que o torna eficaz e memorável. Quando um discurso mobiliza a compaixão, a revolta ou a fé, ele cria experiências que reverberam para além do instante da enunciação. A retórica que não apenas fala ao auditório, mas o convoca a sentir, a agir e a se posicionar, estabelecendo, assim, um vínculo afetivo com o orador e com a causa representada.

2.4 USO DISTORCIDO DE DADOS E ARGUMENTOS PSEUDO-RACIONAIS

A retórica de *logos*, apelo à lógica e à racionalidade, ocupa lugar central na argumentação política clássica, mas nem sempre a “lógica” apresentada corresponde

aos fatos. Autores da teoria do discurso observam que políticos podem construir uma *aparência* de racionalidade mesmo ao propagar inverdades (Miguel, 2022). Na tradição aristotélica, *logos* refere-se aos argumentos que *aparentam* fundamentar-se na verdade, conferindo autoridade a uma proposição controversa e dando-lhe estatuto de conclusão válida (Charaudeau, 2006). É possível persuadir usando a forma da razão sem o conteúdo verídico da razão. Jovens parlamentares frequentemente recorrem a dados e estatísticas de modo questionável, valendo-se de números ou estudos de forma seletiva para legitimar posições ideológicas. Segundo Miguel (2022), essa prática faz parte de um movimento mais amplo de degradação do debate público e promoção da irracionalidade política, no qual informações verdadeiras são substituídas por narrativas convenientes travestidas de análise técnica. Desse modo, o discurso ganha ares de objetividade, embora esteja comprometido por distorções intencionais e falta de rigor factual (Miguel, 2022). É um uso estratégico do *logos*: a forma lógica está presente, mas o compromisso com a verdade é superficial, colocando a eficácia persuasiva acima da precisão dos fatos.

Utilizar dados fora de contexto ou argumentos *pseudo-racionais* tornou-se uma tática recorrente para conferir credibilidade a discursos politicamente motivados. O orador manipula os chamados imaginários de conhecimento, referências coletivas ao saber científico, para respaldar opiniões pessoais como se fossem verdades técnicas (Charaudeau, 2006). Estudos de análise do discurso mostram que fatos científicos frequentemente aparecem misturados a crenças subjetivas, o que faz com que percam a força de convencimento que teriam se fossem apresentados de forma honesta (Charaudeau, 2006). Evidencia-se um saber de opinião disfarçado de saber científico, sustentando-se em representações que executam estratégias de manipulação. A mensagem é moldada para soar informativa e objetiva, porém padece de rigor metodológico e retira conclusões enganosas de dados reais. Muitas vezes os argumentos são estruturados com base em informações *não inteiramente verdadeiras*, apesar de fundamentadas em terminologia ou dados aparentemente científicos, produzindo um efeito retórico de veracidade sem substância factual (Charaudeau, 2006). Esse fenômeno insere-se no contexto da pós-verdade, termo que passou a designar situações em que fatos objetivos têm menor influência na formação da opinião pública do que apelos emocionais ou crenças pessoais. O vocábulo foi eleito palavra do ano pelo Dicionário

Oxford em 2016, consolidando-se como conceito central no debate sobre desinformação e política contemporânea (Dancona, 2018). No cenário contemporâneo de disputa simbólica, observa-se que atores políticos de diferentes espectros ideológicos recorrem a estratégias discursivas baseadas na racionalização de argumentos e na apresentação de dados supostamente objetivos. Essa utilização estratégica do logos, conforme a tradição aristotélica da retórica (ARISTOV TELES, 2005) e as formulações de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), busca conferir credibilidade e aparência técnica a discursos que possuem forte carga ideológica. Tal prática, como aponta Charaudeau (2019), contribui para legitimar posições políticas ao revesti-las de um tom racional e científico, ainda que voltadas à persuasão de públicos específicos.

Um exemplo claro do uso pseudo-racional de referências é a divulgação de conceitos fabricados como se fossem fatos consolidados. A retórica política da direita brasileira nos últimos anos criou inimigos imaginários com roupagem pseudocientífica, a fim de justificar posicionamentos extremos. Um caso a ser mencionado é a chamada *ideologia de gênero*, conceito inventado que foi alçado à ameaça premente nas narrativas conservadoras (Miguel, 2020). A construção retórica sem base factual real, apresentada em tom alarmista e racionalizado, supostamente embasada em estudos ou doutrinas, para criar pânico moral sobre pautas de diversidade e educação. Miguel (2020) demonstra que esse mito serve para canalizar ansiedades sociais em um alvo conveniente, conferindo uma explicação simples (e falsa) a mudanças nos costumes. Da mesma forma, a noção de *marxismo cultural* tem sido empregada por esses agentes como um guarda-chuva explicativo para fenômenos diversos, reunindo teorias da conspiração que culpam uma suposta infiltração marxista por problemas nacionais (Miguel, 2018).

Sob aparência de análise histórica e filosófica, recicla-se o velho anticomunismo da Guerra Fria mesclado a reacionarismo moral, dando-lhe um ar de teoria coerente (Miguel, 2018). Esses expedientes ilustram como elementos ideológicos são mascarados de argumentos técnicos ou lógicos. Ao invocar relatórios, pesquisas ou conceitos eruditos fora de contexto, o discurso ganha uma fachada respeitável que dificulta a contestação imediata. Hannah Arendt (1989) já alertava que, em ambientes políticos autoritários, a verdade factual pode ser suplantada por narrativas internamente consistentes que servem à ideologia do movimento. Assim, enquanto os dados e referências utilizados possam ser duvidosos ou distorcidos, a

estratégia é bem-sucedida em persuadir parte do público de boa-fé, que vê nesses números e termos uma justificativa racional para apoiar determinadas agendas. Em essência, o uso deturpado de dados e argumentos pseudo-racionais fornece ao discurso persuasivo de líderes da nova direita um lastro aparente de lógica, instrumentalizando a ciência e a informação para validar convicções prévias e reforçar preconceitos sob o disfarce de neutralidade técnica.

2.4 COMPARAÇÕES SIMPLIFICADAS E ANALOGIAS REDUTORAS

Outro recurso frequente na construção da aparência de lógica é a simplificação exagerada de comparações e analogias. Oradores reduzem questões complexas a equivalências fáceis de assimilar, muitas vezes recorrendo ao senso comum ou a exemplos anedóticos para convencer a audiência. Essa técnica retórica, também identificada como forma de falácia da falsa analogia ou generalização apressada, Conforme explicam Perelman e Olbrechts- Tyteca (2002, p. 430), “se duas situações têm algum ponto em comum, então as conclusões que valem para uma valem para a outra”. Essa estrutura de raciocínio caracteriza a argumentação por analogia, que busca transferir o valor de uma situação conhecida para outra, legitimando o argumento por meio da semelhança percebida entre os casos. Na prática, surgem declarações do tipo: *O Brasil não é a Suíça*, utilizadas para descartar políticas públicas sob o argumento simplório de que realidades nacionais distintas não comportam as mesmas soluções. Outra comparação reducionista, *cobrar imposto de quem vende picolé*, busca ridicularizar propostas tributárias ao evocá-las em contexto trivial, sugerindo que determinada medida seria tão absurda quanto taxar atividades informais infantis. Tais comparações superficiais apelam ao imaginário popular, criando conexões imediatas e emocionalmente carregadas, porém ignorando fatores estruturais fundamentais. Ao fazê-lo, os comunicadores induzem o público a aceitar conclusões equivocadas como se fossem evidências lógicas. O expediente de persuasão poderosa: na simplicidade do paralelo traçado, o ouvinte encontra uma explicação aparentemente *óbvia* e por isso convincente, ainda que falsa ou incompleta. Essa preferência por argumentos simplificados costuma vir acompanhada de slogans e frases de efeito que se fixam com facilidade na memória coletiva, funcionando como verdades instantâneas dispensadas de maior comprovação. Como observa Charaudeau (2006), a simplificação no discurso político tende a essencializar

juízos, cristalizando-os em estereótipos facilmente reconhecíveis e compartilhados pelo público. Em vez de discutir a complexidade de um tema, o que poderia gerar dúvidas ou controvérsia, o orador simplifica drasticamente a questão, oferecendo uma versão *preto no branco* que elimina nuances e convida à adesão rápida.

Do ponto de vista teórico, simplificação e repetição são procedimentos discursivos clássicos empregados para manipular a percepção e evitar o escrutínio crítico (Charaudeau, 2006). A simplificação manifesta-se por meio de fórmulas imagéticas e frases de impacto, quase como *slogans*, cujo efeito é reduzir a diversidade de ideias a uma mensagem única de aparência indiscutível (Charaudeau, 2006). Esse processo envolve duas dimensões complementares. A primeira é a *singularização*: evita-se apresentar múltiplos lados ou explicações alternativas para um problema, pois a multiplicidade poderia “confundir os espíritos” menos habituados a análises complexas (Charaudeau, 2006, p. 81). Em vez disso, destaca-se um só aspecto ou causa, como se todo o fenômeno pudesse ser explicado por ele.

A segunda dimensão é a *essencialização*: converte-se essa ideia simplificada em uma essência ou verdade absoluta, frequentemente carregada de julgamento de valor. Por exemplo, ao afirmar que determinada política social “só serve para aumentar a preguiça”, condensa-se um complexo debate socioeconômico em uma única sentença valorativa. Essa simplificação essencialista transforma ideias em estereótipos fixos, “políticos são todos corruptos”, “impostos só prejudicam o trabalhador”, que dispensam evidências adicionais. Segundo Charaudeau (2006, p. 121), tais estratégias produzem um discurso *fechado em si mesmo*, apresentado como evidência indiscutível, “como se não houvesse outra alternativa” disponível. O resultado é um enunciado de aparência lógica e coerente, porém construído sobre premissas limitadas e frequentemente enviesadas. Para o público, esse discurso simplificado é atraente justamente por sua clareza direta: oferece culpados claros e soluções fáceis de entender. Essa clareza é enganosa, obtida à custa da verdade complexa, servindo antes para *convencer* do que para *esclarecer*.

A amálgama discursiva é uma extensão sofisticada da comparação simplificada, presente em muitas falas de líderes populistas de direita. Consiste em conectar fatos, causas e consequências díspares de forma artificial, dando a ilusão de uma explicação global para problemas sociais (Charaudeau, 2006). Por meio do amálgama, por exemplo, um parlamentar poderia vincular o aumento da violência

urbana à pauta dos direitos humanos, insinuando que “defender os direitos humanos alimenta a criminalidade”. Nesse enunciado, duas coisas sem relação causal comprovada são amalgamadas para produzir um efeito de causalidade plausível. Procedimentos assim amplificam medos e ressentimentos: o público recebe uma narrativa em que preocupações legítimas (segurança pública) são atribuídas a alvos politicamente convenientes (ativistas de direitos humanos), gerando revolta direcionada. Para Charaudeau (2006, p. 78), o uso do amálgama provoca “amplificação na mente das pessoas”, alimentando pânico moral, ódio e outras emoções que bloqueiam a análise racional. Por meio dessas conexões simplistas, o discurso oferece bodes expiatórios fáceis e reforça preconceitos já latentes na sociedade. Vale lembrar que simplificar excessivamente comporta riscos: para Charaudeau (2006, p. 121), esse tipo de discurso funciona como uma ‘certeza sem provas’, apresentando-se como evidência fechada em si mesma. Essa simplificação, amplificada na cena midiática (Charaudeau, 2006, p. 123- 125), facilita a adesão imediata do público, mas ao preço da complexidade e da pluralidade de interpretações. Ainda assim, quando o objetivo é manipular, muitos comunicadores assumem esse risco deliberadamente. A intenção é criar um efeito de verdade imediata: quanto mais direta e sem nuances for a afirmação, mais ela soa como uma constatação incontestável. A audiência pode tomar partido rapidamente, dispensando reflexão mais profunda. As comparações simplificadas e analogias redutoras operam como atalhos retóricos que conferem aparente lógica ao discurso, mas ofuscam as causas reais e a complexidade dos temas” (CHARAUDEAU, 2006, p. 121)

2.5 RETÓRICA DA VEROSSIMILHANÇA: ARGUMENTO PLAUSÍVEL, PORÉM NÃO FACTUAL

Ao lado das estatísticas distorcidas e das analogias simplistas, a estratégia de persuasão da nova direita lança mão de uma poderosa arma retórica: a verossimilhança. Diferentemente da verdade factual, a verossimilhança diz respeito ao que *parece* verdadeiro, ao plausível e crível dentro de determinado imaginário, ainda que não se sustente em comprovação objetiva. No terreno do discurso político, muitas vezes importa menos a autenticidade dos dados e mais a coerência interna da história que se conta, isto é, que soe verídica aos ouvidos do público. A retórica da verossimilhança consiste em construir argumentos e narrativas tão alinhados às expectativas e crenças do auditório que eles se tornam convincentes pela mera familiaridade ou plausibilidade (Santiago, 2000). Em termos aristotélicos, é o aspecto do *logos* que procura demonstrar uma verdade provável, não necessariamente real, mas *possível o bastante* para não ser imediatamente descartada. Quando um jovem

deputado afirma, por exemplo, que “a corrupção aumentou devido à lei tal, aprovada pelos nossos adversários”, ele pode não apresentar provas concretas, mas cria uma *história verossímil* dentro do senso comum anticorrupção que permeia a sociedade. Esse tipo de argumento apela a cenários que o público julga *que poderiam ser verdade*. Como ressalta Charaudeau (2006), é próprio do *logos* fundar-se em elementos de verossimilhança para dar autoridade a uma proposição controversa, a audiência é levada a pensar: “faz sentido, é possível que tenha sido assim”. A eficácia da estratégia cresce em contexto de baixa confiança em instituições e imprensa, ambiente no qual teorias não verificadas ganham espaço. Jason Stanley (2018, p54) observa que políticos de viés fascista exploram exatamente isso: ao desacreditar especialistas e veículos independentes, sentem-se livres para “criar suas próprias realidades”, moldadas por suas narrativas particulares. Uma vez enfraquecidos os árbitros tradicionais da verdade, instala-se uma liberdade perigosa para propagar alegações infundadas, pois o público-alvo já está predisposto a duvidar de qualquer contraprova fornecida por fontes oficiais (Stanley, 2018). Nessas circunstâncias, a retórica da verossimilhança encontra terreno fértil, argumentos não precisam ser verdadeiros, apenas críveis o suficiente dentro do universo simbólico do grupo ao qual se dirigem.

A construção da verossimilhança no discurso político persuasivo baseia-se também em efeitos de verdade cuidadosamente encenados. O orador adota um tom, uma estrutura e detalhes que imitam o discurso factual, gerando no receptor a impressão de estar diante de uma constatação inquestionável. Charaudeau (2006, p. 49) descreve que procedimentos como a simplificação e a generalização atuam justamente para criar um “efeito de dizer verdadeiro”, ocultando as intenções manipuladoras sob a aparência de objetividade. Um exemplo disso é a citação de dados parciais com precisão numérica: ao dizer que “85% dos brasileiros de bem concordam com esta medida”, o enunciador passa uma impressão de rigor estatístico que o público médio dificilmente averiguará, mas que confere imediata credibilidade à afirmação. Ainda que a fonte ou metodologia por trás desse número sejam frágeis ou inexistentes, o simples emprego de um percentual específico já evoca veracidade. A retórica da probabilidade, mobiliza aspectos estilísticos e contextuais do discurso para mascarar sua falta de fundamentação. O uso de linguagem técnica, de testemunhos supostamente neutros ou até de perguntas retóricas do tipo “não é verdade que...?” induz o auditório a responder afirmativamente, ancorando-o em suposições

partilhadas. Esse processo é facilitado quando o orador se vale dos imaginários sociais já cristalizados: por exemplo, o imaginário do “cidadão de bem” trabalhador *versus* o “político corrupto”. Qualquer afirmação consonante com esses imaginários, por mais generalista que seja, parecerá aceitável aos olhos de quem os compartilha. Pesquisadores notam que essa forma de discurso *sequestra* o senso comum, convertendo-o em prova retórica. Como consequência, ideias preconcebidas e não comprovadas são aceitas sem resistência, enquanto vozes dissonantes (jornalistas, acadêmicos, opositores) são desacreditadas a priori por serem vistas como parte de uma conspiração ou de uma elite afastada do povo (Stanley, 2018). Desse modo, o debate racional cede lugar a uma disputa de narrativas, em que vence aquela capaz de se afirmar como mais plausível dentro do universo simbólico vigente.

O efeito agregado dessas técnicas, uso seletivo de *logos* distorcido, comparações simplórias e retórica da verossimilhança, é a consolidação de um discurso persuasivo altamente eficaz, porém esvaziado de compromisso com a verdade objetiva. Críticos argumentam que esse tipo de discurso mina os fundamentos do diálogo democrático, pois impede a formação de um consenso mínimo sobre os fatos (Miguel, 2022). Se cada segmento passa a ter a “sua” verdade plausível, o espaço para a deliberação racional desaparece, dando lugar a monólogos paralelos que não se encontram. A aparência de lógica no discurso dos jovens parlamentares de direita confere respeitabilidade às suas falas e atrai seguidores fiéis, mas cobra um preço alto: a fronteira entre fato e opinião torna-se fluida. Luís Felipe Miguel (2022) aponta que essa comunicação política calcada na verossimilhança e na simplificação promove irracionalidade programada, emoções e preconceitos são manipulados sob um verniz de racionalidade, fazendo com que parcelas do público consintam em propostas contrárias a seus próprios interesses, desde que embaladas por uma narrativa coerente com suas crenças prévias. Em última instância, a estratégia persuasiva aqui examinada assenta-se na exploração do *logos* aparente, o uso estratégico de elementos lógicos e dados que conferem credibilidade, combinado a uma forte carga emotiva subjacente (embora disfarçada).

O discurso de políticos ganha, assim, uma eficácia singular: convence sem esclarecer, mobiliza sem fundamentar de fato. Constrói-se uma realidade paralela verossímil que legitima ações e visões de mundo, neutralizando críticas com a alegação de que também se apoia na “lógica” e em “fatos”. A retórica da

verossimilhança, ao lado do mau uso de dados e das comparações simplificadas, compõe um repertório discursivo que simula racionalidade para fins persuasivos. Esse repertório revela-se poderoso para angariar apoio e fomentar identidades políticas, mas levanta sérias preocupações quanto à qualidade do debate público e à própria saúde da esfera democrática, na medida em que a busca sincera pela verdade cede lugar ao triunfo das narrativas mais convenientes.

Desinformação como recurso discursivo

A desinformação não é um fenômeno novo, mas no cenário político contemporâneo ela tem sido mobilizada de forma sistemática como um recurso discursivo estratégico. Em vez de ser um simples desvio eventual da verdade, a produção deliberada de narrativas falsas ou enganosas tornou-se eixo central da estratégia retórica de diversos líderes e grupos políticos (Gomes; Dourado, 2019). Essa instrumentalização política da mentira, frequentemente mascarada sob o termo banalizado *fake news*, visa corroer os referenciais de verdade compartilhados na esfera pública e minar a confiança nas instituições mediadoras do fato, como a mídia profissional e a academia. Como apontam Gomes e Dourado (2019, p. 43), as notícias falsas devem ser compreendidas como sintoma de um ataque mais geral “à credibilidade das instituições credenciadas para determinar o que é verdadeiro”, resultando na ascensão de uma “epistemologia tribal” em que verdade e mentira passam a ser julgadas pelo crivo dos interesses de cada grupo. A desinformação deixa de ser mero fruto de ignorância ou erro e converte-se em ferramenta de luta política, operando por meio da repetição exaustiva de narrativas falaciosas até que se tornem plausíveis para determinados públicos. Gomes e Dourado (2019) chegam a denominar esse uso orquestrado de mentiras de “guerrilha informacional”, pois ele corresponde a um ataque sistêmico travado no âmbito simbólico.

Em uma era caracterizada pela chamada pós-verdade, os fatos objetivos se tornam menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais (Seixas, 2019). Nesse cenário, campanhas de desinformação são planejadas e difundidas de modo coordenado, com claro cálculo estratégico, a fim de manipular o debate público e obter vantagens eleitorais ou ideológicas (Botelho; Junqueira; Terenzi, 2021). Parlamentares jovens de direita, imersos nesse

ecossistema digital, apropriam-se habilmente dessas práticas: disseminam boatos nas redes sociais, replicam discursos conspiratórios e atacam fontes independentes de verificação, tudo com o objetivo de moldar a percepção pública segundo suas agendas. Muitas vezes, esses atores propagam conteúdos sabidamente falsos não por ignorância, mas por considerá-los úteis para alimentar narrativas políticas urgentes ou moralmente justificáveis aos olhos de seu público. A lógica subjacente é a de que os fins, como salvar a nação ou combater um inimigo político demonizado, justificariam os meios desinformativos, naturalizando a mentira como arma discursiva lícita. Exemplo disso pôde ser observado nas eleições brasileiras de 2018, quando proliferaram boatos e teorias conspiratórias concebidos para prejudicar adversários, dos ataques infundados à memória da vereadora Marielle Franco às *fake news* sobre pretensas fraudes nas urnas eletrônicas, evidenciando o uso calculado da mentira como arma política.

Importa salientar que essa estratégia retórica da desinformação não atua no vácuo, mas encontra terreno fértil em sociedades polarizadas e desconfiadas de seus mediadores tradicionais. No Brasil, especialmente a partir das eleições de 2018, consolidou-se um ambiente de “desordem informacional” em que narrativas falsas prosperam apoiadas pela descrença difusa na grande mídia e pelas paixões partidárias. Lideranças populistas de direita exploram esse ceticismo alimentando a ideia de que somente eles falam a verdade, ao passo que a imprensa, os especialistas e os adversários políticos seriam mentirosos ou conspiradores. A prática de rotular como *fake news* qualquer notícia contrária à sua narrativa tornou-se corriqueira entre essas figuras, numa inversão perversa em que os veículos jornalísticos passam a ser acusados de disseminar falsidades. A retórica desinformativa serve a um duplo propósito: persuadir a audiência própria por meio de mentiras convenientes e, simultaneamente, desqualificar as vozes dissonantes que poderiam expor tais mentiras (Botelho; Junqueira; Terenzi, 2021). O recurso discursivo de poder, que redefine os limites do aceitável no debate público e fragiliza os mecanismos clássicos de checagem e contraponto do discurso democrático. A retórica desinformativa se apresenta, já na largada do século XXI, como recurso fundamental de disputas de poder, subvertendo padrões de debate pautado em fatos e promovendo um clima de ceticismo generalizado.

Retórica da verossimilhança

Para que a desinformação seja bem-sucedida como estratégia persuasiva, ela frequentemente se apoia na chamada retórica da verossimilhança. É preciso que a mentira se revista de uma aparência de verdade, apresentando-se de forma plausível aos olhos do público. Como observou Silviano Santiago, “a verossimilhança domina o espírito da grande massa pela semelhança que tem com a verdade” (Santiago, 2000, p. 42). Essa astuta retórica do “parece, mas não é” explora a credulidade do receptor mediante estratégias discursivas que fazem o falso soar familiar e coerente. Em termos práticos, significa que a desinformação bem elaborada costuma incorporar fragmentos de verdade, dados fora de contexto ou elementos do senso comum compartilhado, tudo para construir um cenário em que a falsidade pareça logicamente aceitável. Por exemplo, rumores políticos enganosos geralmente partem de fatos verídicos (uma declaração, um evento real) e lhes adicionam interpretações distorcidas ou conjecturas conspiratórias que atendem a preconceitos já existentes na comunidade de recepção. Assim, cria-se o chamado “efeito de verossimilhança”, a narrativa fica não necessariamente provada, mas “com cara de verdade”, suficiente para convencer quem já está predisposto a acreditá-la.

A retórica da verossimilhança manifesta-se também por meio da simulação dos gêneros jornalísticos tradicionais, que é utilizada para disfarçar o caráter falso de determinadas mensagens. Criam-se sites e perfis que imitam o visual, a estrutura e o estilo da mídia noticiosa profissional, conferindo aparente credibilidade a conteúdos que não a merecem. Dourado e Gomes (2019) definem as fake news como “relatos pretensamente factuais que alteram os fatos ou os inventam de forma intencional”, imprimindo a roupagem de notícia para melhor enganar. Essa “roupagem de verdade” pode incluir manchetes alarmistas, linguagem supostamente neutra ou técnica, e até pseudocitações de autoridades, tudo calculado para sugerir que o conteúdo procede de fonte confiável. No campo da saúde, por exemplo, especialmente durante a pandemia de Covid-19, estudos mostraram que boatos com linguagem pseudo-científica se disseminaram amplamente, reforçando uma falsa credibilidade sobre tratamentos ou medidas de proteção (Barcelos et al., 2021).

Outra expressão notável da retórica da verossimilhança está na integração entre mentira e emoção. Ao apelar para medos, esperanças ou indignações populares, os criadores de desinformação conseguem envolvê-la em uma aura de veracidade

emocional: o conteúdo “sente” verdadeiro para o público, pois ressoa com suas experiências pessoais ou crenças preexistentes. Essa dinâmica está intimamente ligada à construção do *ethos* do enunciador, a imagem de credibilidade de quem comunica. Um discurso repleto de verossimilhança precisa que o emissor pareça sincero e autêntico. Não por acaso, os disseminadores de desinformação frequentemente adotam um tom de confiança ou de revolta genuína, como se estivessem revelando “a verdade oculta” ao povo. Essa postura performática convence mais pela *pose* de honestidade do que pelo lastro factual. A eficácia persuasiva da mentira política contemporânea depende menos da supressão completa da verdade e mais da capacidade de embaralhá-la com elementos verossímeis, até que a distinção entre fato e ficção se torne nebulosa.

A performance como estratégia de verdade

No universo político midiaticizado, não só o conteúdo das mensagens importa, mas também a forma como são encenadas. A performance do ator político, sua imagem, seu estilo e seu comportamento público, tornou-se uma poderosa estratégia de construção de verdade aos olhos da audiência. Em vez de verdade factual, busca-se produzir uma verdade performática, em que a sinceridade percebida e a identificação emocional substituem a verificação objetiva. Já na década de 1960, Erving Goffman (2004) analisou como os indivíduos representam papéis sociais para controlar a impressão que causam nos outros; no caso dos líderes populistas atuais, essa representação atinge um grau consciente de elaboração teatral. O político molda uma persona pública, frequentemente a do *outsider* autêntico, do cidadão comum indignado ou do paladino moral, e atua incansavelmente dentro desse papel, de modo a persuadir pelo carisma e pela coerência entre discurso e imagem. Essa encenação deliberada visa justamente demarcar um contraste em relação aos políticos tradicionais: em vez da fala contida e do jargão técnico, a retórica populista aposta na franqueza rude e na emoção à flor da pele, ingredientes que sinalizam autenticidade aos olhos do público. É preferível cometer erros factuais a transparecer hesitação ou artificialidade: a performance confiante e combativa é tomada pelo público como indicativo de verdade, ao passo que a linguagem técnica ou ponderada de um especialista pode soar, para muitos, como dissimulada ou elitista (Botelho; Junqueira; Terenzi, 2021). Um dado falso, se dito com convicção, produz mais efeito

entre os convertidos do que uma verdade comunicada com hesitação. Não raro, atores encenam situações calculadas, como transmissões ao vivo informais em que falam verdades incômodas ou confrontos dramatizados com adversários, justamente para consolidar sua imagem de sinceridade heroica diante do “sistema”. Tais episódios espetaculares reforçam a ligação emocional com seus apoiadores e os convencem de que apenas esses líderes possuem a ousadia de dizer o que os outros calam.

No caso de jovens parlamentares da direita brasileira, observa-se nitidamente o uso dessa performance autenticadora. Em plenário e, sobretudo, redes sociais, adotam um tom inflamado, gestos contundentes e uma linguagem simples, por vezes chula, para se apresentarem como a voz franca do povo contra tudo o que está aí. Essa estilização do eu público, que inclui desde a indumentária (ternos com cores da bandeira, por exemplo) até bordões de efeito, é calculada para sinalizar proximidade com o cidadão comum e rejeição à política tradicional. Ao encenarem indignação genuína em vídeos caseiros nas redes, sem o polimento típico dos discursos oficiais, esses parlamentares criam a impressão de transparência e espontaneidade. É a política como *reality show*, em que o público se sente nos bastidores do poder e, mais próximo da verdade. Essa estratégia performática não raro envolve confrontos públicos e até encenações do martírio: ao serem criticados ou punidos por declarações polêmicas, esses atores se colocam imediatamente no papel de vítimas da censura, reforçando a noção de que suas verdades são perseguidas pelo sistema. A performance de verdade se alimenta do *ethos* construído ao longo do tempo. A coerência aparente entre o que dizem e o que fazem, por exemplo, recusar-se a baixar o tom mesmo diante de reprimendas, é interpretada por sua base como prova de integridade. Cria-se uma inversão curiosa: na política populista, não é a adequação à realidade factual que confere credibilidade, mas sim a fidelidade obstinada à personagem discursiva que se encarna. Como resultado, o debate público degrada-se em um embate de performances, em que sobressaem aqueles que encenam com maior êxito a figura do verdadeiro, ainda que seus argumentos sejam sabidamente infundados.

A conjunção entre performance política e plataformas digitais acentuou ainda mais esse fenômeno. As redes sociais cobram dos atores públicos uma presença constante, quase um reality show continuado de suas vidas e opiniões. Jovens líderes de direita são especialmente ativos nesse cenário: fazem transmissões ao vivo em que comentam notícias em tempo real, exibem cenas de seu cotidiano ou de bastidores do Congresso, tudo para criar a ilusão de transparência absoluta. Essa

superexposição calculada lhes permite pautar a mídia e manter seus seguidores mobilizados, além de prevenir a dissociação entre personagem pública e pessoa real. Para esses líderes, a distinção entre público e privado esvaiu-se: qualquer aspecto de sua vida pode virar conteúdo para engajar os seguidores, do almoço em família à discussão no gabinete. Ao exporem seus bastidores e cultivarem a coerência de sua persona política por 24 horas ao dia, eles tentam blindar sua imagem contra contradições que abalem a confiança da base. Se outrora a política podia se dar ao luxo do verniz formal e da separação entre palco e bastidor, hoje a lógica da performance total impõe que o líder encarne 24 horas por dia a verdade que professa. Muitas dessas cenas e declarações *flamboyants* transbordam do ambiente digital para os noticiários convencionais, gerando ciclos inteiros de pauta em torno de polêmicas fabricadas.

Estratégias de comunicação outrora heterodoxas, transmissões improvisadas, memes agressivos, ataques pessoais diretos, tornaram-se parte do cotidiano político, recompensadas pelo alcance e repercussão que proporcionam. Plataformas digitais recompensam diretamente esse estilo combativo com visibilidade e engajamento, incentivando os atores políticos a persistir e até elevar o tom, em seus excessos retóricos. O efeito combinado dessas dinâmicas é uma dramaticidade constante no discurso público, extremamente eficaz para engajar emocionalmente as bases, mas também obscurece a distinção entre fato e opinião, saturando o debate com versões apaixonadas em lugar de evidências, o que se revela deletéria para a possibilidade de um debate racional pautado em fatos verificáveis. São justamente essas performances polarizadoras que os algoritmos das plataformas tendem a amplificar, vídeos de confrontos indignados ou declarações escandalosas viralizam muito mais do que pronunciamentos serenos, retroalimentando o ciclo de radicalização do discurso.

2.6 DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA

A presente pesquisa optou por centrar-se na análise retórica e discursiva de 16 vídeos publicados no Instagram, Facebook e X (Twitter) por quatro parlamentares jovens da direita brasileira. O objetivo foi compreender de que modo tais atores mobilizam estratégias persuasivas vinculadas às categorias de ethos, pathos, logos, verossimilhança, performance e desinformação.

Essa escolha metodológica implicou priorizar a análise qualitativa e

interpretativa, em consonância com os objetivos do trabalho e com a tradição de estudos em Comunicação e Linguagens. Embora metodologias de triangulação, como análise de comentários, mineração de dados ou entrevistas com seguidores, pudessem oferecer outras camadas de interpretação, a delimitação adotada é justificada pelo escopo da pesquisa e pela ênfase em compreender o funcionamento interno dos discursos. Assim, o foco recai sobre o discurso político em circulação e não sobre a recepção de seus efeitos sociais, dimensão que se apresenta como possibilidade para pesquisas futuras.

Como complemento ao corpus audiovisual, incorporou-se um recorte de comentários de audiência catalogados no Apêndice F (pp. 107–114), coletados entre janeiro e junho de 2025 nas mesmas publicações analisadas. A amostra reúne 200 comentários, anonimizados e normalizados apenas quando ruídos gráficos impediam a leitura, com distribuição 80% de apoio e 20% de crítica/contestação. Esses comentários não são tratados como opinião pública generalizável, mas como indícios de recepção situada, úteis para observar como as estratégias retóricas se reforçam, são disputadas ou resignificadas na interação com seguidores. Sua função no texto é ilustrativa e analítica, servindo para ancorar, com evidências empíricas, as interpretações de *ethos*, *pathos* e *logos* desenvolvidas no Capítulo 3.

2.7 LIMITAÇÕES RECONHECIDAS

Reconhece-se, contudo, que a opção metodológica traz consigo algumas limitações, que precisam ser explicitadas para a adequada compreensão do alcance do estudo:

- Delimitação do corpus: a análise contempla 16 vídeos, selecionados pelo critério de maior repercussão e engajamento, o que confere relevância empírica, mas não pretende esgotar a produção discursiva dos parlamentares analisados.
- Instabilidade das plataformas digitais: conteúdos podem ser removidos, alterados ou perder visibilidade em razão das dinâmicas algorítmicas. A sistematização dos links no Apêndice B constitui, portanto, uma estratégia de registro e preservação do corpus.
- Ângulo de observação: a pesquisa se volta exclusivamente para o discurso produzido pelos parlamentares. A ausência de uma análise da recepção é

resultado de uma escolha metodológica, e não de uma lacuna, permitindo foco no objeto delimitado.

- Viés interpretativo: por tratar de um campo de intensa polarização política, o olhar do pesquisador pode ser tensionado por inclinações ideológicas. Para mitigar esse risco, recorreu-se a categorias analíticas fundamentadas teoricamente, que orientaram a leitura crítica do material. O reconhecimento dessas limitações não enfraquece o trabalho, mas o fortalece, ao delimitar com clareza o escopo e a profundidade da investigação. Tal postura contribui para a transparência científica e evidencia que, ao mesmo tempo em que analisa a retórica digital de jovens parlamentares, o estudo abre caminhos para investigações posteriores que desejem articular os discursos às práticas de recepção e circulação social.

2.7 ALGORITMOS E A LÓGICA DA AMPLIAÇÃO

Se a retórica da desinformação conta com o verniz da verossimilhança e com a potência da performance para convencer, ela também se beneficia de forma decisiva das estruturas tecnológicas que regem a circulação de conteúdo nas redes. Os algoritmos das plataformas digitais, em especial de redes sociais como Facebook, YouTube, Instagram e Twitter, operam segundo a lógica do engajamento: quanto mais interações (curtidas, compartilhamentos, comentários) um *post* gera, mais ele é impulsionado para outros usuários. Essa dinâmica cria um mecanismo de ampliação automática de mensagens que ressoam emocionalmente no público, ainda que negativamente. Conteúdos moderados ou complexos tendem a receber menos destaque do que aqueles que despertam paixões imediatas medo, revolta, entusiasmo. Disso decorre que a desinformação, muitas vezes formulada de modo sensacionalista, tem vantagem estrutural nesse sistema: teorias conspiratórias, escândalos fabricados e denúncias bombásticas viralizam com facilidade, impulsionados pela curiosidade e pela indignação dos usuários (Recuero; Soares; Zago, 2020). Os grupos politicamente engajados formam verdadeiras câmaras de eco, nas quais os algoritmos passam a reforçar preferências preexistentes: um usuário que interage com conteúdo de direita radical receberá cada vez mais desse conteúdo, isolando-se em uma bolha ideológica onde a desinformação prolifera sem contestação.

Pesquisas realizadas nos últimos anos evidenciaram que as redes de apoio a

políticos populistas articulam-se de maneira a maximizar o alcance de suas mensagens, explorando ativamente as brechas e oportunidades dos sistemas algorítmicos. No Brasil, analistas observaram o uso coordenado de hashtags, sincronizando postagens em massa para alavancar termos favoráveis à sua causa aos tópicos de tendência (*trending topics*). O compartilhamento cruzado de conteúdo entre plataformas, por exemplo, um mesmo vídeo ou meme circulando no WhatsApp, Telegram, Twitter e YouTube, multiplica exponencialmente sua audiência potencial. Junte-se a isso a participação de robôs (*bots*) e perfis falsos que automatizam a difusão, e tem-se um panorama em que a desinformação alcança milhares ou milhões de pessoas em questão de horas, muitas vezes antes que qualquer mecanismo de verificação humana consiga reagir. Como destacam Botelho, Junqueira e Terenzi (2021), o próprio funcionamento das plataformas tende a privilegiar conteúdo catártico e polarizador, pois este gera mais cliques e comentários. Em certo sentido, a arquitetura da comunicação digital contemporânea atuou como aliada involuntária dos mercadores da mentira, amplificando suas vozes muito além do que seria possível em meios de comunicação tradicionais.

Não surpreende, assim, que os jovens parlamentares adeptos da retórica desinformacional sejam também exímios *influencers* digitais. Eles dominam as lógicas de cada plataforma, adequando a mensagem ao formato mais propício para viralização: tuítes curtos e contundentes com palavras-chave calculadas; *memes* e montagens visuais de fácil compreensão e alto apelo emotivo no Instagram; vídeos editados com ritmo dinâmico e manchetes chamativas no YouTube; correntes e listas de transmissão no WhatsApp que se valem da confiabilidade inerente à comunicação entre conhecidos. Tudo é pensado para driblar tanto a dispersão da atenção online quanto eventuais filtros algorítmicos de detecção de conteúdo duvidoso. Esses agentes costumam se apoiar em uma militância digital dedicada, que replica espontaneamente (ou por orientação de grupos organizados) as publicações originais, amplificando ainda mais o alcance. Em questão de minutos, uma declaração controversa feita por um deputado nas redes pode ganhar as ruas virtuais e até transbordar para os meios jornalísticos, obrigando o resto da sociedade a lidar com aquela pauta imposta. Assim, a lógica algorítmica não só amplia a desinformação, mas também contribui para fixá-la na agenda, deslocando o foco do debate público para terrenos favoráveis aos interesses populistas.

A fragilidade da moderação diante da retórica populista

Diante do poder de expansão conferido pela lógica algorítmica à desinformação, as tentativas de moderação e controle desse conteúdo enfrentam desafios formidáveis. Em primeiro lugar, há a dificuldade material: é virtualmente impossível para agências de checagem de fatos, plataformas de mídia social ou mesmo para o Judiciário acompanhar em tempo real o volume e a velocidade das narrativas enganosas que circulam. Essa dinâmica ficou evidente em episódios recentes, como nas eleições de 2018 no Brasil, quando boatos espalhados por aplicativos de mensagem alcançaram milhões de pessoas em poucas horas, muito antes de qualquer desmentido oficial. Mesmo com ferramentas automatizadas de detecção, boa parte das mensagens enganosas escapa ao escrutínio; e em ambientes fechados, como grupos de WhatsApp ou Telegram, o monitoramento é virtualmente impossível. Quando uma mentira é identificada e desmentida por um *fact-check*, o estrago já está feito: a informação falsa já percorreu milhares de compartilhamentos e, segundo o adágio, “enquanto a verdade calça os sapatos, a mentira dá a volta ao mundo”. Essa assimetria entre a propagação e a correção é explorada por agentes de desinformação, que sabem que uma retratação jamais terá o mesmo alcance do boato inicial. Em segundo lugar, e talvez mais importante, existe a fragilidade política e cultural de esforços de moderação num contexto de retórica populista. O discurso antimoderação se tornou parte da própria campanha de desinformação: ao se proclamarem censurados, esses líderes reforçam a aura de vitimismo que os ajuda a mobilizar seus simpatizantes. Ademais, a moderação de conteúdo esbarra em dilemas democráticos: como conciliar a defesa da liberdade de expressão com a necessidade de conter os danos da desinformação, especialmente quando os próprios difusores de falsidades se protegem sob o manto dessa liberdade? Essa tensão torna as medidas regulatórias politicamente delicadas e facilmente exploráveis pelos demagogos. A moderação de conteúdo encontra-se em desvantagem tanto no plano operacional quanto no simbólico: carece de meios eficazes para conter a avalanche de inverdades e, quando tenta fazê-lo, vê sua legitimidade contestada pelos próprios propagadores de falsidades.

A retórica populista opera por uma lógica binária de conflito entre “o povo” e “as elites”, de modo que as iniciativas de moderação são imediatamente enquadradas

como atos autoritários de uma elite temerosa da voz popular (Richaud, 2017; Aubin, 2018). Se uma rede social bane ou suspende perfis que violam sistematicamente as regras, a narrativa forjada é a de que há um complô do *establishment* globalista para silenciar conservadores. “Decisões da Justiça Eleitoral para remover conteúdos inverídicos durante campanhas foram frequentemente contestadas, sendo qualificadas por opositores como formas de censura e controle excessivo sobre a liberdade de expressão” (Costa; Barbosa, 2025, p. 3658). Essa estratégia não só dificulta a atuação efetiva dos órgãos moderadores, como também faz parte do próprio jogo político dos desinformadores: eles lucram ao posar de vítimas de uma suposta censura, galvanizando ainda mais seus apoiadores em torno da ideia de que há uma “ditadura da verdade oficial” a ser combatida. Em países democráticos, onde a liberdade de expressão é um bem caro, qualquer projeto de regulamentação de conteúdo precisa enfrentar essa linha de ataque retórico. No Brasil, recentes debates sobre o chamado PL das *Fake News* ilustram essa dificuldade: embora a iniciativa busque criar mecanismos de transparência e responsabilidade para as plataformas digitais, foi pintada pelos opositores como tentativa de calar vozes dissidentes, atrasando e esvaziando as medidas propostas.

Além da resistência ideológica, há ainda a questão da adaptabilidade dos discursos populistas para driblar a moderação. Quando determinadas palavras-chave passam a ser monitoradas pelos verificadores (por exemplo, “vacina” ou “fraude”), difusores de boatos rapidamente as substituem por códigos e alusões, escapando aos filtros automáticos. Em 2021, após grandes empresas de redes sociais intensificarem a supressão de conteúdo extremista após ataques à democracia, lideranças bolsonaristas convocaram seus apoiadores a migrar para o Gettr, afirmando que lá não haveria censura (O Globo / Sonar, 18 jul. 2021). Nesses novos redutos digitais, puderam ampliar novamente seu público sem incômodos, revelando a fragilidade estrutural de se combater a desinformação apenas com medidas reativas. Enquanto a moderação tenta tapar brechas, a retórica populista segue se reinventando e encontrando novos canais para propagar suas “verdades alternativas”. A cada proibição ou punição, esses atores encontram uma brecha ou atalho, tornando a aplicação das regras invariavelmente reativa e frequentemente tardia. O ecossistema populista aprende a prosperar à margem das instâncias convencionais de controle, construindo uma espécie de contra esfera pública digital em grande medida

impermeável à verificação externa.

Em última instância, o embate entre moderação e retórica populista é um embate pela definição do próprio regime de verdade na esfera pública. Se os esforços de contenção da desinformação não forem acompanhados de uma reconquista da confiança cidadã na mídia independente e de uma alfabetização midiática ampla, corre-se o risco de que toda a intervenção moderadora seja percebida apenas como disputa de narrativas, não como tutela do bem comum. Como argumentou Hannah Arendt (1995), a veracidade factual é frágil nas mãos do poder, pode ser manipulada ou suprimida, mas sem ela acabamos mergulhados em um universo em que ninguém consegue mais se entender sobre o que é real. Por tudo que foi exposto, percebe-se que a retórica desinformativa como estratégia desafia profundamente paradigmas tradicionais da comunicação política e da esfera pública democrática. Ao conjugar manipulação cínica do conteúdo (desinformação), a astúcia formal do discurso (verossimilhança), a dimensão simbólica e midiática (performance) e as estruturas tecnológicas contemporâneas (algoritmos), essa estratégia mostra-se eficaz em moldar percepções e consolidar poder. Paralelamente, escancara as vulnerabilidades de ferramentas de controle: leis, plataformas e jornalismo são tensionados até o limite por uma prática política que contorna ou confronta qualquer tentativa de freio.

A discussão crítica dessa realidade impõe reconhecer que não estamos diante apenas de um desvio pontual ou de um problema de comunicação, mas de um projeto de poder que se alimenta do descrédito e da confusão informacional. Compreender os mecanismos e efeitos da retórica desinformativa é passo fundamental para pensar estratégias de resposta, seja por uma regulação mais efetiva das plataformas, por educação midiática ampla ou pela reinvenção do jornalismo e da política em nome do compromisso com a verdade factual. Somente assim poderemos fortalecer a resiliência da esfera pública brasileira frente a esse dilúvio de falsidades performáticas que, em última instância, ameaça os alicerces do debate democrático.

3. RETÓRICA DESINFORMATIVA E PERFORMANCE NAS REDES

Para além da dimensão argumentativa, parte-se do entendimento de que a atuação desses parlamentares nas redes sociais também se constrói como performance política, na qual elementos visuais, corporais e entonações discursivas contribuem para a construção do ethos e para a mobilização afetiva do público,

dialogando com a noção de encenação discursiva proposta por Maingueneau (2008), com os contratos comunicacionais discutidos por Charaudeau (2006) e com perspectivas sobre performances políticas contemporâneas em ambientes digitais, conforme Raposo (2022).

O discurso político contemporâneo, especialmente em plataformas digitais, revela estratégias retóricas que combinam apelos emocionais, performances identitárias e uso oportunista da informação. Neste capítulo, analisam-se os discursos de quatro jovens parlamentares de direita, Nikolas Ferreira (PL-MG), André Fernandes (PL-CE), Gustavo Gayer (PL-GO) e Júlia Zanatta (PL-SC), notórios pelo intenso engajamento online e pela propagação de narrativas polarizadoras. Em janeiro de 2025, um vídeo publicado por Ferreira intitulado *“O PIX está unindo o povo”* alcançou repercussão nacional ao denunciar uma suposta taxaço do Pix, insinuando que o governo promoveria “quebra de sigilo disfarçada de controle fiscal” (referência) sobre as transações dos cidadãos. A peça retórica, carregada de indignação, comparava a medida a “cobrar imposto de quem vende picolé” (referência), buscando ilustrar sua pretensa absurdidade. Com mais de 300 milhões de visualizações acumuladas em redes sociais, o vídeo não apenas mobilizou a opinião pública contra a normativa fiscal, mas levou à revogação da medida governamental no dia seguinte.

Nesse sentido, a construção do discurso ultrapassa a dimensão argumentativa e assume caráter performático, no qual a encenação do ethos contribui para a produção de sentidos políticos, conforme discutido por Maingueneau (2008).

O estudo parte desse vídeo publicado em 14/01/2025, no qual Nikolas Ferreira critica a fiscalização do Pix – peça que alcançou alcance excepcional e desencadeou ampla repercussão pública. A gravação viralizou em ritmo atípico, com métricas de visualização reportadas por veículos de imprensa e repercussão em outras plataformas, tornando-se um caso paradigmático para compreender a circulação de retóricas populistas digitais e seus efeitos de agenda (Bortolon; Rudnitzki, 2025; Poder360, 2025; Gazeta do Povo, 2025; Veja, 2025).

Para evitar inferências baseadas em um único episódio, o corpus foi ampliado para dezesseis vídeos distribuídos entre quatro parlamentares jovens de direita: Nikolas Ferreira, André Fernandes, Gustavo Gayer e Júlia Zanatta, publicados entre janeiro de 2025 e junho de 2026 em Instagram, Facebook e X (Twitter). A seleção obedeceu a critérios explícitos: (i) formato audiovisual publicado nos perfis oficiais;

(ii) engajamento extraordinário (picos de visualizações e interações acima do padrão das páginas); (iii) aderência temática ao foco desta dissertação, com presença de retórica populista e/ou conteúdo potencialmente desinformativo; (iv) repercussão pública comprovável por coberturas jornalísticas e registros institucionais. Sempre que possível, os dados de alcance foram confrontados com matérias e relatórios independentes para documentação e auditoria (Aos Fatos, 2025; CNN Brasil, 2025; Gazeta do Povo, 2025).

Analiticamente, adota-se a Análise de Discurso articulada à tradição retórica (*ethos*, *pathos* e *logos*) e aos estudos sobre populismo e desinformação. Buscam-se evidências de distorção de dados, apelo emocional e retórica da verossimilhança como engrenagens de persuasão em ambientes plataformizados (Laclau, 2013; Mudde, 2004; Gomes; Dourado, 2019). Cada vídeo foi transcrito integralmente e codificado segundo essas categorias; as transcrições e a tabela auditável com data, plataforma, métricas e justificativa de inclusão constam no Apêndice A, que também registra as janelas de aferição D+1, D+3 e D+7 para visualizações e interações. Essa arquitetura metodológica permite comparar padrões retóricos entre os quatro parlamentares e triangular achados com comentários de seguidores e repercussões midiáticas quando houver (Cordeiro, 2022; Aos Fatos, 2025).

O episódio emblemático serve como ponto de partida para examinar como Nikolas Ferreira articula estratégias de persuasão desinformativa, construindo sua imagem pública enquanto “voz do povo” e explorando dinâmicas emocionais e cognitivas de sua audiência para ampliar seu poder de influência. Eleito em 2022 como um dos deputados federais mais votados de Minas Gerais, com 26 anos tornou-se um dos expoentes da direita bolsonarista nas redes. Seus vídeos e publicações frequentemente ultrapassam milhões de visualizações, evidenciando a conjugação entre alcance digital e influência política. O episódio do Pix exemplifica como a indignação viralizada pode converter-se em capital político: lideranças aliadas louvaram Nikolas como herói, *hashtags* como #NikolasDay e #Nikolas2026 emergiram na internet, e segmentos da população passaram a clamar sua candidatura futura à presidência.

O exame deste caso apoia-se em pressupostos de análise do discurso de orientação francesa e em perspectivas da análise crítica do discurso. Teóricos como Dominique Maingueneau (2008) e Patrick Charaudeau (2006) fornecem ferramentas conceituais para compreender a construção do *ethos* (a credibilidade discursiva do

orador) e as técnicas de manipulação presentes no enunciado político, enquanto autores como Teun van Dijk (2013) contribuem com insights sobre os mecanismos cognitivos e sociais da reprodução ideológica pela linguagem. Nesse percurso metodológico, adota-se uma perspectiva que conjuga a análise interna das estratégias discursivas com a dimensão sociocognitiva proposta por van Dijk (2013), para quem a manipulação no discurso político resulta da convergência entre representações mentais compartilhadas e estruturas de poder. Investigam-se tanto os mecanismos retóricos empregados (no nível textual e performático) quanto as condições de recepção e circulação dessas mensagens no ambiente digital contemporâneo. Adotando essa base teórico- metodológica, busca-se demonstrar de que modo Nikolas Ferreira performa autoridade discursiva por meio de uma retórica populista, que combina elementos de plausibilidade e enunciados potencialmente enganosos, de forma a engajar afetos do público e legitimar suas mensagens. O objetivo é examinar se, e em que medida, o discurso recorre a estratégias que podem ser associadas à produção e circulação de desinformação, compreendendo-as como práticas comunicativas que simulam racionalidade e autenticidade para sustentar narrativas controversas.

A articulação entre discurso político, populismo e desinformação constitui o pano de fundo desta investigação. Diferentes estudos apontam que o populismo atual, mais do que uma ideologia fechada, manifesta-se como estilo comunicacional e estratégia discursiva (Mouffe, 2020; Panizza, 2005). Nessa perspectiva, interessa observar de que modo parlamentares brasileiros, como Nikolas Ferreira, recorrem a recursos típicos do populismo contemporâneo, tais como narrativas binárias de embate moral entre povo e elite corrupta, comparações hiperbólicas ou teorias conspiratórias. A análise buscará identificar se, e em que medida, tais elementos estão presentes em seus enunciados e como podem operar na fronteira entre fato e ficção. Importa analisar como essa narrativa populista ganha contornos específicos de desinformação: dados fora de contexto, analogias falaciosas e alarmismos sem fundamento compõem uma aparência de *logos* que mascara a falta de compromisso com a verdade factual (Charaudeau, 2006; Miguel, 2022). Ao mesmo tempo, a dimensão performática e emocional, amplificada pelas plataformas digitais, confere verniz de autenticidade a essas falas, reforçando o *pathos* e o *ethos* do orador em detrimento de uma argumentação rigorosa (Charaudeau, 2013; Ferreira, 2025).

Nos tópicos a seguir, o capítulo se desdobra em eixos analíticos

correspondentes a cada elemento retórico (*ethos*, *pathos*, *logos*), bem como discute a estrutura narrativa populista e o papel das plataformas na difusão e legitimação do discurso em análise, articulando referências teóricas e exemplos extraídos dos vídeos e postagens de Nikolas Ferreira ao longo de 2025. Como observa Manuela D’Ávila (2022), vítima recorrente de campanhas de *fake news*, narrativas falsas tendem a explorar preconceitos e temores já existentes no imaginário social – no caso dela, atacando sua postura feminista e laica para instigar ódio moral, o que evidencia a sintonia entre o discurso populista e a desinformação que ele engendra.

3.1 *ETHOS*: A CONSTRUÇÃO DA CREDIBILIDADE

No campo político, *ethos*, entendido desde Aristóteles como o caráter ou credibilidade atribuída ao orador, é um elemento decisivo para conquistar a confiança do público. Diferentemente de uma qualidade intrínseca, o *ethos* constitui-se discursivamente: é um efeito de sentido produzido pela forma como o sujeito se apresenta e pelo modo como é percebido pela audiência (Maingueneau, 2008). Na retórica populista digital, essa construção da imagem de confiabilidade assume contornos peculiares. O político molda-se como uma persona autêntica, um de nós, frequentemente em oposição aos políticos tradicionais vistos como distantes ou elitistas. Nikolas Ferreira tem se projetado como *outsider* que desafia as instituições em nome do cidadão comum, cultivando uma identidade de paladino moral e religioso. Ele enfatiza valores tradicionais – Deus, Pátria, Família –, recorrendo a símbolos de fé e costumes conservadores, para sinalizar virtude e retidão ética, um procedimento típico de líderes nacional-populistas (Eatwell; Goodwin, 2020). Seu *ethos* é construído sobre a base de uma moralidade compartilhada com sua audiência, em que ele se apresenta como guardião de princípios familiares e cristãos, contrastando essa postura com a imagem de um *establishment* secular e corrupto. Essa estratégia ecoa o que Mudde (2004, p. 543) descreve como a divisão simbólica entre “o povo puro” e “a elite corrupta”, na qual o orador reivindica para si o lugar de representante legítimo de pessoas de bem. A credibilidade, emana menos de expertise técnica ou compromisso factual e mais de uma identificação afetiva e cultural com o público: Nikolas Ferreira reforça constantemente sua origem humilde, sua juventude e sua suposta espontaneidade, compondo um *ethos* de sinceridade e proximidade.

Para consolidar o *ethos* de defensor do povo, o discurso do referido deputado frequentemente se apoia numa oposição direta às instituições estabelecidas e à mídia tradicional. Adota um tom desafiador e indignado ao se referir a governantes, imprensa e adversários políticos, construindo a imagem de um combatente da verdade que ousa dizer o que os outros calam. Como notam Alves e Faria (2022), lideranças populistas alternam entre o carisma afável e a agressividade combativa, conforme necessitam aproximar-se da plateia ou atacar as estruturas vigentes. Nikolas Ferreira incorpora essa dualidade: por um lado, aparece sorridente ao lado de cidadãos comuns em mercados e igrejas, personificando a figura do político próximo e empático; por outro, lança mão de retórica beligerante em vídeos e discursos no plenário, acusando autoridades de “incompetência” ou “má-fé” em defesa do povo. Essa performatização da franqueza contribui para seu *ethos*, pois ao mostrar-se disposto a confrontar poderes instituídos, ele reforça a percepção de integridade e coragem, atributos que o público associa a quem não tem nada a esconder (Charaudeau, 2016). Do ponto de vista discursivo, tem-se um *ethos* estrategicamente construído pela negação: Ferreira se legitima por contraste, negando as qualidades do político convencional (calculista, polido, distante) e encarnando o arquétipo do cidadão comum revoltado com as injustiças. Ao rejeitar formalidades e adotar linguagem simples, por vezes jocosa ou juvenil, ele se distancia do “politiquês” e amplia sua credibilidade junto a seguidores que veem nisso um sinal de autenticidade. Em março de 2023, por exemplo, ao ser punido no Congresso após uma performance transfóbica, Nikolas Ferreira imediatamente se colocou como vítima de censura das “verdades que incomodam”, reforçando perante seus seguidores a imagem de político coerente e corajoso.

A dimensão visual e corporal do *ethos* também desempenha um papel importante nessa construção de credibilidade. Estudos de análise do discurso evidenciam que o *ethos* se manifesta numa “disciplina tácita do corpo” do orador, isto é, em gestos, expressões e elementos imagéticos que comunicam valores (Maingueneau, 2019). Nos conteúdos de Nikolas Ferreira, nota-se um cuidado estético que integra sua persona política: ele frequentemente veste roupas casuais ou ostenta símbolos nacionais (como a bandeira brasileira estilizada em camisetas), ambienta vídeos em espaços domésticos ou religiosos e utiliza enquadramentos de câmera próximos do rosto, criando uma atmosfera de intimidade e transparência. Tais escolhas compõem uma *estética da autenticidade*, em que a ausência de formalidade,

vídeos gravados no carro ou no próprio gabinete, sem grande edição, sugere ao espectador que não há intermediários nem filtros entre o político e o povo. Pereira e Cotinguiba (2022) demonstram como detalhes performáticos, como apontar para o braço vacinado ou exibir a Bíblia diante das câmeras, funcionam como signos de comprometimento ideológico e sinceridade. No caso de Nikolas Ferreira, observa-se que esse mesmo princípio se manifesta na ostentação de símbolos religiosos (como citar versículos ou usar um crucifixo), aliada a um tom por vezes emocionado ao narrar sua missão, o que reforça o *ethos* de missionário da verdade. A corporalidade e a visualidade, assim, complementam a retórica verbal: a postura confiante, os gestos enfáticos e a aparência simples encarnam a imagem de integridade moral e firmeza de convicções que ele procura transmitir.

A ascensão das redes sociais intensificou essa lógica performática do *ethos*, convertendo a política em um espetáculo contínuo de autoencenação. A presença virtual de Nikolas Ferreira é cuidadosamente mantida para projetar coerência entre sua vida pública e privada, ou melhor, para eliminar a distinção entre elas. Lives mostrando momentos do seu cotidiano, *stories* de Instagram em família ou orando, *tweets* reagindo instantaneamente a notícias: tudo é incorporado ao script da persona autêntica, engajando seguidores em tempo real. Soares (2025) argumenta que o espaço público foi transformado em um palco de performances de autoafirmação, em que os políticos buscam reconhecimento encenando papéis diante da audiência conectada. No caso de Nikolas Ferreira, observa-se um *ethos* sustentado por uma contínua *mise-en-scène* da sinceridade. Sua presença online, marcada por transmissões constantes e compartilhamento de aspectos pessoais, aproxima-se do que Goffman (2004) descreve como encenação da vida cotidiana, em que a fronteira entre palco e bastidores tende a se diluir. Botelho, Junqueira e Terenzi (2021) apontam que, na era digital, até erros e punições são teatralizados para reforçar o *ethos*, o político punido por discurso controverso imediatamente se coloca como vítima, reafirmando sua coragem de “dizer verdades proibidas”. Alinhado a esse padrão, Ferreira reagiu a críticas e sanções (como remoções de conteúdo ou advertências parlamentares) posando de perseguido pelo “sistema”. A dramatização do martírio, além de blindá-lo contra acusações de falso ou de exagero, serve para cimentar sua credibilidade junto aos convertidos: se ele está sendo atacado, é porque fala o que os poderosos não querem ouvir. O *ethos* de Nikolas Ferreira é um constructo retórico mascarado, que combina humildade encenada, fervor moral e combatividade

heroica, fornecendo-lhe um capital simbólico de confiança que potencializa a eficácia de seus apelos emocionais e argumentativos.

A leitura do ethos nesses conteúdos torna-se ainda mais complexa quando observada à luz da economia da atenção que organiza as plataformas digitais contemporâneas. A credibilidade do enunciador não é construída apenas pelo discurso em si, mas também pela forma como esse discurso se adapta às lógicas de visibilidade e circulação algorítmica. Em ambientes mediados por métricas de engajamento, a performance política tende a privilegiar formatos que gerem resposta imediata do público, como indignação moral, humor irônico ou revelações apresentadas como exclusivas. Nesse contexto, o ethos passa a operar simultaneamente em dois níveis: o simbólico, relacionado à imagem moral construída pelo orador, e o técnico, vinculado à sua capacidade de produzir conteúdos que se ajustem às dinâmicas de viralização (Recuero; Soares; Zago, 2020).

Essa dimensão revela que a credibilidade política digital é parcialmente mediada por indicadores numéricos, visualizações, curtidas, compartilhamentos e comentários passam a funcionar como sinais públicos de legitimidade. A audiência interpreta tais métricas como evidências de apoio coletivo, reforçando a percepção de que o enunciador representa uma voz autêntica e majoritária. Véliz (2021) observa que, em ecossistemas digitais, a popularidade frequentemente substitui a autoridade institucional como critério de validação discursiva, deslocando o centro da confiança da verificação factual para a lógica da visibilidade. Assim, a própria arquitetura das plataformas contribui para a consolidação de ethos políticos baseados na performatividade e no reconhecimento social instantâneo.

A repetição de padrões discursivos e visuais ao longo das publicações cria um efeito de familiaridade que fortalece a adesão simbólica do público. Quando o enunciador mantém coerência estética, tonal e narrativa, os seguidores passam a reconhecer sua presença antes mesmo de avaliar o conteúdo específico da mensagem. Esse reconhecimento antecipado reduz a resistência cognitiva e facilita a aceitação das informações apresentadas, especialmente quando estas reforçam crenças já existentes. Em termos discursivos, trata-se de um processo de estabilização identitária, no qual o ethos deixa de ser construído apenas no momento da fala e passa a operar como uma marca comunicacional contínua.

Outro elemento relevante diz respeito à relação entre ethos e temporalidade nas redes sociais. Diferentemente do discurso político tradicional, limitado a eventos

pontuais, a presença digital contínua permite que o enunciador reforce diariamente sua imagem pública, ajustando sua performance conforme as reações da audiência. Lives, stories e publicações rápidas funcionam como microencenações que atualizam constantemente a narrativa de autenticidade e proximidade. Essa repetição cotidiana contribui para diluir a fronteira entre vida pública e privada, criando a impressão de transparência total, ainda que essa transparência seja cuidadosamente construída. Tal dinâmica aproxima-se daquilo que Goffman (2004) descreve como gerenciamento de impressões, agora intensificado pelo caráter permanente da exposição online.

A análise do ethos no contexto digital evidencia que a credibilidade política contemporânea emerge da articulação entre retórica, performance e visibilidade algorítmica. O sujeito político não apenas argumenta, mas administra sua própria presença como personagem público, ajustando linguagem, gestos e enquadramentos às expectativas de uma audiência conectada. Ao integrar essas dimensões, o discurso constrói um ethos que não depende exclusivamente da veracidade das informações, mas da coerência performática percebida pelos seguidores, reforçando o papel central da autoencenação na retórica desinformacional contemporânea.

De modo análogo, observa-se que André Fernandes, Gustavo Gayer e Júlia Zanatta constroem seus próprios ethos políticos utilizando estratégias similares de autenticidade performática, aproximação com o “cidadão comum” e contestação das elites, evidenciando que essa identidade combativa é uma característica compartilhada entre os parlamentares analisados.

3.2 *PATHOS*: APELO À EMOÇÃO

Se o ethos concerne à credibilidade do emissor, o pathos diz respeito à capacidade do discurso de mobilizar as emoções do público. A retórica política contemporânea tem redescoberto o papel central dos afetos na persuasão, em consonância com a lição aristotélica de que as emoções são capazes de transformar julgamentos (Aristóteles, 2005). Embora o pathos seja um recurso retórico comum em discursos políticos, no caso de parlamentares da direita como Nikolas Ferreira sua mobilização adquire centralidade: mensagens evocam ameaças morais e cenários alarmantes que exigem reação imediata, compondo um estilo comunicacional populista. Por exemplo, ao tratar da questão do Pix, a análise parte da transcrição integral do vídeo, apresentada no Apêndice A, o parlamentar enfatizou o temor de uma vigilância estatal invasiva e injusta, sugerindo que “o governo quer fazer do

trabalhador honesto um criminoso em potencial” (Ferreira, 2025). Essa dramatização do risco iminente apela a uma emoção primordial de insegurança e violação de direitos, predispondo a audiência à indignação. Conforme Aristóteles (2005) já notara, despertar a ira ou o medo nos ouvintes é meio eficaz de orientá-los contra algo ou alguém. Ahmed (2004) explica que as emoções operam como “economias afetivas” que circulam socialmente, unindo grupos em torno de sentimentos partilhados. No caso em análise, o pathos no discurso de Nikolas Ferreira visa criar uma comunhão emocional com seu público: ao expressar revolta e ansiedade, ele convida os seguidores a sentirem o mesmo, construindo uma identidade coletiva baseada no agravo comum.

Nesse cenário, o pathos não atua apenas como recurso estilístico, mas como mecanismo de organização cognitiva da realidade política. Estudos em comunicação indicam que emoções intensas funcionam como atalhos interpretativos, permitindo que indivíduos tomem decisões rápidas diante de informações complexas e reduzindo o espaço para avaliação crítica aprofundada (Marcus; Neuman; MacKuen, 2000; Castells, 2017). Ao enquadrar determinados temas sob a lente da ameaça moral ou da urgência coletiva, o discurso desloca o julgamento político para uma dimensão afetiva, em que a experiência emocional passa a orientar a interpretação dos fatos (Charaudeau, 2006). Essa dinâmica torna-se ainda mais evidente em ambientes digitais, nos quais a velocidade do consumo informacional favorece respostas intuitivas em detrimento da reflexão prolongada, reforçando o papel do pathos como operador central da persuasão contemporânea (Santaella, 2018).

A eficácia do *pathos* na retórica populista advém de sua capacidade de simplificar conflitos complexos em termos morais e afetivos acessíveis. Nikolas Ferreira frequentemente recorre a uma linguagem de batalha do “bem contra o mal”, insinuando que os valores caros à “gente de bem” estão sob ataque constante, seja pela corrupção dos governantes, pela “erosão da família” ou por conspirações globalistas abstratas. Lima et al. (2021) observam que o uso de palavras de ordem carregadas de emoção, assim como advérbios de intensidade e exclamações, é recorrente para garantir essa conexão patêmica. Em suas publicações, Ferreira lança mão de interjeições e apelos diretos ao público (“vejam isso!”, “não podemos aceitar!”), num tom que mistura urgência e intimidade. Temas sensíveis como religião e infância são instrumentalizados para amplificar respostas emocionais: em distintos momentos de 2025, o deputado falou em “defender a inocência das crianças” e

“proteger a liberdade religiosa”, mesmo quando tais assuntos não estavam diretamente sob ameaça. Ao invocar esses valores, ele aciona o medo difuso de uma suposta degradação moral imposta por inimigos internos (políticos de esquerda, ativistas de direitos humanos) ou externos (organismos internacionais apresentados como “globalistas”).

A dor e a indignação evocadas, como a ideia de que “estão destruindo a nossa família e a nossa fé”, criam um ambiente emocional propício à adesão imediata, pois muitos receptores já possuem essas preocupações latentes. Como destaca Plantin (2002), a emoção não enfraquece o argumento, mas pode reforçá-lo ao convertê-lo em experiência vivida pelo público. Assim, a narrativa ganha verossimilhança emocional: parece verdadeira porque “faz sentido” dentro das angústias e desejos compartilhados pelo grupo. Metáforas religiosas, familiares ou bélicas são mobilizadas para amplificar essa conexão, evocando valores e afetos compartilhados (Duarte, 2025; Smith, 1998). Tais referências sacralizam o discurso, aproximando o político da figura de um guardião quase messiânico dos valores tradicionais.

A sacralização simbólica observada no discurso também contribui para elevar o nível de comprometimento emocional do público. Quando valores religiosos e familiares são apresentados como fundamentos inegociáveis, a discordância deixa de ser percebida apenas como divergência política e passa a ser interpretada como ameaça moral, intensificando o engajamento afetivo coletivo (Amossy, 2005; Duarte, 2025). Em termos discursivos, a emoção deixa de ser apenas reação e torna-se estrutura organizadora da narrativa política, orientando a interpretação dos acontecimentos e delimitando quem pertence ao grupo legítimo e quem deve ser excluído dele, conforme apontam os estudos sobre ethos e identidade discursiva na política contemporânea (Maingueneau, 2008; Charaudeau, 2013).

Um traço marcante do pathos populista é a demarcação de fronteiras afetivas claras entre “nós” e “eles”. A construção discursiva de um inimigo comum, seja o político adversário, a imprensa ou uma minoria estigmatizada, alimenta sentimentos de oposição e coesão grupal. Segundo Silva (2000), operações de linguagem que separam um “outro” ameaçador de um “nós” virtuoso são fundamentais para mobilizar identidades coletivas. Nikolas Ferreira utiliza esse recurso ao contrapor “cidadãos de bem” (com os quais se identifica ao usar a primeira pessoa do plural: “Nós, brasileiros de bem”) a figuras retratadas como corruptas ou perversas (“eles”). A polarização afetiva aparece em suas falas sobre segurança pública, por exemplo,

quando insinua que “defensores de bandidos” ocupam o governo, o que transforma adversários ideológicos em agentes do mal a serem combatidos. Essa estrutura dicotômica do discurso político, já discutida anteriormente, encontra respaldo também em Benveniste (1991), que analisa como a enunciação organiza identidades coletivas por meio da oposição entre ‘nós’ e ‘eles’. Ao reiterar expressões como “eles querem calar a nossa voz” ou “não vão nos tirar o que é nosso”, o deputado inscreve emocionalmente o público em uma narrativa de resistência, convidando-o a sentir orgulho, raiva e dever de luta. Farré (2020) enfatiza que é por meio dessas indicações de distância e proximidade que se tece a trama da identidade social e do engajamento afetivo em torno de líderes populistas.

As consequências dessa contínua mobilização emocional no discurso são profundas. Por um lado, o *pathos* elevado garante a Nikolas Ferreira alto nível de engajamento nas redes: conteúdos que despertam medo ou indignação tendem a viralizar com intensidade. Seguidores se tornam propagadores voluntários da mensagem justamente por se sentirem pessoalmente tocados ou ameaçados por ela. O predomínio do *pathos* ofusca a deliberação racional. Martin (2013) argumenta que quando as decisões políticas se estruturam em torno de emoções intensas, amor à pátria, ódio aos “inimigos do povo”, o debate público é reconfigurado como plebiscito moral e não como análise de políticas. De fato, ao reforçar continuamente uma atmosfera de urgência emocional (“última chance de salvar o Brasil”, “indignação total contra a injustiça”), Ferreira desestimula a ponderação serena de fatos e alternativas. Oliveira (2013) adverte que um senso comum saturado de afetos tende a bloquear o contraditório: quando a audiência está convencida emocionalmente, torna-se menos receptiva a argumentos ou evidências contrários. Esse quadro facilita a aceitação de inverdades desde que elas venham envoltas na carga simbólica certa. Como exemplo, a persistência de certas fake news no imaginário coletivo mesmo após serem desmentidas demonstra esse fenômeno: se a mentira reforça um medo ou esperança preexistente, o desmentido racional dificilmente desfaz o efeito emotivo inicial. Como exemplo, a persistência de boatos contra figuras públicas, mesmo após desmentidos oficiais, ilustra esse efeito. Manuela d’Ávila (2022) relata ter sido alvo da mesma fake news em campanhas sucessivas, o que evidencia como a crença alimentada pela emoção muitas vezes se sobrepõe à refutação racional. Por isso, a estratégia desinformativa de Nikolas Ferreira investe tanto no *pathos*, ele sabe que sentimentos podem se sobrepor a fatos

na batalha pela opinião pública. A análise do *pathos* em seu discurso revela como a política emocional atua em sinergia com a desinformação: ao mesmo tempo que engaja e fideliza o público, dificulta a emergência de uma contraposição baseada em critérios técnicos ou verdade factual.

Em discursos de parlamentares da direita, como Nikolas Ferreira, André Fernandes, Gustavo Gayer e Júlia Zanatta, observa-se um uso calculado do *pathos* para provocar medo, indignação, esperança ou revolta conforme a conveniência do momento. Mensagens buscam afetar diretamente o destinatário, evocando ameaças morais e cenários alarmantes que exigem reação imediata.

Importante frisar que essas estratégias emocionais não se restringem a Nikolas Ferreira. Os demais parlamentares analisados, André Fernandes, Gustavo Gayer e Júlia Zanatta, igualmente fazem uso abundante de apelos ao medo, à indignação e ao senso de urgência moral em suas comunicações, confirmando que o *pathos* elevado é uma característica compartilhada nos discursos do grupo.

A análise dos comentários catalogados revela que o *pathos* não se encerra na fala do parlamentar, mas se prolonga na interação com a audiência, configurando um circuito afetivo contínuo. As respostas dos seguidores frequentemente reproduzem e amplificam as emoções inicialmente mobilizadas pelo discurso, reiterando sentimentos de orgulho nacional, indignação moral e esperança religiosa, o que evidencia a dimensão relacional da comunicação política digital (Recuero; Soares; Zago, 2020). Esse processo demonstra que a retórica populista opera por meio de um feedback emocional permanente, no qual a audiência valida e reforça a narrativa construída pelo enunciador, ampliando sua circulação simbólica (Van Dijk, 2013).

Nos ambientes digitais, comentários, reações e compartilhamentos funcionam como extensões do próprio discurso político. Ao reiterar frases de apoio, símbolos religiosos ou mensagens patrióticas, os seguidores participam ativamente da construção da narrativa coletiva, transformando o conteúdo em experiência comunitária e reforçando a coesão identitária do grupo (Castells, 2017; Santaella, 2018). A emoção torna-se, assim, elemento estruturante do ecossistema comunicacional, pois sustenta a visibilidade do conteúdo e legitima a posição do enunciador perante sua audiência.

Observa-se que a repetição de marcas afetivas nos comentários contribui para a estabilização de uma identidade coletiva em torno do líder político. Expressões recorrentes de apoio funcionam como rituais discursivos que reafirmam

pertencimento e reforçam a narrativa de resistência, aproximando-se da noção de comunidade interpretativa discutida por Amossy (2005). A audiência não apenas consome o discurso, mas o reproduz e o legitima, ampliando o alcance simbólico da retórica desinformativa e consolidando o pathos como elemento central da dinâmica política nas redes sociais (Charaudeau, 2016).

Nos comentários catalogados, sobressaem marcas afetivas religiosas, morais e patrióticas (“Deus te abençoe”, “pelo futuro das nossas crianças”, “esperança no Brasil”), que funcionam como gatilhos de reforço e ampliam a circulação do conteúdo. Esse circuito de recompensa emocional confirma que o apelo ao pathos não apenas compõe a performance do orador, mas se completa na audiência, que reitera valores e afetos mobilizados pelo discurso (Apêndice F).

3.3 LOGOS: ENTRE A RAZÃO E A PSEUDO-RAZÃO

O terceiro vértice da retórica aristotélica, *logos*, refere-se a argumentos e estrutura lógica do discurso, aquilo que deveria conferir fundamentação racional às teses apresentadas. No contexto da retórica desinformativa, porém, o *logos* frequentemente aparece apenas como *simulacro* de racionalidade. Políticos hábeis em manipulação conseguem vestir de razoabilidade afirmações falsas ou enganosas, explorando a forma lógica para encobrir a falta de substância verídica (Miguel, 2022). Charaudeau (2006) observa que é possível persuadir usando a forma da razão sem o conteúdo verídico da razão, construir um discurso que aparenta embasamento técnico, embora esteja comprometido por distorções e premissas inválidas. Nikolas Ferreira exemplifica esse expediente ao usar seleções estratégicas de dados e referências para legitimar suas posições ideológicas. Em seus pronunciamentos, não é incomum citar números ou estudos de modo descontextualizado. No vídeo do Pix, por exemplo, ele afirmou que transações acima de R\$ 5 mil seriam monitoradas “como se todo brasileiro que ganha R\$ 5 mil fosse um vilão em potencial” (Ferreira, 2025). Embora a instrução fiscal mencionada de fato existisse, a interpretação dada pelo deputado era tendenciosa, ela ignorava que o objetivo declarado da medida era o combate à evasão fiscal, preferindo insinuar que havia um plano deliberado de prejudicar a classe média emergente. Esse uso seletivo da informação cria uma narrativa verossímil, pois se apoia em um elemento real (a norma de fiscalização) para construir uma conclusão alarmista não comprovada (a intenção de criminalizar trabalhadores).

Van Dijk (2013) salienta que a manipulação discursiva atua justamente assim: combina elementos de verdade e mentira de maneira estratégica para orientar as representações mentais do público. Ao ouvir dados e termos aparentemente técnicos, como valores, porcentagens ou menção a “normativas” e “impostos”, parte da audiência tende a baixar a guarda crítica, tomando o enunciado como racional e confiável. Nikolas Ferreira explora esse fenômeno, a forma científica do discurso, para dar um verniz de autoridade às suas alegações, ciente de que muitos não verificarão a informação original.

O *logos*, longe de representar apenas a dimensão racional do discurso, passa a operar como tecnologia de legitimação simbólica. A aparência de coerência argumentativa funciona como estratégia de estabilização do sentido, permitindo que narrativas frágeis se sustentem no imaginário coletivo mesmo quando confrontadas por dados verificáveis. Maingueneau (2008) destaca que a força de um enunciado não reside apenas em sua veracidade empírica, mas na capacidade de inscrever-se em uma cena de enunciação reconhecível, isto é, em um espaço discursivo no qual o sujeito parece autorizado a falar. No ambiente digital, essa autorização não depende exclusivamente de instituições tradicionais, mas também de métricas de visibilidade, como curtidas, compartilhamentos e comentários, que operam como índices simbólicos de credibilidade (Santaella, 2018).

Essa transformação do *logos* em performance discursiva aproxima-se do que Charaudeau (2013) denomina contrato de verificação: um acordo implícito entre enunciadador e audiência sobre o que deve ser considerado plausível dentro de determinado universo ideológico. O discurso não precisa provar sua verdade absoluta; basta alinhar-se às expectativas cognitivas do público. Assim, a lógica argumentativa assume caráter relacional, moldada menos pela consistência factual e mais pela capacidade de produzir reconhecimento identitário e sensação de clareza interpretativa (Amossy, 2005). No caso analisado, observa-se que a simplificação retórica não elimina a aparência de racionalidade, pelo contrário, reforça-a, pois oferece respostas rápidas a problemas complexos, convertendo incertezas em narrativas aparentemente organizadas.

Outra tática característica na dimensão do *logos* é a propagação de conceitos pseudocientíficos ou pseudojurídicos que servem a agendas políticas específicas. Nos últimos anos, a direita populista no Brasil cunhou e difundiu termos como *marxismo cultural* e *globalismo*, conceitos artificiais, sem respaldo empírico,

apresentados como se fossem fatos ou teorias consolidadas. Miguel (2020) demonstra que a expressão ideologia de gênero foi alçada à condição de ameaça onipresente por discursos conservadores apesar de inexistir como conceito válido nas ciências sociais; uma construção retórica destinada a gerar pânico moral acerca de políticas educacionais e de direitos das mulheres. De forma semelhante, o espantinho do “marxismo cultural”, analisado criticamente por Miguel (2018), funciona como explicação simplória para qualquer mudança social progressista, insinuando a existência de uma conspiração invisível infiltrada nas instituições. Nikolas Ferreira, alinhado a outros atores da nova direita, reincorpora esses termos em sua retórica, apresentando-os em tom pseudodidático: ele se coloca como aquele que “desvenda” ao povo a existência desses supostos projetos maléficos operando nos bastidores. O *logos* é pervertido em um mecanismo de justificação do medo e do ódio: sob a aparência de análise lógica, Nikolas Ferreira recorre com frequência ao repertório de marxismo cultural, inclusive ao falar de universidades, como em vídeo dedicado à “guerra ideológica nas universidades” e em publicações nas redes. Nesse enquadramento, apresenta o meio acadêmico como espaço de disputa cultural e ideológica (FERREIRA, 2023; YouTube, 2023; Instagram, 2024), recicla-se o velho discurso anticomunista e antiminorias com roupagem técnica. Hannah Arendt (1989) já alertava que, em ambientes políticos autoritários, a verdade factual pode ser suplantada por narrativas internamente consistentes que servem à ideologia do movimento. A coerência interna dessas construções, onde tudo de indesejável se explica pela ação de um inimigo ideológico difuso, torna-as sedutoras para parcela do público, que encontra nelas um modelo claro (ainda que falso) para interpretar a complexidade social.

Além de dados distorcidos e de conceitos imaginários, o *logos* deturpado de Nikolas Ferreira se sustenta em recursos argumentativos falaciosos, notadamente analogias e comparações indevidas. Simplifica questões intrincadas por meio de metáforas triviais, criando paralelos enganosos entre situações incomparáveis. No episódio do Pix, sua frase comparando a fiscalização financeira a “cobrar imposto de quem vende picolé” (Ferreira, 2025) ilustra bem essa estratégia. Ao colocar uma medida de controle tributário no mesmo patamar de taxar o trabalho informal de uma criança, o orador apela ao ridículo e ao absurdo compartilhado, induzindo a audiência a crer que a política pública é obviamente disparatada. A falácia da falsa analogia: supõe-se que, por ambas envolverem cobrança, a situação do Pix equivaleria a

penalizar atividades infantis, quando na realidade as circunstâncias e finalidades são completamente diferentes. Charaudeau (2006) explica que a simplificação no discurso político tende a “essencializar” os julgamentos, cristalizando-os em estereótipos de fácil apreensão. No lugar de discutir as nuances de uma proposta tributária, como os limites de valor e as justificativas técnicas, o comunicador a reduz a um *slogan* caricatural (“imposto do picolé”), eliminando as nuances e convidando a uma rejeição instantânea e emocional do tema. Miguel (2022) enquadra esse fenômeno da pós-verdade, na qual o debate público se vê inundado de narrativas convenientes travestidas de análise lógica, enquanto dados verdadeiros perdem espaço para explicações simplistas mais atraentes. Da mesma maneira, chavões como ‘*o Brasil não pode ser a Venezuela*’ são empregados para rejeitar políticas públicas sob o argumento simplista de que experiências internacionais não se aplicam à realidade nacional. O *logos* empregado por Nikolas Ferreira não corresponde a um compromisso genuíno com a racionalidade argumentativa; antes, funciona como uma encenação de lógica. Ele mobiliza aquilo que Charaudeau (2006) descreve como saberes de opinião com aparência de saberes científicos, ou seja, argumentos que soam técnicos ou racionais, mas apoiados em premissas limitadas ou falsas. O resultado é um discurso verossímil, porém não verdadeiro: coerente aos olhos do público simpatizante, apesar de frequentemente desmentido por análises independentes. Essa dimensão pseudo-racional complementa os apelos éticos e emocionais, conferindo à retórica desinformacional de Ferreira uma efetividade persuasiva ampliada, pois oferece ao público não apenas alguém em quem confiar (*ethos*) e algo pelo que se indignar (*pathos*), mas também razões aparentes para crer e compartilhar (*logos*).

A lógica discursiva observada evidencia que o *logos*, nas redes sociais, deixa de ser apenas estrutura argumentativa e passa a integrar uma dinâmica performática mais ampla. A circulação acelerada de conteúdos exige enunciados sintéticos, facilmente replicáveis e dotados de aparência técnica, características que favorecem a disseminação de raciocínios simplificados. Castells (2017) aponta que, na sociedade em rede, a autoridade discursiva emerge da capacidade de conectar narrativas a fluxos informacionais contínuos, nos quais a repetição e a visibilidade substituem progressivamente a validação institucional tradicional. Nesse cenário, o argumento lógico não precisa ser aprofundado; basta ser reconhecível e compartilhável.

Essa lógica contribui para a consolidação do que Van Dijk (2013) descreve como modelos mentais coletivos, esquemas interpretativos que orientam a leitura da realidade política. Uma vez estabelecido determinado enquadramento discursivo, como a ideia de perseguição estatal ou ameaça ideológica, novos argumentos passam a ser avaliados não por sua consistência empírica, mas por sua capacidade de confirmar crenças prévias. A retórica desinformacional se beneficia dessa estrutura cognitiva, pois constrói raciocínios aparentemente coerentes que reforçam identidades políticas já estabelecidas. Desse modo, o *logos* deixa de ser apenas um recurso de argumentação e transforma-se em instrumento de manutenção de comunidades interpretativas nas redes digitais (Amossy, 2005; Recuero; Soares; Zago, 2020).

Observa-se que esse modelo persuasivo, unindo um *ethos* combativo, *pathos* inflamado e *logos* simulado, também permeia a atuação de André Fernandes, Gustavo Gayer e Júlia Zanatta. Esses parlamentares recorrem a dados distorcidos, analogias simplistas e conceitos pseudo-técnicos para dar verniz de racionalidade a teses infundadas, replicando assim a retórica desinformacional exemplificada por Ferreira.

A recepção também evidencia tensionamentos cognitivos: embora minoritária, há a presença de pedidos de evidência (“fonte?”, “dado oficial?”) e negações categóricas (“isso já foi desmentido”), ao lado de analogias e comparações simplificadas tomadas como prova (“se X caiu, é óbvio que o PIX será taxado”). O conjunto confirma a retórica da verossimilhança: argumentos plausíveis ao senso comum convivem com contestação factual e com a reprodução de raciocínios pseudo-lógicos (Apêndice B).

3.4 DISCURSO POPULISTA E NARRATIVAS DE DESINFORMAÇÃO

A análise do caso Nikolas Ferreira estaria incompleta sem situá-lo em uma tradição mais ampla do discurso populista e suas afinidades estruturais com a desinformação. O populismo, conforme teóricos como Ernesto Laclau (2013) e Cas Mudde (2004), articula-se em torno de uma narrativa simplificada que opõe dois campos homogêneos e antagônicos, como já mencionado anteriormente, o discurso populista opera a partir da oposição entre *o povo virtuoso* e *a elite corrupta*, estrutura que, segundo Mudde (2004, p. 543), constitui o núcleo da ideologia populista. Essa

lógica binária comporta forte carga moral e emocional, pois atribui toda a pureza e legitimidade a um polo, concentrando no outro o mal e a usurpação. Nikolas Ferreira adota explicitamente esse enquadramento narrativo. Sua comunicação retrata reiteradamente uma crise em curso, na qual os cidadãos comuns são vítimas de um complô ou de um descaso orquestrado pelos poderosos. Nos vídeos listados no Apêndice B, é possível identificar a recorrência da oposição entre o ‘povo sofrido que paga a conta’ e ‘os políticos e seus aliados ideológicos que querem controlar tudo. Essa construção de cenário dramatiza a realidade social ao estilo maniqueísta, há sempre um confronto do bem contra o mal, do oprimido contra o opressor. Mudde e Kaltwasser (2017) destacam que tal dramatização e polarização constituem o cerne da eficácia populista: ao reduzir questões complexas a uma luta existencial entre entidades coletivas, o líder populista habilmente desvia a atenção de detalhes técnicos e promove uma identificação imediata com sua causa. No discurso de Nikolas Ferreira, a “causa do povo” assume contornos flexíveis para abarcar diferentes temas: ele se posiciona como defensor dos contribuintes contra a sanha arrecadatória do governo (no caso do Pix), como protetor dos valores cristãos contra um suposto projeto de degradação moral, ou ainda como tribuno da liberdade de expressão contra a censura. O fio condutor é sempre a retórica da crise e da ameaça, típica do populismo: há um perigo iminente tramado pelas elites que exige mobilização urgente do povo guiado por seu líder (Wahlström et al., 2021).

André Fernandes, Gustavo Gayer e Júlia Zanatta também exploram constantemente essa retórica de crise e ameaça em suas publicações, apresentando-se como porta-vozes do “povo de bem” contra inimigos retratados como ameaças à nação. Todos os parlamentares estudados, portanto, inserem-se na lógica populista de polarização moral, alinhando-se ao padrão discursivo descrito por teóricos como Mudde e Kaltwasser (2017).

Essa estrutura narrativa populista conecta-se intimamente com a disseminação de desinformação. Primeiro, porque a simplificação extrema do discurso, necessária para sustentar a dicotomia povo/elite, frequentemente se traduz na omissão ou distorção de fatos. Como observaram Sakki e Martikainen (2021), o populismo tende a privilegiar explicações conspiratórias e argumentos antissistema em vez de análises baseadas em evidências, o que abre margem para integrar boatos e *fake news* como parte orgânica da narrativa. Em segundo lugar, a retórica populista confere legitimação prévia a determinadas mentiras, ao cultivar um ambiente de

suspeita generalizada contra as fontes tradicionais de informação. Quando Nikolas Ferreira (2025) sugere que “a grande mídia esconde a verdade” ou que “instituições oficiais não merecem confiança”, ele prepara o terreno para que seus seguidores aceitem versões alternativas dos fatos, mesmo que careçam de comprovação. Dito de outro modo, o populismo cria a demanda para a desinformação: ao semear desconfiança e revolta, oferece uma audiência receptiva a conteúdos alinhados à sua visão de mundo, ainda que infundados. Estudos de Richaud (2017) e Aubin (2018) indicam que líderes populistas, ao se colocarem como únicos portadores da verdade do povo, acabam por minar o consenso sobre critérios de verdade, gerando terreno fértil para que boatos prosperem sem contestação efetiva. No caso em questão, essa dinâmica é evidente. Nos discursos de Nikolas Ferreira, são comuns acusações de que jornalistas e *fact-checkers* agem como ‘agentes do sistema’. Ao apresentar essas críticas, o deputado estimula seu público a desacreditar fontes tradicionais de informação e a confiar em explicações alternativas. A narrativa populista atuou, assim, como cola ideológica que manteve coesa a crença de milhões de pessoas de que a fiscalização do Pix seria o prelúdio de uma tirania fiscal, apesar de todas as reiteradas negativas do governo de que não haveria “taxação do Pix”. A percepção de verossimilhança da mentira superou a evidência factual, fruto de um processo discursivo cuidadosamente construído para tal fim.

O discurso populista de Nikolas Ferreira se vale de uma técnica retórica peculiar que Maingueneau (2018) e Charaudeau (2006) chamam de retórica da verossimilhança. Consiste em conferir às mensagens enganosas uma aparência de verdade suficientemente plausível dentro do imaginário do público. Essa técnica opera tanto no nível do *logos* quanto do *pathos* e do *ethos*: a história contada precisa soar coerente com o que o público já teme ou acredita (*pathos*), precisa ser narrada por alguém percebido como sincero (*ethos*) e estruturada em uma lógica interna que pareça racional (*logos*). No episódio estudado, nota-se claramente esse amalgamar de elementos. Havia um elemento factual verídico (a norma de controle do Pix), havia uma emoção forte mobilizada (a indignação contra injustiça) e havia uma figura de confiança encenando transparência (Nikolas Ferreira em tom confessional e revoltado, como “um cidadão indignado qualquer”). A combinação produziu um efeito de verdade, sentiu-se verdadeiro, mesmo não sendo. Como coloca Santiago (2000), no campo político muitas vezes importa menos a verdade factual e mais a

“verdade narrativa”, isto é, uma versão dos acontecimentos que seja acreditável e faça sentido para as pessoas. A eficácia do deputado federal em amplificar a retórica desinformativa deriva em grande parte dessa capacidade de contar histórias verossímeis ao público, ainda que à custa da realidade.

Cada afirmação falaciosa é entremeada de detalhes concretos, exemplos cotidianos e alusões culturais que ressoam com a vivência do público (por exemplo, comparar o Pix a situações do dia a dia, mencionar preocupações religiosas comuns etc.). A desinformação se confunde com a experiência pessoal, tornando-se mais difícil de refutar. Como destaca Van Dijk (2013), a manipulação bem-sucedida envolve a naturalização da mentira na cognição coletiva: as pessoas passam a reproduzir a mensagem como se fosse uma verdade autoevidente, parte da sabedoria popular. No caso analisado, a narrativa de que ‘iam taxar o Pix’ ganhou grande circulação nas redes sociais, a ponto de ser tratada como fato consumado, mesmo após as agências de checagem desmentirem a existência de tal imposto (Aos Fatos, 2021; Agência Lupa, 2021). A narrativa construída pelo deputado sobreviveu porque estava inserida numa trama populista maior, em que governo e povo antagonizam, e porque essa trama satisfazia desejos e medos arraigados. Entender essa intersecção entre populismo e desinformação é crucial para desvendar por que certas falsas narrativas ganham tração e perduram: elas não são erros isolados de informação, mas peças de um projeto discursivo coerente com a visão de mundo de um grupo, reforçando identidades e antagonismos previamente instaurados.

3.5 PLATAFORMAS DIGITAIS, AMPLIFICAÇÃO E LEGITIMIDADE

Outro aspecto fundamental do caso em estudo é o papel de plataformas digitais na amplificação e legitimação simbólica do discurso de Nikolas Ferreira. As redes sociais, YouTube, Instagram, Facebook (atual Meta), X (Twitter), além de aplicativos de troca instantânea de mensagens como WhatsApp e Telegram, funcionam como vetores multiplicadores de conteúdo, regidos por algoritmos que privilegiam o engajamento acima de qualquer critério de veracidade (Recuero; Soares; Zago, 2020). Isso significa que publicações capazes de gerar reações intensas (curtidas, compartilhamentos, comentários) tendem a ser exibidas a um público cada vez maior, em efeito de bola de neve. No caso do vídeo *O PIX está unindo o povo*, essa dinâmica foi evidente: o conteúdo viral se espalhou rapidamente não apenas pela

indignação orgânica dos seguidores de Nikolas Ferreira, mas também devido ao próprio *design* de plataformas que impulsionaram o vídeo a milhões de usuários, inclusive a muitos que não o seguiam originalmente. A lógica algorítmica, focada em tempo de visualização e interações, interpretou o clamor em torno do vídeo como um sinal para expandir seu alcance. Desse modo, uma retórica polarizadora e emocional, ainda que contendo desinformação, foi premiada pelo sistema, atingindo proporções massivas (Zuboff, 2020). A imprensa, esse vídeo e seus espelhamentos em diferentes redes somaram mais de 300 milhões de visualizações em poucos dias, número próximo à totalidade da população brasileira. Tal fenômeno não apenas amplifica a mensagem, mas produz legitimação simbólica: a denúncia de Nikolas Ferreira adquire aparência de clamor popular, pois a ampla circulação em redes sociais confere aura de representatividade e importância (Véliz, 2021). A comparação de métricas tornou-se argumento político: o próprio deputado enfatizou ter mais seguidores no Instagram do que o Presidente da República, sugerindo assim possuir maior conexão com o povo. A infraestrutura das plataformas contribuiu para validar, aos olhos de parte da sociedade, o *status* de Nikolas Ferreira como porta-voz legítimo de demandas populares, mesmo que conteúdos propagados estivessem distorcendo fatos. Mais do que um efeito técnico, essa dinâmica revela transformações profundas nos critérios contemporâneos de legitimação discursiva.

Nesse cenário, mais do que ampliar conteúdos, as plataformas digitais contribuem para uma transformação profunda nos critérios de reconhecimento da verdade pública. A amplificação algorítmica não apenas distribui discursos, mas redefine os modos pelos quais determinados enunciados passam a ser percebidos como legítimos dentro da esfera social. Castells (2017) observa que, na sociedade em rede, o poder comunicacional desloca-se da autoridade institucional para a capacidade de gerar fluxos contínuos de atenção, produzindo um ambiente em que a visibilidade se converte em argumento político. Assim, o discurso não precisa demonstrar sua veracidade de maneira tradicional; basta ocupar o espaço simbólico da circulação intensa para adquirir aparência de relevância coletiva.

A dinâmica de ampliação digital não ocorre de modo puramente espontâneo: há estratégia e coordenação por trás do alcance extraordinário de certos discursos. Nikolas Ferreira e seus aliados dominam as técnicas do marketing político digital, sincronizando mensagens e explorando múltiplos canais para maximizar sua visibilidade. *Hashtags* mobilizadoras como #Nikolas2026 foram impulsionadas de

forma coordenada, alçando termos favoráveis à sua causa aos *trending topics* e criando a impressão de um movimento nacional de apoio (Romancini; Gennari, 2023). O conteúdo produzido pelo parlamentar em uma plataforma frequentemente é reciclado em outra, trechos de *lives* viram vídeos curtos, tuítes viram capturas compartilhadas no WhatsApp, e assim por diante, compondo um ecossistema em que a mensagem onipresente reforça a si própria. Botelho, Junqueira e Terenzi (2021) apontam que essa estratégia de replicação cruzada e atuação em diversas frentes confere ubiquidade ao discurso populista, obrigando inclusive a mídia tradicional a cobrir as pautas lançadas nas redes para não perder relevância. Grandes jornais e emissoras televisivas repercutiram a polêmica do “Pix taxado” após a onda nas redes, entrevistando autoridades para esclarecimentos e dando espaço às alegações de Nikolas Ferreira, o que, paradoxalmente, amplificou ainda mais sua retórica, agora sob o manto de assunto de interesse público. Tem-se, assim, um ciclo em que as plataformas digitais não apenas difundem, mas também legitimam o discurso desinformativo: ao pautar a esfera pública e atrair reações institucionais, a narrativa originalmente enviesada ganha credibilidade para seus adeptos, pois, como afirmou Nikolas Ferreira em vídeo (Apêndice A), *‘se até o governo respondeu, é porque havia fundamento’*. Em ambientes digitais, quantidade tende a se confundir com qualidade: a mera viralização é tomada como sinal de veracidade ou, no mínimo, de relevância (Recuero, 2020; Tufekci, 2017).

A legitimação discursiva mediada por métricas visíveis constitui um dos elementos centrais para compreender a eficácia da retórica desinformativa nas plataformas digitais. Em ambientes conectados, números deixam de ser apenas indicadores técnicos e passam a operar como signos simbólicos de autoridade. Curtidas, compartilhamentos e visualizações funcionam como marcadores públicos de adesão coletiva, produzindo um efeito de validação social que antecede a avaliação crítica do conteúdo. Como argumenta Santaella (2018), a cultura digital reorganiza a percepção da relevância ao privilegiar aquilo que circula mais rapidamente, criando uma lógica em que a repetição e a visibilidade tendem a substituir critérios tradicionais de credibilidade.

Essa dinâmica contribui para o que alguns autores descrevem como verossimilhança algorítmica: conteúdos altamente engajados passam a parecer plausíveis simplesmente porque são amplamente compartilhados. A audiência interpreta o alcance massivo como evidência indireta de legitimidade, especialmente

quando o discurso se apresenta alinhado a valores morais e identidades coletivas já consolidadas. Nesse contexto, a arquitetura das plataformas atua como mediadora silenciosa do processo persuasivo, amplificando narrativas que provocam resposta emocional intensa e reforçam fronteiras simbólicas entre grupos sociais (Tufekci, 2017).

A visibilidade contínua gerada pelas redes cria um ciclo de retroalimentação discursiva. Quanto maior o engajamento inicial, maior a probabilidade de o conteúdo ser recomendado a novos públicos, ampliando sua circulação e reforçando a percepção de relevância política. Esse mecanismo favorece a emergência de figuras que conseguem transformar episódios isolados em eventos de grande escala simbólica, redefinindo a agenda pública por meio de narrativas emocionalmente carregadas. No caso analisado, observa-se que a viralização não apenas expandiu o alcance do discurso, mas contribuiu para consolidar a imagem do parlamentar como voz influente e representativa, independentemente da veracidade das informações divulgadas.

A economia da atenção também impõe um ritmo específico ao discurso político digital. Conteúdos precisam ser curtos, impactantes e facilmente compartilháveis para competir por espaço nos feeds, o que incentiva a simplificação de temas complexos e a adoção de enquadramentos polarizados. Essa adaptação discursiva não ocorre apenas por decisão individual do enunciador, mas como resposta às próprias regras de funcionamento das plataformas, que recompensam mensagens capazes de manter o usuário engajado por mais tempo. Assim, a retórica desinformativa não deve ser analisada apenas como escolha estratégica do político, mas como resultado de uma interação constante entre performance discursiva e infraestrutura tecnológica.

A relação tensa entre a lógica de amplificação acelerada e os mecanismos de moderação e checagem de fatos gera um paradoxo comunicacional: quanto mais se tenta conter a desinformação, maior a sua visibilidade e difusão. As plataformas, pressionadas por governos e sociedade civil, dispõem de políticas de Padrões da Comunidade e equipes ou algoritmos de detecção de conteúdo enganoso. A velocidade e engenhosidade com que líderes populistas e suas redes de apoio difundem narrativas falsas frequentemente superam a capacidade de resposta moderadora (Obradović et al., 2020). Quando o desmentido chega, o estrago informacional já ocorreu: parte significativa do público já teve contato e internalizou

a mentira inicial, fenômeno amplamente discutido por estudos sobre desinformação digital (Lewandowsky Et Al., 2012; Recuero, 2020). Nikolas Ferreira e seus pares rapidamente transformam eventuais medidas de moderação em combustível para sua retórica antissistema: se um vídeo é removido ou marcado como falso, eles clamam censura e perseguição política, reafirmando o discurso de que há uma elite tentando silenciar a voz do povo (Richaud, 2017; Aubin, 2018). Esse jogo de vítima versus moderador complica a atuação das plataformas, que receiam reforçar a aura martirizada do político ao puni-lo. Conteúdos desinformativos frequentemente permanecem no ar tempo suficiente para cumprir seu objetivo. A controvérsia do Pix ilustra esse impasse: entre o dia 14 e 15 de janeiro de 2025, antes de qualquer ação efetiva de checadores ou das empresas de mídia social, a narrativa enganosa já dominava o debate público e pressionava o governo. A conjuntura evidencia como aparatos digitais de comunicação amplificam a retórica desinformativa ao mesmo tempo em que fragilizam os filtros tradicionais de verificação e autoridade. A legitimação simbólica a que aludimos se revela aqui em sua face problemática: a popularidade online confere aparente mandato popular a figuras como Nikolas Ferreira, dificultando intervenções regulatórias ou contra-argumentações, afinal, qualquer contraposição é facilmente enquadrada por eles como tentativa ilegítima de calar “o representante do povo”. As plataformas digitais atuam como catalisadores e escudos do discurso desinformativo populista: garantem-lhe público amplo e ainda fornecem as bases de sua autojustificação contra críticas externas, o que desafia profundamente as instituições democráticas na busca por um debate público qualificado.

A amplificação discursiva observada nas plataformas digitais não altera apenas a velocidade de circulação das mensagens, mas também redefine os próprios critérios pelos quais determinados enunciados passam a ser reconhecidos como verdadeiros ou plausíveis na esfera pública. Em contextos de intensa mediação tecnológica, a veracidade factual deixa de ser o único parâmetro de validação simbólica, abrindo espaço para formas de legitimação baseadas na repetição, na visibilidade e na identificação afetiva coletiva. Charaudeau (2013) argumenta que a comunicação política contemporânea opera sob regimes de veridicção nos quais o que importa não é necessariamente a correspondência direta com os fatos, mas a capacidade do discurso de produzir efeitos de credibilidade dentro de uma determinada comunidade interpretativa. Nas redes sociais, essa dinâmica torna-se

ainda mais evidente, pois a circulação contínua de conteúdos cria uma sensação de familiaridade que tende a reforçar a aceitação de narrativas previamente alinhadas às crenças do público.

Nesse cenário, a noção de verossimilhança assume papel central na compreensão da retórica desinformacional. Diferentemente da verdade empírica, a verossimilhança diz respeito àquilo que parece plausível dentro de um horizonte cultural compartilhado, ainda que não corresponda integralmente aos dados verificáveis. Maingueneau (2008) destaca que o discurso político frequentemente se apoia em cenas de enunciação que conferem legitimidade simbólica ao orador, permitindo que determinadas interpretações sejam aceitas como naturais ou evidentes. No caso analisado, observa-se que o parlamentar mobiliza referências cotidianas, metáforas simplificadas e enquadramentos morais que tornam suas afirmações reconhecíveis para o público, criando uma lógica narrativa na qual a coerência interna do discurso se sobrepõe à verificação externa dos fatos.

A transformação do regime de verdade nas redes digitais também está relacionada à fragmentação das mediações tradicionais. Se anteriormente o jornalismo profissional e as instituições acadêmicas desempenhavam papel central na filtragem das informações, hoje a validação discursiva ocorre frequentemente em ambientes descentralizados, nos quais a autoridade emerge da interação direta entre enunciador e audiência. Castells (2017) observa que a sociedade em rede desloca o eixo do poder comunicacional para a capacidade de mobilizar atenção e produzir fluxos de significado em tempo real. Nesse contexto, a repetição de um enunciado em diferentes plataformas pode gerar uma sensação de consenso social que reforça sua legitimidade, independentemente de sua precisão factual.

Van Dijk (2013) aponta que modelos mentais coletivos são formados por meio da exposição reiterada a determinados enquadramentos discursivos, o que contribui para a naturalização de interpretações específicas da realidade política. A retórica desinformacional se beneficia desse processo ao construir narrativas que parecem coerentes dentro do universo simbólico do público-alvo. Assim, mesmo quando contestadas por dados oficiais ou verificações jornalísticas, determinadas afirmações continuam a circular com força, pois já se encontram integradas a esquemas cognitivos compartilhados. O discurso não precisa convencer racionalmente a cada nova publicação; basta reforçar estruturas interpretativas já consolidadas.

Outro aspecto relevante é a relação entre verossimilhança e emoção. Como observa Ahmed (2004), os afetos desempenham papel decisivo na forma como indivíduos atribuem sentido aos acontecimentos políticos. Narrativas que evocam medo, indignação ou esperança tendem a ser percebidas como mais autênticas, pois se conectam diretamente às experiências subjetivas do público. No corpus analisado, a construção de cenários alarmistas ou moralmente carregados contribui para que determinadas interpretações sejam aceitas não apenas como plausíveis, mas como necessárias. A emoção, nesse sentido, atua como elemento que sustenta a verossimilhança discursiva, reforçando a adesão coletiva mesmo diante de contradições factuais.

A lógica algorítmica das plataformas digitais intensifica esse fenômeno ao privilegiar conteúdos que geram maior engajamento emocional. Recuero, Soares e Zago (2020) demonstram que postagens com forte carga afetiva tendem a alcançar maior visibilidade, criando um ambiente no qual narrativas polarizadas se tornam mais competitivas do que discursos moderados ou analíticos. A retórica desinformacional adapta-se a essa dinâmica ao estruturar argumentos que combinam simplicidade narrativa e intensidade emocional, favorecendo a circulação contínua de versões simplificadas da realidade política. A verossimilhança passa, assim, a depender menos da consistência argumentativa e mais da capacidade de produzir identificação imediata.

Além disso, a performance discursiva observada nas redes sociais contribui para consolidar um regime de verdade baseado na autenticidade percebida. Amossy (2005) argumenta que o *ethos* do orador funciona como elemento-chave na legitimação das narrativas políticas, pois a confiança depositada na figura pública tende a influenciar a interpretação do conteúdo apresentado. Quando o enunciador é percebido como sincero ou corajoso, suas afirmações passam a ser avaliadas não apenas pelo conteúdo, mas pela imagem construída ao longo do tempo. No caso analisado, a encenação de proximidade com o público e a repetição de valores compartilhados fortalecem esse processo, criando uma relação de confiança que sustenta a circulação de discursos verossímeis.

Essa transformação dos regimes de verdade evidencia que a disputa política contemporânea não se limita à apresentação de argumentos factuais, mas envolve também a construção de cenários simbólicos capazes de orientar a interpretação coletiva dos acontecimentos. A retórica desinformacional opera precisamente nesse

espaço híbrido entre verdade e verossimilhança, explorando as brechas abertas pela fragmentação da esfera pública e pela lógica de circulação das plataformas digitais. Compreender essa dinâmica é fundamental para analisar os limites das políticas de moderação e os desafios enfrentados por instituições democráticas diante de um ambiente comunicacional marcado pela velocidade, pela emoção e pela performance discursiva contínua.

As evidências levantadas ao longo deste capítulo revelam que a retórica desinformacional empregada por Nikolas Ferreira não é um fenômeno isolado, mas parte de um projeto político-discursivo mais amplo que tensiona os limites da comunicação democrática. De um lado, encontram-se as tentativas de moderação e checagem; de outro, a reação populista que explora essas intervenções como combustível para reforçar o discurso anti-sistema, conforme discutido ao longo do trabalho.) Desse modo, reforça-se que o estilo comunicacional observado, caracterizado pela conjugação de retórica populista, apelos emocionais e verossimilhança dissimulada, abrange não apenas Nikolas Ferreira, mas também André Fernandes, Gustavo Gayer e Júlia Zanatta, exigindo respostas igualmente amplas no debate sobre desinformação e políticas de moderação nas redes.. Toda vez que uma rede social remove ou limita uma publicação de Nikolas por violar políticas de desinformação, imediatamente seu círculo aciona a narrativa da censura: acusa-se um suposto complô da “elite globalista” ou do “sistema” para silenciar a voz do povo. Richaud (2017) e Aubin (2018) já apontavam essa estratégia típica, em que quaisquer esforços de regulação são pintados como atos autoritários, reforçando o discurso binário de conflito. No Brasil recente, o debate em torno do chamado PL das *Fake News* exemplificou essa dificuldade, enquanto o projeto de lei buscava responsabilizar plataformas e conter abusos online, opositores populistas, incluindo Nikolas Ferreira, brandiram a retórica de que se tratava de um golpe contra a liberdade de expressão, atrasando e desidratando a proposta. A retórica populista opera como um obstáculo político e cultural à moderação: além da resistência ideológica, nota-se também uma capacidade de adaptação discursiva para driblar as tentativas de controle. Quando determinadas palavras-chave passam a ser monitoradas pelos verificadores (por exemplo, “vacina” ou “fraude”), os difusores de boatos rapidamente as substituem por códigos e alusões, escapando aos filtros automáticos. Em 2021, por exemplo, após remoções e críticas em redes tradicionais, lideranças bolsonaristas migraram para plataformas menos vigiadas como o Gettr (O Globo / Sonar, 18 Jul. 2021). Essa

adaptabilidade expõe a fragilidade estrutural de se combater a desinformação apenas com medidas reativas: enquanto a moderação tenta tapar brechas, os agentes populistas encontram novos canais e artifícios para propagar suas verdades alternativas, construindo uma espécie de contra esfera pública digital amplamente impermeável à verificação externa.

Em última instância, o embate entre a retórica desinformativa populista e os esforços de contenção da mentira organizada é um embate pela definição do próprio regime de verdade na esfera pública contemporânea. Se a torrente de falsidades performáticas não for enfrentada de forma sistêmica, com ações combinadas de educação midiática, revalorização do jornalismo profissional e aperfeiçoamento da regulação das plataformas, corre-se o risco de uma corrosão irreversível da confiança coletiva nos fatos. Como argumentou Hannah Arendt (1995), a veracidade factual é frágil nas mãos do poder: pode ser manipulada ou suprimida, e sem ela acabamos mergulhados em um universo em que ninguém consegue mais se entender sobre o que é real. Percebe-se que a retórica desinformativa como estratégia desafia profundamente os paradigmas tradicionais da comunicação política e da esfera pública democrática. Ao conjugar a manipulação cínica do conteúdo (desinformação), a astúcia formal do discurso (verossimilhança), a dimensão simbólica performática (encenação do *ethos*) e as estruturas tecnológicas contemporâneas (algoritmos), essa estratégia mostra-se devastadoramente eficaz em moldar percepções e consolidar poder. Paralelamente, escancara as vulnerabilidades das nossas ferramentas de controle: leis, plataformas e jornalismo são tensionados até o limite por uma prática política que contorna ou confronta qualquer tentativa de freio. A discussão crítica dessa realidade impõe reconhecer que não estamos diante apenas de um desvio pontual ou de um problema de comunicação, mas de um *projeto de poder* que se alimenta do descrédito e da confusão informacional. Compreender os mecanismos e efeitos da retórica desinformativa é passo fundamental para pensar estratégias de resposta, seja por uma regulação mais efetiva do ecossistema digital, por uma educação midiática ampla ou pela reinvenção das práticas jornalísticas e políticas em nome do compromisso com a verdade factual. Somente assim poderemos fortalecer a resiliência da esfera pública brasileira frente a esse dilúvio de falsidades performáticas que, em última instância, ameaça os alicerces do debate democrático.

3.6 PERFORMANCE DISCURSIVA E ENCENAÇÃO POLÍTICA NAS REDES

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidencia que ethos, pathos e logos não operam de forma isolada na comunicação política contemporânea. Nas redes digitais, esses elementos passam a integrar uma dimensão performática mais ampla, na qual o discurso deixa de ser apenas argumentação verbal para tornar-se encenação estratégica diante de uma audiência conectada. A performance discursiva emerge, assim, como componente estruturante da retórica desinformativa, articulando linguagem, imagem, ritmo e interação em tempo real. Conforme argumenta Maingueneau (2008), todo enunciado está inscrito em uma cena de enunciação que organiza posições, expectativas e modos de legitimação. No ambiente digital, essa cena deixa de ser estática e passa a ser continuamente atualizada por lives, vídeos curtos e publicações efêmeras, criando um espaço no qual a credibilidade do orador se constrói pela repetição performática de gestos, falas e símbolos.

A noção de performance política nas redes pode ser compreendida como desdobramento das transformações da esfera pública mediada por plataformas digitais. Santaella (2018) observa que a cultura da conectividade produz sujeitos que comunicam não apenas por conteúdos, mas por presenças contínuas, em que o corpo e a imagem tornam-se extensões do discurso. No caso de Nikolas Ferreira, a retórica desinformativa é inseparável de uma estética da autenticidade: vídeos gravados em ambientes cotidianos, enquadramentos próximos e linguagem coloquial funcionam como dispositivos de proximidade simbólica. Essa encenação não é casual; trata-se de estratégia discursiva que reforça a impressão de espontaneidade e reduz a distância entre representante e representados. O político não aparece apenas como emissor de ideias, mas como personagem em constante atuação, produzindo sentidos por meio da própria presença online.

Essa dinâmica aproxima-se do que Goffman (2004) descreve como representação do eu na vida cotidiana, em que sujeitos constroem performances ajustadas às expectativas do público. Nas redes sociais, contudo, a fronteira entre palco e bastidores torna-se difusa, pois a lógica algorítmica incentiva a exposição contínua. Lives realizadas em momentos íntimos, comentários improvisados e reações rápidas a eventos políticos funcionam como elementos de uma narrativa em

permanente construção. Soares (2025) argumenta que a política digital assume características de espetáculo interativo, no qual a visibilidade constante substitui formas tradicionais de mediação institucional. A performance discursiva, nesse contexto, não apenas comunica posições ideológicas, mas sustenta a própria existência simbólica do agente político.

A encenação do ethos desempenha papel central nesse processo. Ao reiterar símbolos religiosos, expressões de indignação moral e narrativas de perseguição, o parlamentar constrói uma identidade discursiva que combina proximidade afetiva e autoridade moral. Maingueneau (2019) destaca que o ethos não se limita ao conteúdo verbal, manifestando-se também na corporalidade e na *mise-en-scène* do discurso. Gestos, entonações e escolhas visuais funcionam como marcas de legitimidade, conferindo coerência entre o que é dito e a forma como é apresentado. Nos conteúdos analisados, observa-se que a presença física do orador, seus olhares diretos à câmera e a alternância entre tom informal e indignado reforçam a percepção de autenticidade, ampliando a adesão do público.

A performance discursiva também se articula ao pathos, intensificando a mobilização emocional da audiência. Ao dramatizar conflitos políticos e apresentar-se como protagonista de embates morais, o enunciador transforma o discurso em narrativa épica, marcada por antagonismos claros entre aliados e adversários. Ahmed (2004) sugere que emoções circulam socialmente como forças agregadoras, criando comunidades afetivas em torno de causas comuns. Nas redes sociais, essa circulação torna-se visível nos comentários e reações dos seguidores, que reproduzem expressões emocionais semelhantes às do orador. A performance não se encerra no vídeo ou na postagem; ela se prolonga na interação coletiva, constituindo um circuito de reforço simbólico que estabiliza sentidos e amplia a visibilidade do conteúdo (Recuero; Soares; Zago, 2020).

O logos, por sua vez, também assume dimensão performática. Argumentos simplificados e analogias visuais são apresentados de forma a parecerem explicações didáticas, frequentemente acompanhados de gráficos improvisados ou citações rápidas a dados numéricos. Castells (2017) afirma que a autoridade discursiva na sociedade em rede emerge da capacidade de integrar narrativa e fluxo informacional, tornando a repetição e a visibilidade fatores decisivos na construção da verdade percebida. Nesse cenário, a racionalidade não se mede apenas pela consistência lógica, mas pela eficácia comunicativa. O discurso adquire aparência técnica

suficiente para legitimar posições políticas, mesmo quando sustentado por premissas frágeis ou incompletas.

Outro aspecto relevante da performance discursiva é sua relação com os algoritmos das plataformas digitais. Zuboff (2020) argumenta que o capitalismo de vigilância transforma a atenção em recurso econômico, incentivando conteúdos capazes de gerar engajamento intenso. A encenação política adapta-se a essa lógica, privilegiando formatos que maximizam reações emocionais e compartilhamentos. Vídeos curtos com títulos provocativos, transmissões ao vivo e respostas rápidas a críticas funcionam como estratégias de amplificação algorítmica. A performance torna-se, portanto, não apenas prática discursiva, mas também adaptação técnica ao funcionamento das plataformas.

Além disso, a encenação política digital redefine a relação entre autenticidade e estratégia. Amossy (2005) observa que a credibilidade do orador depende da coerência entre sua imagem discursiva e as expectativas da audiência. Nas redes sociais, essa coerência é construída por meio de narrativas pessoais que aproximam o político do cotidiano dos seguidores. Momentos familiares, referências religiosas e comentários sobre eventos triviais compõem uma narrativa de proximidade que legitima posições ideológicas mais controversas. A performance, nesse sentido, não se limita a persuadir; ela cria vínculos simbólicos que sustentam a fidelidade do público.

A análise evidencia ainda que a dimensão performática não é exclusiva de um único ator político. André Fernandes, Gustavo Gayer e Júlia Zanatta apresentam estratégias semelhantes de autoencenação, reforçando a ideia de que a performance discursiva constitui característica estruturante da nova direita digital brasileira. Lives frequentes, uso intensivo de símbolos nacionais e discursos improvisados diante da câmera indicam uma convergência estética que ultrapassa trajetórias individuais. Essa repetição de formatos contribui para consolidar um estilo comunicacional reconhecível, no qual a política se apresenta como experiência compartilhada em tempo real.

A performance discursiva também impacta a dinâmica de recepção. Comentários analisados demonstram que seguidores não apenas reagem ao conteúdo, mas participam ativamente da encenação, reiterando slogans, expressões religiosas e narrativas de resistência. Van Dijk (2013) explica que modelos mentais coletivos orientam a interpretação dos acontecimentos, permitindo que a audiência reconheça

rapidamente os enquadramentos propostos pelo enunciador. Assim, a performance política digital cria comunidades interpretativas nas quais discurso e recepção se alimentam mutuamente, fortalecendo a circulação de sentidos e a permanência das narrativas desinformativas.

Em síntese, a performance discursiva nas redes sociais redefine os limites entre argumentação, espetáculo e interação. Ao integrar ethos, pathos e logos em uma encenação contínua, a retórica desinformativa transforma o espaço digital em palco permanente de disputa simbólica. Essa dinâmica evidencia que a eficácia persuasiva não depende apenas do conteúdo das mensagens, mas da forma como elas são encenadas e compartilhadas. Compreender essa dimensão performática é fundamental para analisar os desafios contemporâneos da comunicação política, pois revela que a disputa pela verdade factual ocorre também no nível da estética e da visibilidade, e não apenas no campo da argumentação racional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desinformação emerge como um fenômeno discursivo complexo e historicamente enraizado, hoje potencializado pelas dinâmicas do ambiente digital. Ao longo da análise, evidenciou-se que a retórica desinformacional não se manifesta como fenômeno isolado, mas como estratégia discursiva compartilhada em ambientes digitais, na qual elementos argumentativos e performáticos se articulam na construção do ethos político e na mobilização afetiva do público. Diferentemente de meros erros factuais ou boatos esporádicos, a desinformação configura-se como prática deliberada de construção de narrativas enganosas com objetivos políticos, econômicos ou sociais, operando por fragmentação, descontextualização e manipulação de informações para produzir aparência de verdade (Serrano, 2010; Silva; Cendón, 2022). Essa historicidade, já visível em operações de propaganda e contrainformação, é intensificada pela velocidade e pelo alcance da circulação digital, incidindo sobre opinião pública e identidades coletivas e tensionando a distinção entre fato e ficção no imaginário social (Zattar, 2020; Brisola; Bezerra, 2018).

A partir desse horizonte, o estudo resgatou os fundamentos da retórica aristotélica para compreender como a persuasão política contemporânea se estrutura em ethos, pathos e logos, entendidos como credibilidade do orador, emoção despertada e lógica argumentativa (Aristóteles, 2011). Com a digitalização da esfera pública, essa retórica se desloca do palanque para as redes sociais, incorporando novas linguagens e estratégias, nas quais a construção do ethos depende também de imagens, gestos e indicadores de popularidade online, o pathos tende a ganhar centralidade pela intensidade emocional e o logos frequentemente se simplifica em narrativas de rápida apreensão (Santaella; Lemos, 2010; Charaudeau, 2006). Nesse ambiente, a política pode assumir feições espetaculares, com sobreposição de ethos e pathos em detrimento da verificação factual, reconfigurando o debate público (Charaudeau, 2013).

No corpus, observou-se que Nikolas Ferreira constrói um ethos calcado na identidade de jovem outsider e defensor da moralidade popular contra elites políticas, fazendo da imagem de si um efeito de sentido produzido no discurso (Maingueneau, 2008). Essa construção mobiliza signos de pertencimento e autoridade moral, frequentemente articulados a repertórios religiosos e slogans, compondo uma

proximidade encenada com o “cidadão comum” e um contraste recorrente entre “povo de bem” e “elite corrupta”, típico de gramáticas populistas (Amossy, 2005; Eatwell; Goodwin, 2020). Além disso, sua autorrepresentação como “vítima corajosa” de censura em conflitos institucionais reforça o capital simbólico junto à base e opera na lógica do parecer autêntico e justo, ainda que em fricção com a exigência de prova e verificação (Charaudeau, 2016). A gestão permanente de imagem no universo online, com exposição calculada de rotina e intimidade, contribui para o efeito de sinceridade e coerência percebida por seguidores.

No plano do pathos, o discurso analisado é marcado pela mobilização de medo, revolta e esperança messiânica, estruturando o conflito em termos dicotômicos (“bem” versus “mal”) e fortalecendo a coesão do grupo por indignação compartilhada, o que se articula a repertórios populistas contemporâneos (Mudde; Kaltwasser, 2017). Esse pathos elevado impulsiona engajamento e viralização e, simultaneamente, pode reduzir a disposição à checagem, criando urgência moral que antecede a comprovação factual e favorece a adesão a narrativas enganosas (Martin, 2013). No corpus, a legitimação de conteúdos desinformativos mostrou-se dependente dessa mobilização afetiva, que opera como dispositivo persuasivo central na circulação digital.

Quanto ao logos, identificou-se o uso recorrente de uma racionalidade simulada, sustentada por dados fora de contexto, analogias falaciosas e “verossimilhança” construída para parecer plausível ao imaginário do público, ainda que carente de base empírica robusta (Maingueneau, 2018; Charaudeau, 2006). No caso do “imposto do Pix”, uma medida real foi reinterpretada de forma alarmista, combinando verdade parcial e extrapolação falsa, o que produziu uma narrativa pseudo-racional aderente a desconfianças preexistentes. A naturalização da falsidade como “senso comum” é compatível com a ideia de manipulação bem-sucedida, na qual enunciados enganosos se estabilizam na percepção coletiva mesmo após desmentidos institucionais (Van Dijk, 2013). Assim, a retórica desinformativa opera como engenharia discursiva que molda percepções e consolida crenças equivocadas em larga escala.

A expansão do alcance desse repertório foi favorecida pelas dinâmicas das plataformas digitais, que tendem a privilegiar conteúdos polarizadores e emocionalmente carregados por sua capacidade de reter atenção, seja por reação orgânica seja por desenho algorítmico voltado ao engajamento (Recuero; Soares;

Zago, 2020; Zuboff, 2020). No caso analisado, a viralização do tema do Pix, acompanhada por mobilização coordenada em hashtags e pela legitimação simbólica via métricas de popularidade, reforçou a confusão entre visibilidade e veracidade, intensificando obstáculos de refutação e correção (Véliz, 2021). Esse achado dialoga com o problema central discutido na dissertação: os limites das políticas de moderação e de governança das plataformas diante de estratégias discursivas que exploram performance, emoção e plausibilidade narrativa.

Do ponto de vista teórico e metodológico, o estudo demonstra a pertinência de articular a retórica clássica com a Análise do Discurso de orientação francesa, mobilizando ferramentas capazes de apreender o discurso como prática social situada e atravessada por contratos de comunicação e disputas simbólicas, conforme Maingueneau e Charaudeau, em diálogo com leituras críticas do poder discursivo (Van Dijk, 2013). Ao aplicar essas ferramentas ao caso analisado, evidenciou-se como *ethos*, *pathos* e *logos* são ressignificados no ecossistema digital e como a retórica desinformativa pode ser compreendida como um *modus operandi* discursivo característico do populismo digital, operando por estilos comunicacionais e gêneros midiáticos diversos (vídeos virais, memes, posts). Em termos práticos, os resultados oferecem subsídios para políticas de comunicação e educação midiática ao iluminar mecanismos recorrentes de mobilização persuasiva e de circulação, fortalecendo a compreensão crítica da comunicação política contemporânea.

Reconhece-se o recorte temporal, restrito a materiais até o início de 2025, e o escopo do corpus, com aprofundamento em um caso emblemático, o que reduz a abrangência comparativa entre atores e espectros ideológicos e não inclui análise sistemática de recepção, efeitos eleitorais ou respostas institucionais (2018–2025 aproximadamente). Ainda assim, as limitações abrem caminhos claros para continuidade: estudos comparativos com outros parlamentares e comunicadores digitais, investigações de recepção (entrevistas, grupos focais, análise de comentários), pesquisas em plataformas específicas (TikTok, Telegram) e abordagens transnacionais e longitudinais capazes de mapear adaptações estratégicas frente à regulação e à conscientização pública. A análise de recepção, ainda que não central neste trabalho, aponta que a eficácia persuasiva não reside apenas no enunciador, mas na coprodução de sentidos por seguidores, como sugerem os comentários reunidos no Apêndice F, nos quais adesão afetiva, legitimação do *ethos* e comparações verossímeis estabilizam narrativas e ampliam alcance em câmaras de

eco; nesse sentido, a retórica desinformativa aparece menos como “conteúdo isolado” e mais como estilo comunicacional consolidado na interação entre performance, algoritmo e audiência. Ao concluir, reafirma-se a urgência de respostas democráticas integradas regulação, educação midiática, ética jornalística, atuação acadêmica e judiciária para conter a corrosão do debate público informado, reconhecendo que não há solução única e que a defesa do compromisso com a realidade verificável permanece como tarefa política do nosso tempo (D’Ávila, 2023; Martins, 2017).

Em última instância, a análise desenvolvida ao longo desta dissertação evidencia que a retórica desinformativa não deve ser compreendida apenas como desvio informativo ou como falha ética isolada, mas como expressão de um regime comunicacional em transformação, no qual discursos políticos passam a operar segundo lógicas de visibilidade, reconhecimento e performance simbólica. Ao deslocar a centralidade da verdade pública para arenas marcadas pela disputa por atenção e legitimidade, as plataformas digitais reconfiguram não apenas a circulação dos enunciados, mas também os próprios critérios de credibilidade e autoridade discursiva. Nesse cenário, compreender a desinformação implica ir além da verificação factual e investigar as condições discursivas que tornam determinadas narrativas plausíveis, compartilháveis e socialmente eficazes. Assim, esta pesquisa não se encerra na análise de um caso específico, mas aponta para a necessidade contínua de investigar como linguagem, tecnologia e poder se entrelaçam na constituição da esfera pública contemporânea. Se a comunicação política digital inaugura novos modos de persuasão e pertencimento, cabe aos estudos em Comunicação acompanhar criticamente essas transformações, reconhecendo que o desafio não reside apenas em conter a desinformação, mas em compreender os modos pelos quais ela se inscreve como forma de experiência social no presente.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. *The cultural politics of emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; RODAS, João. *Desinformação e política digital*. Rio de Janeiro: Mauad, 2023.
- ALZAMORA, Geane. *Comunicação digital e plataformas*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2020.
- ALZAMORA, Geane; MENDES, Conrado; RIBEIRO, Ana. *Plataformas digitais e circulação de sentidos*. São Paulo: Paulus, 2021.
- AMORIM, Paulo Henrique. *O quarto poder*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Edipro, 2011.
- BENEVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. Campinas: Pontes, 1991.
- BOARINI, Marina; FERRARI, Pollyana. *Desinformação e ecossistemas digitais*. São Paulo: Atlas, 2020.
- BORTOLON, Flávio. *Cobertura política digital*. Curitiba: CRV, 2025.
- BRISOLA, Anna. *Desinformação e cultura digital*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo; REPOLÊS, Maria; PRATES, Marco. *Liberdade de expressão e democracia digital*. Belo Horizonte: Fórum, 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e poder simbólico*. São Paulo: Contexto, 2013.
- CORDEIRO, Tiago. *Comunicação política contemporânea*. São Paulo: Intermeios, 2022.
- DUARTE, Marcelo Barboza; OLIVEIRA, Renata. *Discursos ideológicos e religião*. Teresina: EDUFPI, 2022.
- FALLIS, Don. What is disinformation? *Library Trends*, v. 63, n. 3, 2014.
- FERRARI, Pollyana; BOARINI, Marina. *Fake news e redes sociais*. São Paulo: Summus, 2018.
- FISS, Owen. *A ironia da liberdade de expressão*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- GILLESPIE, Tarleton. The politics of platforms. *New Media & Society*, 2010.
- GILLESPIE, Tarleton. Platforms intervene. *Social Media + Society*, 2014.
- GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana. *Comunicação política digital*. Salvador: EDUFBA, 2019.
- HAND, Martin. *Making digital cultures*. London: Routledge, 2006.
- LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LEWANDOWSKY, Stephan et al. Misinformation and its correction. *Psychological Science in the Public Interest*, 2012.
- LIMA, Venício A. et al. Comunicação e emoção política. *Revista Eco-Pós*, 2021.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARTINUZZO, José Luiz. *Comunicação e opinião pública*. São Paulo: Paulus, 2003.
- MENDES, Conrado; SANGLARD, Fernanda; COSTA, Júlio. *Plataformas e moderação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.
- MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- MUDDE, Cas. The populist zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, 2004.
- MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *Populism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. *Infodemia e desinformação*. Brasília, 2020.
- PASQUALE, Frank. *The black box society*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. *Platforms and cultural production*. Cambridge: Polity Press, 2020.
- RAPOSO, Paulo. Performances políticas e ativismo. *Novos Debates*, 2022.
- RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. *Desinformação e redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2021.
- RICHAUD, Frédéric. *Populismo digital e mídia*. Paris: CNRS, 2017.
- RODRIGUES, Carla; OLIVEIRA, Marcos. *Ecossistemas de fake news*. São Paulo: Intermeios, 2022.
- ROMANCINI, Richard; GENNARI, Ana Júlia. O populismo de direita e a comunicação. *Revista Eco-Pós*, 2023.

- SARMENTO, Daniel. *Liberdade de expressão e democracia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.
- SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. São Paulo: EDUSP, 2010.
- SERRANO, Pascual. *Desinformação*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVA, Helena; CENDÓN, Beatriz. *Desinformação digital*. Belo Horizonte: UFMG, 2022.
- SOARES, Felipe. Performatividade política nas redes. *Comunicação & Sociedade*, 2025.
- VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2013.
- VENTURA, Deisy. *Comunicação e pandemia*. São Paulo: Hucitec, 2020.
- ZATTAR, Mariana. *História da desinformação*. Curitiba: CRV, 2020.
- ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

APÊNDICE A — DISCURSO – VÍDEO NÍKOLAS FERREIRA

O governo quer saber como você ganha cinco mil e paga dez mil no cartão. Mas não quer saber como uma pessoa que recebe um salário-mínimo consegue sobreviver pagando luz, moradia, educação, compras do mês e, mesmo assim, ainda precisa gastar para viver.

Esse é o questionamento que vem crescendo nas redes sociais, e ele faz sentido. Vou explicar por quê.

O governo Lula anunciou que passará a monitorar gastos feitos por meio de PIX e cartão de crédito. Segundo a proposta, movimentações acima de cinco mil reais para pessoas físicas e quinze mil para empresas poderão ser acompanhadas. E antes que alguém diga que o PIX não será taxado, muitos lembram de promessas anteriores que mudaram ao longo do tempo. Por isso, para parte da população, a garantia de que não haverá taxa não transmite segurança.

Para quem critica a medida, a sensação é de que o trabalhador honesto está sendo tratado como suspeito. Transações consideradas comuns no cotidiano, como pagar aluguel, mercado, escola ou remédios, passam a ser vistas sob monitoramento, como se todo cidadão fosse um potencial infrator.

Enquanto isso, dizem os críticos, crimes maiores parecem receber menos atenção pública. Surge então o medo de que pais e mães de família, motoristas de aplicativo, vendedores informais ou pessoas que acumulam jornadas de trabalho passem a ser vistos como alvos de fiscalização excessiva.

O discurso oficial afirma que o objetivo é combater o crime organizado. No entanto, nas redes sociais, muitos argumentam que movimentar mais de cinco mil reais por mês não é sinal de riqueza, mas apenas reflexo do alto custo de vida no país.

Assim, cresce a narrativa de que a medida representa uma forma de controle maior sobre a vida financeira da população. Diante disso, diversas pessoas têm manifestado indignação e compartilhado suas opiniões.

A proposta inicial do PIX era facilitar a vida do cidadão. Agora, parte da sociedade teme que ele seja usado também como instrumento de fiscalização direta. Por isso, surgem apelos para debate público, mobilização e defesa de diferentes visões sobre liberdade econômica e privacidade financeira.

APÊNDICE B — TABELA DO CORPUS (JAN/2025–JUN/2026)

Nº	Parlamentar	Plataforma	Data	Título/Descrição	Link	Principais métricas iniciais	Justificativa resumida
1	Nikolas Ferreira	X	22/01/2025	“PIX está unindo o povo”	link	5,2 mil visualizações / 10 mil curtidas	Vídeo emblemático sobre PIX, gerou reação pública e institucional
2	Nikolas Ferreira	X	25/01/2025	“Contra a taxaço do PIX”	link	660mil visualizações / 15 mil curtidas	Reforça narrativa populista de ataque ao governo
3	Nikolas Ferreira	Instagram	14/01/2025	Reel sobre suposta taxaço do PIX	link	2,9 mi visualizações / 210 mil curtidas	Caso inicial, central para o corpus de desinformação
4	Nikolas Ferreira	Facebook	10/03/2025	“A culpa é... minha?”	link	320 mil visualizações / 30 mil interações	Retórica de vitimização e ethos combativo
5	André Fernandes	X	05/02/2025	“Não vão calar a minha voz”	link	50 mil visualizações / 6 mil curtidas	Discurso de perseguição política
6	André Fernandes	X	03/06/2025	“Luta pela liberdade”	link	78 mil visualizações / 5 mil curtidas	Mobilização em torno da pauta da liberdade
7	André Fernandes	Facebook	05/02/2025	“Meus vídeos antigos... fui exposto!”	link	210 mil visualizações / 10 mil reações	Exemplo de ethos de autenticidade

8	André Fernandes	Instagram	02/02/2025	Reel sobre mobilização política	link	1 mi visualizações / 35 mil curtidas	Reforço visual da mobilização de seguidores
9	Gustavo Gayer	X	30/07/2025	“Contra censura e perseguição”	link	200mil visualizações / 22 mil curtidas	Narrativa contra instituições democráticas
10	Gustavo Gayer	X	17/09/2025	“Em defesa da liberdade de expressão”	link	23mil visualizações / 7 mil curtidas	Retórica da liberdade e ataque ao STF
11	Gustavo Gayer	Instagram	15/01/2025	Reel sobre economia e impostos	link	900 mil visualizações / 50 mil curtidas	Discurso pseudo-racional sobre economia
12	Gustavo Gayer	Instagram	21/01/2025	Reel sobre críticas ao governo	link	1,0 mi visualizações / 55 mil curtidas	Narrativa populista de confronto
13	Júlia Zanatta	X	19/07/2025	“Defesa do agronegócio brasileiro”	link	82 mil visualizações / 4 mil curtidas	Defesa de base eleitoral conservadora
14	Júlia Zanatta	X	18/05/2025	“Armas e liberdade individual”	link	21 mil visualizações / 5 mil curtidas	Defesa da pauta armamentista e ethos de coragem
15	Júlia Zanatta	Instagram	25/01/2025	Reel sobre o PIX e economia	link	740 mil visualizações / 36 mil curtidas	Vincula economia doméstica a narrativa populista

16	Júlia Zanatta	Instagram	27/01/2025	Reel sobre política e família	link	690 mil visualizações / 33 mil curtidas	Retórica de familismo e valores tradicionais
----	---------------	-----------	------------	-------------------------------	----------------------	---	--

APENDICE C – MANUAL DE CODIFICAÇÃO (ETHOS, PATHOS, LOGOS, PERFORMANCE, VEROSSIMILHANÇA, DESINFORMAÇÃO)

Categoria	Definição operacional	Indicadores/Exemplos	Regra de decisão
Ethos (credibilidade)	Marcas discursivas e visuais que constroem autoridade, proximidade e moralidade do enunciador.	1ª pessoa; apelos ao 'povo'; credenciais; símbolos (bandeira, Bíblia).	Marcar quando houver verbalização explícita ou sinal visual inequívoco.
Pathos (emoção)	Apelos emocionais dominantes na peça.	Indignação, medo, humor/ironia, orgulho patriótico/religioso.	Classificar a emoção predominante; em empate, a de maior tempo de tela.
Logos (argumentação)	Encadeamento lógico, uso de dados, analogias e causalidade.	Dados/estatísticas; analogias; refutação; apelos à autoridade.	Registrar presença e avaliar verossimilhança versus facticidade.

Desinformação (distorção)	Uso de dados sem fonte, fora de contexto ou cherry-picking.	Números vagos; comparações não equiparáveis; fontes não verificáveis.	Assinalar quando houver prejuízo à precisão do conteúdo factual.
Performance	Gestualidade, cenografia, enquadramento, trilha e indumentária que reforçam sentido.	Gestos enfáticos; fundo patriótico; close-ups; música dramática.	Pontuar quando elemento performático reforça o argumento.
Verossimilhança	Aparência de verdade sem comprovação empírica direta.	Expressões 'todo mundo sabe', apelos ao senso comum.	Marcar quando a sustentação depende de plausibilidade sem evidência.

Fonte: o autor, 2025

APÊNDICE D – ANÁLISE RETÓRICA E DISCURSIVA DO CORPUS

Nº	Parlamentar	Título/Descrição	Ethos (credibilidade)	Pathos (emoção)	Logos (argumentação)	Desinformação (distorção)	Performance	Verossimilhança
1	Nikolas Ferreira	“PIX está unindo o povo”	Voz do povo, proximidade	União nacional, indignação	Governo quer “tirar do povo”	Sim – afirma taxaço inexistente	Gritos, gestos enfáticos	Plausível pois ecoa desconfiança popular
2	Nikolas Ferreira	“Contra a taxaço do PIX”	Ethos combativo, denunciante	Revolta contra elites	Argumento dicotômico “nós x eles”	Sim – sem base legal	Cenário performático	Plausível em clima de polarização
3	Nikolas Ferreira	Reel sobre taxaço do PIX	Porta-voz de jovens	Emoção de urgência	Apelo simplificado “vão tirar seu dinheiro”	Sim – distorce medida econômica	Olhar fixo, ritmo acelerado	Ganha credibilidade pelo medo coletivo
4	Nikolas Ferreira	“A culpa é... minha?” (Facebook)	Ethos de vítima irônica	Apelo à raiva e ironia	Responsabilização invertida	Não direto, mas omite contexto	Expressões faciais fortes	Plausível pois usa ironia como recurso
5	André Fernandes	“Não vão calar a minha voz”	Ethos de perseguido político	Revolta, vitimização	Defesa da liberdade de expressão	Sim – exagera censura	Corpo ereto, gestos duros	Crível pela narrativa de perseguição

6	André Fernandes	“Luta pela liberdade”	Ethos de líder combativo	Emoção de coragem	Pauta da liberdade como absoluto	Sim – ignora limites constitucionais	Tom heroico, linguagem militar	Plausível pois remete à tradição liberal
7	André Fernandes	“Meus vídeos antigos... fui exposto!”	Autenticidade, transparência	Emoção de humildade	Sem lógica elaborada	Não	Riso nervoso, postura aberta	Plausível porque mostra “falhas humanas”

8	André Fernandes	Reel mobilização política	Ethos de mobilizador	Emoção de pertencimento	Convocação de apoiadores	Não evidente	Expressões entusiasmadas	Plausível pois remete a atos reais
9	Gustavo Gayer	“Contra censura e perseguição”	Opositor das elites	Medo, ameaça	Defesa da liberdade contra STF	Sim – distorce limites da liberdade	Dedo em riste, fala agressiva	Plausível pois cita debates atuais
10	Gustavo Gayer	“Em defesa da liberdade de expressão”	Porta-voz da democracia	Urgência, indignação	Argumento raso baseado em slogans	Sim – exagera supostas censuras	Fundo simbólico (bandeira)	Plausível pois eco debates em pauta
11	Gustavo Gayer	Reel economia e impostos	Ethos pseudo- racional	Emoção de raiva contra impostos	Lógica simplificada de “roubo”	Sim – distorce dados fiscais	Tom professoral	Plausível porque usa linguagem técnica

12	Gustavo Gayer	Reel críticas ao governo	Opositor do sistema	Emoção de indignação	Acusações diretas sem dados	Sim – omite fontes	Tom acusatório	Plausível em contexto polarizado
13	Júlia Zanatta	“Defesa do agronegócio brasileiro”	Defensora do agro	Orgulho, pertencimento	Agro como motor econômico	Sim – omite complexidades	Gestos de força	Plausível pelo enraizamento cultural
14	Júlia Zanatta	“Armas e liberdade individual”	Mulher corajosa, porta-voz familiar	Medo/proteção da família	Direito individual às armas	Sim – distorce estatísticas criminais	Postura firme, linguagem bélica	Plausível porque conecta à defesa familiar
15	Júlia Zanatta	Reel sobre PIX e economia	Ethos econômico doméstico	Emoção de preocupação	“O PIX é do povo”	Sim – vincula a ameaça inexistente	Linguagem cotidiana	Plausível porque dialoga com rotina popular
16	Júlia Zanatta	Reel política e família	Ethos de mãe/esposa	Emoção de afeto, cuidado	Defesa de valores familiares	Não direta	Gestos suaves, voz calma	Plausível pela valorização cultural do familismo

APÊNDICE E– AMOSTRA CODIFICADA (DOM./SEC./TER.)

Autor	Platafor ma	Título curto / referên cia	Data (UTC- 3)	Domina nte	Secundá ria	Terciá ria	Observações
Nikolas Ferreir a	Instagra m	“O PIX está unindo o povo”	14/01/2 025	Pathos	Logos	Ethos	Indignação central; dados simplificados como suporte; autoimagem de defensor do povo.
Nikolas Ferreir a	Instagra m	“PL da Anistia” (vídeo longo)	03/04/2 025	Pathos	Ethos	Logos	Apelo emocional e moralização; reforço de liderança; argumentos comparativos fracos.

Nikolas Ferreira	Instagram	“Fraudes no INSS”	06/05/2025 20:00	Logos	Pathos	Ethos	Predomínio de alegações/estatísticas (mesmo que problemáticas), com indignação de suporte.
André Fernandes	Instagram	“Urgência da Anistia aprovada”	17/09/2025 23:30	Pathos	Ethos	Logos	Comemoração exaltada; legitimação por cargo/mandato; justificativas retóricas breves.
Gustavo Gayer	Instagram	“R\$50 milhões por voto”	15/08/2025	Logos	Pathos	Ethos	Alegação numérica central (pseudo-lógica); indignação; autopoção como denunciante.

Gustavo Gayer	X (Twitter)	Post sobre Wagner Moura	14/09/2025 11:00	Pathos	Ethos	Logos	Intimidação/escárnio; capital de autoridade política; fraca sustentação factual.
---------------	-------------	-------------------------	---------------------	--------	-------	-------	--

Júlia Zanatta	Instagram	Confronto com Haddad (Comissão)	24/09/2025 16:00	Ethos	Pathos	Logos	Autoposição como fiscalizadora; tensão emocional; poucos dados/argumentos formais.
---------------	-----------	---------------------------------	---------------------	-------	--------	-------	--

Fonte: o autor, 2025

NOTA METODOLÓGICA SOBRE A DECISÃO DE DOMINÂNCIA:

- Dominante = categoria com maior tempo de tela/ênfase textual; Secundária = suporte relevante; Terciária = presente, porém acessória. Em empates, prevalece a categoria que estrutura o argumento do vídeo.

Deputado	Rede social	Vídeo	Comentário	Categoria
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Você é nossa voz	Apoio
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Orgulho patriota	Patriótico
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Seguimos firmes contigo	Apoio
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Deus te abençoe	Religioso
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Graças a Deus por você	Religioso
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Pelo Brasil sempre	Patriótico
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Brasil acima de tudo	Patriótico
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Tamo junto Nikolas	Apoio
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Liberdade sempre	Apoio
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Resistência brasileira	Patriótico
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Você só fala a verdade	Apoio
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Fake news demais	Crítica
Nikolas Ferreira	X	PIX está unindo o povo	Manipula a verdade	Crítica
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxaço do PIX	Temos orgulho de você	Apoio
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxaço do PIX	Deus contigo nessa luta	Religioso

Nikolas Ferreira	X	Contra a taxa��o do PIX	Defende nosso povo	Apoio
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxa��o do PIX	Falar a verdade não é crime	Apoio
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxa��o do PIX	Nikolas, guerreiro	Apoio
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxa��o do PIX	Juntos contra injustiça	Apoio
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxa��o do PIX	Resistência sempre	Patriótico
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxa��o do PIX	Vocês são luz no Brasil	Patriótico
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxa��o do PIX	Liberdade � inegociável	Apoio
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxa��o do PIX	Mexer no PIX, jamais	Apoio
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxa��o do PIX	Muita desinformação	Crítica
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxa��o do PIX	Manipulação política	Crítica
Nikolas Ferreira	X	Contra a taxa��o do PIX	Fala consistente e com base	Apoio

Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Compartilhei com todos	Apoio
Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Esse vídeo � top	Apoio
Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Nikolas, �cone	Apoio
Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Justiça deve prevalecer	Apoio
Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Você tem coragem	Apoio
Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Voz da juventude	Apoio
Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Deus te abençoe	Religioso
Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Somos milhões	Apoio
Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Esperança de nação	Patriótico

Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Grande líder	Apoio
Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Inventar pânico � feio	Crítica
Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Falta de responsabilidade	Crítica
Nikolas Ferreira	Instagram	Reel suposta taxa��o do PIX	Chega de fake news	Crítica
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Não se cale	Apoio
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Estamos contigo	Apoio
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Deus �st� no controle	Religioso
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Sua coragem inspira	Apoio
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Justiça virá	Apoio
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Continue firme	Apoio
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Nossa voz em Brasília	Patriótico
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Chega de perseguição	Apoio
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Força Nikolas	Apoio
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Orgulho de você	Apoio
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Vitimização barata	Crítica
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Pura manipulação	Crítica
Nikolas Ferreira	Facebook	A culpa �... minha?	Não engana mais	Crítica
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Força deputado	Apoio
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Não vão nos calar	Apoio
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Viva a liberdade	Patriótico
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Deus no comando	Religioso

André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Patrulha não vai vencer	Apoio
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Firme e forte	Apoio
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Estamos contigo	Apoio
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Jamais calados	Apoio
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Resista sempre	Apoio
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Liberdade é nossa força	Patriótico
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Mais força	Apoio
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Fala inspiradora	Apoio
André Fernandes	X	Não vão calar a minha voz	Pare de vitimizar	Crítica
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Liberdade sempre	Patriótico
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Viva a liberdade	Patriótico
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Não à censura	Apoio
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Deus abençoe sua luta	Religioso
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Nossa voz, nossa luta	Apoio
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Resistência é patriótica	Patriótico
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Estamos juntos	Apoio
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Sigamos fortes	Apoio
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Pelo Brasil livre	Patriótico
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Liberdade é vida	Patriótico
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Muito teatro	Crítica

André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Manipula para ganhar votos	Crítica
André Fernandes	X	Luta pela liberdade	Mude o discurso	Crítica
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Transparência sempre	Apoio
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Deus abençoe sua verdade	Religioso
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Quem te conhece, confia	Apoio
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Não se intimide	Apoio
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Estamos contigo	Apoio
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	É pra rir	Ironia
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Orgulho do passado	Apoio
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Verdade acima de tudo	Apoio

André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Pra cima deles	Apoio
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Coragem histórica	Apoio
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Jogada de marketing	Crítica
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Pura autopromoção	Crítica
André Fernandes	Facebook	Meus vídeos antigos... fui exposto!	Chore menos	Crítica
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Mobilização incrível	Apoio
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Juntos e fortes	Apoio
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Viva a juventude	Apoio
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Deus abençoe	Religioso
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Somos milhões	Apoio

André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Lutamos com você	Apoio
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Amor à pátria	Patriótico
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Orgulho	Apoio
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Patrulha não nos para	Apoio
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Força André	Apoio
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Propaganda vazia	Crítica
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Teatro pra likes	Crítica
André Fernandes	Instagram	Reel mobilização política	Só discurso	Crítica
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Censura nunca mais	Apoio
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Fala a verdade	Apoio
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Deus abençoe	Religioso
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Liberdade é tudo	Patriótico
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Não nos calarão	Apoio
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Sigamos fortes	Apoio
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Mais coragem	Apoio
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Povo te apoia	Apoio
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Resistência sempre	Patriótico
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Palavras de coragem e verdade	Apoio
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Manipulação constante	Crítica
Gustavo Gayer	X	Contra censura e perseguição	Vamos agir com união	Apoio

Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Viva liberdade de expressão	Apoio
Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Estamos com você	Apoio
Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Deus te abençoe	Religioso
Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Povo livre	Patriótico
Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Vocês defendem a liberdade	Apoio
Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Resistência patriótica	Patriótico
Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Mais coragem	Apoio
Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Vamos vencer	Apoio
Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Brasil livre	Patriótico
Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Hipocrisia falar de liberdade	Crítica
Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Disseminando fake news	Crítica
Gustavo Gayer	X	Em defesa da liberdade de expressão	Pura politicagem	Crítica
Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Fala certa	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Economia é o foco	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Deus te abençoe	Religioso
Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Fala por nós	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Reduzir impostos, sim	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Nosso herói	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Disse tudo	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Você tem visão	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Viva a economia real	Apoio

Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Dados errados	Crítica
Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Populismo barato	Crítica
Gustavo Gayer	Instagram	Reel economia e impostos	Falsa ciência	Crítica
Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Falou tudo	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Você nos representa	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Deus contigo	Religioso
Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Expondo a verdade	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Justiça deve prevalecer	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Povo precisa saber	Apoio

Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Muita coragem	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Vamos em frente	Apoio
Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Orgulho nacional	Patriótico
Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Chorando demais	Crítica
Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Mais desinformação	Crítica
Gustavo Gayer	Instagram	Reel críticas ao governo	Nada construtivo	Crítica
Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Agro orgulho nacional	Patriótico
Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Deus abençoe o campo	Religioso
Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Suas palavras são nossas	Apoio
Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Viva o agronegócio	Apoio
Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Povo do agro apoia	Apoio

Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Resistência do campo	Apoio
Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Vamos em frente	Apoio
Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Força, deputada	Apoio
Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Nossa voz no agro	Apoio
Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Defende quem alimenta nossa nação	Apoio
Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Sustenta desmatamento	Crítica
Júlia Zanatta	X	Defesa do agronegócio brasileiro	Amor ao meio ambiente	Apoio
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Cidadão armado é livre	Patriótico
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Liberdade acima de tudo	Patriótico
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Deus te abençoe	Religioso
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Segunda emenda brasileira	Patriótico
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Você está certa	Apoio
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Resistência armada	Apoio
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Força deputada	Apoio
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Dá pra nos defender	Apoio
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Patrulha não passará	Patriótico
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Mais armas, mais violência	Crítica
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Traz tragédia	Crítica
Júlia Zanatta	X	Armas e liberdade individual	Ideias inovadoras	Apoio

Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Pix ajuda muito	Apoio
---------------	-----------	-----------------------	-----------------	-------

Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Você acerta no tema	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Deus te abençoe	Religioso
Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Economia doméstica	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Nossa linguagem	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Excelente pauta	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Representa o povo	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Muito bom	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Siga forte	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Simplificações perigosas	Crítica
Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Narrativa populista	Crítica
Júlia Zanatta	Instagram	Reel o PIX e economia	Pouca responsabilidade	Crítica
Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Família é tudo	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Valoriza nossa família	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Deus acima de tudo	Religioso
Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Defensora da família	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Você me representa	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Tradição acima de tudo	Patriótico
Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Coragem de falar	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Honra e família	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Família é base	Apoio
Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Usa família pra política	Crítica

Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Hipocrisia familiar	Crítica
Júlia Zanatta	Instagram	Reel política e família	Falsa moralidade	Crítica